









História e Historiadores no ICS

Isabel Corrêa da Silva
Nuno Gonçalo Monteiro
(organizadores)

ICS

Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74

www.ics.ulisboa.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação
História e historiadores no ICS /
org. Isabel Corrêa da Silva, Nuno Gonçalo Monteiro. -
Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2017. -
ISBN 978-972-671-394-4
CDU 94(469)



© Instituto de Ciências Sociais, 2017

Capa e concepção gráfica: João Segurado
Revisão: Levi Condinho
Impressão e acabamento: Tipografia Lousanense, Lda.
Depósito legal: 424036/17
1.ª edição: Abril de 2017

Índice

Os autores	9
A História no ICS: uma introdução	13
<i>Isabel Corrêa da Silva e Nuno Gonçalo Monteiro</i>	
Capítulo 1	
António Manuel Hespanha	23
<i>por Pedro Cardim</i>	
Capítulo 2	
Fátima Patriarca	35
<i>por Álvaro Garrido</i>	
Capítulo 3	
Jaime Reis	55
<i>por Leonor Freire Costa</i>	
Capítulo 4	
Manuel Braga da Cruz	63
<i>por António Araújo</i>	
Capítulo 5	
Manuel de Lucena	75
<i>por Luciano Amaral</i>	
Capítulo 6	
Manuel Villaverde Cabral	91
<i>por Fátima Sá e Melo Ferreira</i>	

Capítulo 7	
Maria de Fátima Bonifácio	99
<i>por José Miguel Sardica</i>	
Capítulo 8	
Maria de Lourdes Lima dos Santos	109
<i>por Augusto Santos Silva</i>	
Capítulo 9	
Maria Filomena Mónica	115
<i>por Paulo Silveira e Sousa</i>	
Capítulo 10	
Valentim Alexandre	129
<i>por Cristina Nogueira da Silva</i>	
Capítulo 11	
Vasco Pulido Valente	153
<i>por Paulo Jorge Fernandes</i>	
Índice antroponímico	165

Os autores

Pedro Cardim (Lisboa, 1967) é professor associado com agregação no Departamento de História da Universidade Nova de Lisboa. Autor de vários trabalhos sobre história política e constitucional de Portugal e do mundo ibérico nos séculos XVI e XVII.

Álvaro Garrido é docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra onde coordena o grupo de História Económica e Social e dirige a Escola de Estudos Avançados. Investigador e vice-coordenador científico do CEIS20. O seu percurso de investigação tem incidido no estudo do corporativismo e das pescas. Prepara um projecto de investigação sobre história das políticas públicas do mar.

Leonor Freire Costa é licenciada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e doutorada em História Económica e Social pelo ISEG da Universidade de Lisboa, onde realizou provas de agregação (2010). Actualmente é professora auxiliar do Departamento de Ciências Sociais do ISEG.

António Araújo nasceu em Lisboa, em 1966. Licenciado e mestre em Direito, doutor em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa. Autor de diversos livros e artigos sobre Direito Constitucional, Ciência Política e História Contemporânea.

Luciano Amaral é licenciado em História pela Universidade Nova de Lisboa e doutorado em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença, com especialização na área da História Económica. Tem-se dedicado sobretudo aos problemas do crescimento económico e da história bancária em Portugal no período do pós-guerra. É professor auxiliar na Nova School of Business and Economics.

História e Historiadores no ICS

Fátima Sá e Melo Ferreira é doutorada em História Social pela Universidade de Paris I – Panthéon – Sorbonne e professora associada do Departamento de História do ISCTE-IUL. Integrou o CEHC (Centro de Estudos de História Contemporânea) desde o seu ingresso no ISCTE, onde desenvolveu a sua principal actividade como investigadora. É, actualmente, investigadora integrada no CIES-IUL e investigadora associada no IHC (FCSH-UNL). Directora da revista *Ler História* é também coordenadora do grupo «Linguagens da Identidade e da Diferença: Classes, Corporações, Castas e Raças na Iberoamérica, 1770-1870» do projecto internacional *Iberconceptos*. As suas principais áreas de investigação são a história política e social, a história dos movimentos sociais e a história dos conceitos.

José Miguel Sardica é doutorado em História Contemporânea. Professor associado com agregação da Faculdade de Ciências Humanas e do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa. Investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC) da FCH-UCP. As suas áreas de investigação e docência são a história portuguesa e internacional dos séculos XIX e XX, nos campos político, institucional, cultural e intelectual.

Augusto Santos Silva nasceu no Porto, em 1956. Doutorado em Sociologia pelos ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, é professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e investigador no Instituto de Sociologia da mesma universidade. Entre as funções públicas que exerceu, contam-se as de ministro da Educação, da Cultura, dos Assuntos Parlamentares, da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros, bem como a de deputado à Assembleia da República.

Paulo Silveira e Sousa é historiador e investigador *freelancer*. Foi co-editor de *A Epidemia Esquecida: Olhares Comparados sobre a Pneumónica 1918-1919* (Lisboa, 2009) (com José Manuel Sobral, Maria Luísa Pedroso de Lima e Paula Castro); *The Dabneys: A Bostonian Family in the Azores 1806-1871* (New Bedford, 2013) (com Maria Filomena Mónica); e *Do Reino à Administração Interna: História de um Ministério 1736-2012* (Lisboa, 2015) (com Pedro Tavares de Almeida). Foi co-autor de *Cronologias do Portugal Contemporâneo 1960-2015* (2016) (5 vols., com António J. Ramalho e Octávio Gameiro). É colaborador do Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM-FCSH/NOVA-UAc).

Os autores

Cristina Nogueira da Silva é professora na Faculdade de Direito (Nova Direito, Universidade Nova de Lisboa) e investigadora no Cedis, Centro de Investigação em Direito e Sociedade da Universidade Nova de Lisboa. As suas principais áreas de investigação são, actualmente, a história intelectual do liberalismo, da cidadania e do estatuto jurídico dos territórios e populações do ultramar português nos séculos XIX e XX, temas sobre os quais publicou o livro *Constitucionalismo e Império. A Cidadania no Ultramar Português* (Lisboa, Almedina, 2009) e vários artigos em publicações nacionais e internacionais.

Paulo Jorge Fernandes é doutorado em História Institucional e Política Contemporânea. Professor auxiliar do Departamento de História da FCSH-NOVA. Investigador integrado e membro da Direcção do Instituto de História Contemporânea da FCSH-NOVA. Os seus interesses de investigação concentram-se sobre o «Longo século XIX» com especial enfoque para a História Política, Colonial e da Imprensa. Mais recentemente tem-se dedicado ao estudo da caricatura e do *cartoon*.



Isabel Corrêa da Silva
Nuno Gonçalo Monteiro

A História no ICS: uma introdução

No número 100 da *Análise Social*, editado em 1988, Adérito Sedas Nunes publicou um «depoimento» intitulado «Histórias, uma história e a História – sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal», que constitui, ao mesmo tempo, um relato autobiográfico e uma descrição das primeiras décadas de existência do Gabinete de Investigações Sociais/Instituto de Ciências Sociais e da *Análise Social*, fundados em 1962/1982 e 1963.¹ Aí se afirma: «Após o 25 de Abril, ou mais precisamente: após a descolonização e o advento dos governos constitucionais, os investigadores sociais portugueses e, com eles, os colaboradores da *Análise Social* e os investigadores do GIS-ICS, voltaram-se maciçamente para o passado recente do nosso País.» De facto, a viragem começara um pouco antes, embora os seus efeitos se sentissem com maior impulso depois do 25 de Abril de 1974. Sedas Nunes fornece duas explicações para essa evolução. Uma primeira: «a fonte de dados estatísticos acabara por secar». Os «investigadores sociais» mergulharam então nas bibliotecas e nos arquivos, «inevitavelmente atraídos, remetidos, para o passado de onde esses documentos provinham».

Havia, porém, outra razão, «bem mais interessante e profunda». Citando a célebre pergunta de Montesquieu, «Comment peut-on être Persan?», Sedas Nunes sugere que era a estranheza perante o passado próximo, em particular a ditadura, que alimentava esse impulso, não surpreendendo sequer que «alguns tenham subido a corrente, à procura das raízes do Salazarismo nos tempos e desastres da I República ou mesmo nos tempos, desaires e atrasos sociais da Monarquia Constitucional». Essa evolução poderia dar a «impressão falsa» de que os investigadores portugueses estavam «voltados para o passado», mas Sedas Nunes considerava que os efeitos desse «vaivém do presente para o passado e do

¹ Adérito Sedas Nunes, «Histórias, uma história e a História – sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal», *Análise Social*, xxiv (1), 1988 (100): 11-55.

História e Historiadores no ICS

passado para o presente» tinham sido finalmente benéficos, uma vez que «foi melhor conhecida e reconhecida a importância das investigações históricas para o presente social», tal como o tinha sido a intercolaboração entre «investigadores sociais e historiadores».

Em boa medida, a evolução referida correspondeu à própria maturação das orientações do fundador do ICS, bem traduzidas, por exemplo, nos títulos da sua biblioteca pessoal nos anos próximos aos do seu decesso.² E também, claro está, no rumo que procurou imprimir à instituição. De facto, a viragem para a História, que se prolongou bem para lá dos primeiros tempos posteriores a 1974, correspondeu a uma evolução das interrogações dos pesquisadores sociais ligados ao 2.º GIS e ao futuro ICS, mas também a uma política deliberada de recrutamentos.

Com efeito, se o percurso intelectual de Sedas Nunes o conduziu do catolicismo com preocupações sociais jucistas³ e dos estudos corporativos aos estudos sociais e destes à Sociologia, sobretudo do desenvolvimento em meados dos anos 60, novas prioridades se foram depois definindo nas agendas daqueles que o acompanhavam. Em concreto, o início dos anos 70 parecia marcado por uma prevalência de preocupações teóricas e epistemológicas. É digno de registo, por exemplo, como então jovens pesquisadores ligados ao GIS, entre os quais Vasco Pulido Valente e Maria de Lourdes Lima dos Santos, se embrenhavam com outros na laboriosa exegese de um texto de Manuel Castells, «Sobre as novas fronteiras da metodologia sociológica»,⁴ publicada num número da *Análise Social* cujo índice anunciava ainda problematizações sobre a «ruptura epistemológica», a «significação conotativa nos discursos» e a «produção de teorias» nas Ciências Sociais. Parece difícil negar, assim, que a viragem para a História foi para alguns também uma espécie de contraponto a uma natureza hiperteórica, abstracta e, por vezes, de escassa legibilidade, de parte da produção da altura e dos debates que lhe estavam subjacentes.

Na verdade, o interesse de públicos mais amplos pela História, e pela História Contemporânea em particular, começara na década anterior, em plena ditadura salazarista e marcelista e com cunho de oposição ao regime. Iria prolongar-se pelos anos subsequentes. Alguns dos colóquios

² Adquirida pela Biblioteca do ICS; o seu inventário constitui um importante guia para as leituras do seu primeiro proprietário. É notável a aquisição de livros de História ao longo dos anos 70 e 80.

³ Referência aos activistas da Juventude Universitária Católica no pós-II Guerra Mundial, cujas preocupações Sedas Nunes caracteriza no texto citado.

⁴ Cf. Joaquim Aguiar, Vasco Pulido Valente, Maria de Lourdes Lima dos Santos, Manuela Meneses, José Manuel Rolo, «Debate sobre 'As novas fronteiras da metodologia sociológica'», *Análise Social*, IX (35-36), 1972: 526-557.

A História no ICS: uma introdução

sobre História então realizados tiveram a presença de muitas centenas de assistentes. Estão neste caso «O século XIX em Portugal» (1979) e «A formação de Portugal Contemporâneo» (1981), que depois deram lugar a números monográficos da revista, que publicou também em 1981 um número triplo dedicado ao «Movimento Operário em Portugal». Claro que o ICS não teve então o monopólio deste tipo de iniciativas. Mas aquelas que se realizaram sob os seus auspícios tiveram o condão de marcar a agenda da pesquisa.

Os investigadores e os historiadores do ICS

A viragem para a História é marcante na produção do GIS nos anos 70 e inícios dos 80, um período de enorme expansão do ensino público universitário. Traduz-se, de resto, na muito elevada proporção de títulos publicados na *Análise Social* com uma assinalável dimensão histórica. Abrange o Estado Novo – Sedas Nunes diz, aliás, que os investigadores sociais «estavam justificadamente obcecados pelo Salazarismo» – mas também o século XIX, o Movimento Operário e pela República. Dos pesquisadores com a uma ligação mais antiga à instituição, apenas Vasco Pulido Valente e César Oliveira tinham uma formação inicial como historiadores. Outros, como Villaverde Cabral e Jaime Reis, doutoraram-se nesse campo. A maior parte, como Maria de Lourdes Lima dos Santos, Maria Filomena Mónica, Manuel de Lucena, Maria Eduarda Cruzeiro, Fátima Patriarca, Luís Salgado de Matos, José Barreto, ou Manuel Braga da Cruz, entre outros, partindo de formações diversas, irão trabalhar em temas com dimensão histórica em função da evolução das suas pesquisas. Mas o ICS começará no início dos anos 80 a recrutar historiadores e historiadores económicos, na sua maioria ainda nos primórdios dos seus percursos académicos: Fátima Bonifácio, João Serra, José Sobral, Rui Ramos, Conceição Andrade Martins, Pedro Lains. Para o final da década recrutará dois historiadores doutorados, já com obra feita e com um âmbito temporal de pesquisa que podia recuar do século XIX para trás, embora com formação inicial em Direito: António Hespanha e Valentim Alexandre. A pesquisa histórica era uma marca essencial de um pequeno instituto, que mal chegava a ter duas dúzias de «investigadores de carreira», como então se dizia.

Assim, na década seguinte, enquanto alguns dos investigadores referidos se dirigiam para novos territórios, regressando à pesquisa sociológica, o ICS continuava a afirmar-se com uma produção historiográfica marcante, abrindo a porta a novas agendas de investigação como a História Social das Elites ou a História Empresarial. Prosseguiram também os no-

História e Historiadores no ICS

táveis trabalhos sobre os derradeiros mundos rurais nos quais se cruzavam diferentes disciplinas. Significa isso que num momento decisivo da sua maturação institucional o centro nevrálgico de afirmação do ICS foi a História, ao lado da Sociologia, que fora o seu campo de gestação.

Na verdade, não existia uma «escola historiográfica do ICS». A pesquisa histórica não era guiada por um modelo comum, nem se centrava num único âmbito cronológico ou temático. Pelo contrário, alargou-se muito, passando a englobar também a História Moderna. Mas não deixa de ser possível delimitar algumas marcas comuns. O ponto de partida de muitos era a sociedade portuguesa e Portugal, que era também o de Sedas Nunes, não com a intenção de descobrir uma irreduzível singularidade, mas ao invés, com o objectivo de inscrever as suas marcas peculiares em contextos mais amplos. Na maior parte dos casos, ao contrário de se partir de quadros teóricos e conceptuais gerais em busca de um *case study* português que neles encaixasse, seguiu-se um percurso exactamente inverso. Têm-se atribuído, por vezes, marcas com alguma similaridade à própria orientação sociológica então prevalecente no ICS. De resto, esse impulso associou-se a uma genuína curiosidade que guiou as incursões empíricas, em coerência com o carácter do «novo espaço intelectual» que Sedas Nunes visou abrir na década de 60. Um espaço descomprometido, mas imperativamente não alheado dos problemas sociais, políticos, económicos e culturais do país.

Não é certo que todos os pesquisadores referidos se tenham cruzado ao mesmo tempo no ICS. Mas muitos deles participaram em debates e pequenos seminários de discussão de textos ou das suas próprias produções. Mais tarde isso daria lugar ao Seminário de História do ICS, organizado em colaboração com outras instituições e sempre com a participação muito activa de membros destas. Uma prática com raízes mais antigas que se expressava em discussões abertas nas quais as hierarquias académicas eram irrelevantes por comparação com a consistência dos argumentos. Eram a natureza desses debates e a qualidade das publicações resultantes que marcavam a diferença.

A par da institucionalização do núcleo original de investigação do GIS, que desde 1982 se passou a denominar ICS, a criação de espaços próprios de edição foi, também, um traço genético do GIS/ICS que, de algum modo, se construiu a partir da publicação da *Análise Social*. Nos finais dos anos 70, para além de edições policopiadas, começaram a publicar-se os primeiros livros do GIS com a criação da colecção «Análise Social», em parceria com a Editorial Presença, que teria um sucedâneo nos anos 90 na colecção com o mesmo título publicada de parceria com

A História no ICS: uma introdução

a Imprensa Nacional-Casa da Moeda. De permeio surgem nos anos 80 as primeiras publicações com a chancela exclusiva do Instituto de Ciências Sociais, destacando-se o *Boletim de Estudos Operários*⁵ e as colecções «Ensaio e Aproximações» e «Teorias e Teses», nas quais a História teve um lugar destacado.⁶ Mas os novos contextos significaram também a criação de novas modalidades de afirmação institucional e disciplinar, incluindo as primeiras actividades docentes do ICS. Entre 1992 e 2003 existiu um mestrado em Ciências Sociais, com diversas variantes, e entre 1999 e 2008 existiu um doutoramento em Ciências Sociais, com uma variante em Sociologia Histórica.⁷ O ICS teve ainda, mais recentemente, um papel fundamental na criação do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História, iniciado no ano lectivo de 2008/2009.⁸

O impacto da pesquisa histórica do ICS

A pesquisa histórica no ICS não foi toda feita, como se disse, por investigadores com formação inicial em História. Mas as iniciativas da instituição e a produção individual dos pesquisadores que, em algum momento, tiveram lugar no seu quadro marcaram de forma inquestionável o panorama académico e público. Com efeito, se no Portugal democrático se multiplicaram as empresas historiográficas sediadas noutras instituições, as contribuições próprias do ICS merecem ser evidenciadas num plano singular.⁹

⁵ O *Boletim*, policopiado, surge na sequência da criação do Arquivo Histórico das Classes Trabalhadoras (futuro Arquivo de História Social) instituído em 1979 a partir do fundo documental do espólio do jornalista e anarquista A. Pinto Quartim (1887-1970). Depois o arquivo recebeu muitos outros depósitos.

⁶ Na colecção «Análise Social», em parceria com Editorial Presença, destacam-se os livros de Manuel Villaverde Cabral *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*, de Maria Filomena Mónica *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar* e de Manuel Braga da Cruz *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Nos anos 80, a colecção «Ensaio e Aproximações» do ICS publicou, entre outros, *Artesão e Operários* de Maria Filomena Mónica e *Artes de Amar da Burguesia* de José Machado Pais. Por fim, em 1993, a nova colecção em parceria com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda arrancou, entre outros, com o livro de Jaime Reis, *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica (1850-1930)*.

⁷ O mestrado em Ciências Sociais teve variantes em «Transições Políticas em Portugal e na Europa: liberalismo, autoritarismo, democracia (séculos XIX e XX)»; «História e Sociologia do Poder», «Estado e Nação» e «Portugal Contemporâneo – Sociedades e Culturas».

⁸ De parceria com a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a Universidade de Évora, com a Universidade Católica Portuguesa e com o ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa).

⁹ Merecem especial menção, pela sua importância e impacto público, a participação de historiadores do ICS na *História de Portugal* coordenada por José Mattoso (1992-1994),

História e Historiadores no ICS

Entretanto, por maior que tenha sido a relevância dos debates, das iniciativas, das publicações e dos projectos colectivos do ICS, não há dúvida de que, acima de tudo, se criaram as condições institucionais para uma notável produção individual. A pesquisa histórica no ICS destacou-se porque os seus maiores expoentes foram autores. E autores que demarcaram os seus campos de pesquisa. Villaverde Cabral foi fundamental na difusão dos temas de História Económica e Social oitocentista, tal como Maria de Lourdes Lima dos Santos o foi nos estudos sobre a configuração do campo intelectual. Vasco Pulido Valente foi o primeiro a traçar, com um inconfundível cunho narrativo, uma inversão completa da história republicana da I República. Manuel de Lucena estabeleceu a primeira leitura institucional sistemática do Estado Novo. Maria Filomena Mónica e Fátima Patriarca deram precursoras contribuições para a história do movimento operário, antes de a segunda estabelecer uma visão dificilmente ultrapassável da institucionalização dos sindicatos corporativos e de a primeira se voltar para temas marcantes da história contemporânea. No quadro da sua orientação para os Estudos Políticos, Braga da Cruz deixou trabalhos decisivos sobre as origens intelectuais do salazarismo e sobre a União Nacional. Fátima Bonifácio reviu e reformulou sucessivamente a história política do século XIX, da qual apresentou uma leitura sistemática, teorizando depois, com um vigor sem paralelo, o regresso à narrativa política. Jaime Reis é reputado, a justo título, como o fundador da nova história económica em Portugal, plenamente inserida nas orientações internacionais desse campo disciplinar. António Hespanha produziu, com ampla repercussão internacional, as bases de uma nova história institucional do Antigo Regime, antes de se dedicar à investigação sobre o primeiro constitucionalismo. Valentim Alexandre, por fim, pode ser reputado como o instituidor da história pós-salazarista do colonialismo contemporâneo português.

Dificilmente, em Portugal, alguma outra instituição se pode gabar de ter albergado um conjunto comparável de produções historiográficas sobre as épocas moderna e contemporânea. Se em muitas das suas áreas a historiografia portuguesa foi fundada ou refundada depois de 1974,

bem como, uma década depois, na série de biografias «Reis de Portugal», lançada pelo CEPCEP-UCP/Círculo de Leitores (2003-2007). A revista *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, editada entre 1988 e 2004-2007, contou também com a sua participação destacada. Mais recentemente são de realçar, para além das obras colectivas adiante referidas, cf. nota 10, a coordenação por investigadores do ICS/AR da *História de Portugal*, dir. de Rui Ramos (2009), dos vols. II e IV da *História da Vida Privada em Portugal* dir. por José Matoso (2011), da *História Económica de Portugal 1143-2010* (2012), e da *História Contemporânea de Portugal, 1808-2010* (Fundação Mapfre, 2013-2015).

A História no ICS: uma introdução

pode afirmar-se que o ICS desempenhou um papel destacado nesse processo. E esse é, decerto, um dos mais fortes legados intelectuais do ICS.

A partir de meados dos anos 90, começaram também a existir mais financiamentos para iniciativas envolvendo grupos de investigadores.¹⁰ Desde sempre o ICS se definira com um espaço de pesquisa articulada e de debate dos respectivos resultados para investigadores de outras instituições, dimensão que passou a ganhar outra projecção graças a esses novos e recorrentes apoios. No entanto, mesmo quando inseridos em espaços internacionais de discussão e de debate, ou integrando e dirigindo equipas de pesquisa numerosas, nunca os pesquisadores do ICS que se dedicaram à pesquisa histórica deixaram de assumir um forte cunho autoral nas suas produções.

Embora a cronologia se possa discutir, parece certo que com a viragem para o novo milénio se foi alterando o cenário descrito. A mudança de ciclo resultou certamente da confluência de uma multiplicidade de factores. Desde logo, se a atenção do público pela História parece revestir em Portugal marcas particulares,¹¹ as evoluções internacionais da disciplina não deixaram de ter implicações internas relevantes. Os paradigmas historiográficos mudaram e com eles as múltiplas, diversificadas e contrapostas, mas facilmente identificáveis, referências dos anos 60 e 70. Porventura o elemento mais decisivo terá sido, no entanto, o facto de a atenção conferida à «sociedade portuguesa» ter durante muito tempo correspondido para muitos pesquisadores, embora não para todos, à assunção de um paradigma modernizador e à busca das «raízes do atraso» ou do «desfasamento» português. O optimismo em relação às perspectivas do projecto europeu, primeiro, e o impacto do que correntemente se designa por «globalização», depois, terão retirado actualidade ao questionário referido, incluindo a dimensão da pesquisa circunscrita pelo espaço «nacional».

¹⁰ Vejam-se, em particular, os projectos de investigação e editoriais formados por equipas vastas e coordenados por investigadores do ICS que resultaram nas seguintes publicações: António Barreto e Maria Filomena Mónica, dirs., *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*. Porto: Figueirinhas, 1999; Maria Filomena Mónica, coord., *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, 3 vols. Lisboa, ICS/AR, 2004; Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, coords., *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*, 2 vols. Lisboa, ICS/AR, 2004; Mafalda Soares da Cunha, Nuno Gonçalo Monteiro e Pedro Cardim, dirs., *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas no Antigo Regime*. Lisboa, ICS, 2005; Álvaro Ferreira da Silva e Pedro Lains, orgs., *História Económica de Portugal 1700-2000*, 3 vols. Lisboa, ICS, 2005.

História e Historiadores no ICS

Com efeito, o novo milénio introduziu também novas geografias nos vários campos disciplinares do ICS. Na História, em particular, passou a sentir-se fortemente o impacto de uma agenda internacional pautada pela afirmação de perspectivas e temáticas relacionadas com antigos espaços imperiais, criando novos cruzamentos com outras disciplinas. Mas o alargamento dos debates para fora das fronteiras deveu-se também, em grande parte, à projecção internacional de outros cenários académicos de línguas portuguesa e espanhola com os quais o ICS tem conseguido, desde então, manter relações privilegiadas.

Depois, não há como negá-lo, há uma questão de ciclo geracional. A primeira e segunda gerações de historiadores e investigadores históricos do ICS não foram renovadas. O que não deixa de ser também uma consequência do domínio do modelo autoral da pesquisa e da publicação, só em casos singulares ou tardiamente contrariado por iniciativas que abrangeram a integração de jovens investigadores. O número de historiadores no ICS declinou drasticamente, quer em termos absolutos, quer em termos relativos. E o impacto intelectual público dos que se seguiram não equivale ao das primeiras gerações.¹² Foram muito menos os que restaram e não se quiseram transmutar em sucedâneos disciplinares. Mas a questão geracional não deve ser entendida apenas em termos de vontade e de capacidade individuais. Na verdade, a mudança de ciclo correspondeu também a uma alteração substantiva das condições e expectativas do trabalho intelectual. A adopção mais ou menos generalizada de orientações ditadas pela obsessão com a mensurabilidade objectiva do impacto da produção científica, decalcada de outros campos disciplinares, veio introduzir condicionantes até então desconhecidas nas agendas dos investigadores. As exigências de alguns modelos de internacionalização académica e a reiterada insistência na criação de *networks* parecem deixar pouco lugar para o tempo meticuloso da História. Ninguém de uma residual terceira geração de «historiadores» do ICS ainda pode, como muitos dos seus colegas aqui evocados o fizeram, dar-se ao luxo de passar dois ou três anos sem publicar nada para se dedicar em exclusivo à pesquisa para um determinado livro.

Provavelmente, só daqui a algum tempo se poderão verdadeiramente avaliar as consequências historiográficas desta troca de precedência entre

¹¹ Cf. José Machado Pais, *Consciência Histórica e Identidade*. Oeiras, Celta, 1999.

¹² A figura do intelectual público, com presença regular nos *media*, esteve muito associada às primeiras gerações do ICS e a boa parte daqueles aqui reportados. Porém, referimo-nos mais especificamente ao impacto da produção propriamente historiográfica

A História no ICS: uma introdução

a qualidade e a quantidade. Entretanto, às angústias perante a dificuldade em conseguir dar resposta à aceleração do tempo académico, somam-se ainda outras de cariz mais substancial relativas à precariedade do emprego e à ausência de perspectivas de carreira. Um cenário em alguns aspectos semelhante ao dos primórdios do GIS para o qual em 1988 Sedas Nunes olhava retrospectivamente com assombro: «investigadores e funcionários não pertenciam a nenhum quadro de pessoal, não estavam integrados em qualquer carreira, nem sequer estavam ligados ao GIS por um contrato», parecendo-lhe então «difícil imaginar como fosse hoje [1988] possível introduzir por via semelhante a Sociologia, ou qualquer ramo do saber, no nosso País». Quase trinta anos depois, talvez faça sentido retomar a perplexidade de Sedas Nunes já não relativamente à introdução, mas à sobrevivência da História, e das Humanidades em geral, num contexto universitário desapossado de autonomia para recrutamentos, em progressivo abandono de critérios qualitativos e condicionado por financiamentos à investigação rigidamente moldados por outras agendas disciplinares.

Mais do que um impasse disciplinar, este é um «desafio societal» mais geral que se coloca nos dias de hoje, e não só em Portugal. Um desafio a exigir, em primeira mão, empenho institucional, mas também necessariamente iniciativa: sobretudo, na busca de um posicionamento institucional e social da História em conformidade com a importância do seu legado e do seu potencial analítico. Necessariamente diferente de uma produção académica centrada na análise de indicadores de muito curto prazo ou, num plano inverso, daquela que se dedica enfática e impositivamente aos exercícios de renomeação, traduzindo taxonomias ao gosto de sucessivas ondas assimiladas a processos de internacionalização da investigação.

Por fim, a afirmação disciplinar de campos próximos da investigação histórica, implicando a transferência dos temas e, por vezes, dos especialistas respectivos para esses territórios emergentes, representou também um desafio. Novas metodologias, novos questionários e novas geografias corresponderam também a imperativas mudanças de paradigma, com nova ênfase na diversificação heurística e na mobilidade. Alunos de pós-graduação e investigadores de pós-doutoramento, com substancial presença de estrangeiros, são hoje uma grande parcela daqueles que, inseridos em diversas áreas disciplinares, fazem pesquisa histórica dentro do ICS. As suas virtualidades de renovação da História já não assentam em boa medida nas tradicionais bases institucionais, mas no seu potencial de competitividade a nível de obtenção de financiamentos e do impacto internacional das suas investigações. Dimensões nas quais, apesar de tudo, o ICS se tem conseguido também destacar positivamente, insti-

História e Historiadores no ICS

tuindo-se como território de pesquisa e de debate para investigadores de múltiplas proveniências e filiações.

Este livro

Este livro, cuja introdução assinala apenas o ponto de vista dos seus subscritores, retoma, com ulteriores releituras, as contribuições que foram inicialmente apresentadas e publicamente debatidas ao Seminário «História e Historiadores no ICS», que teve lugar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade em Lisboa, a 18 de Maio de 2015. O que se pediu aos diversos autores, seleccionados em função do seu conhecimento da obra, mas também das suas conexões académicas com os evocados, foi uma avaliação crítica articulada com uma breve inserção biográfica de todos os investigadores do ICS que se dedicaram de forma destacada à investigação histórica e se aposentaram nos últimos anos. Infelizmente, Manuel de Lucena e Fátima Patriarca deixaram o nosso convívio já depois do lançamento da iniciativa. Os coordenadores deste volume querem agradecer a imensa e generosa disponibilidade de todos quantos aceitaram o nosso repto e o concluíram em tempo útil.¹³

O que se apresenta é, de algum modo, um produto misto. Combina, quase sempre, uma notória dimensão historiográfica com uma incursão biográfica, muitas vezes de teor testemunhal. Muito mais se pode escrever sobre todos eles. Lendo e relendo o que publicaram e, na maior parte dos casos, continuam a publicar. Os autores que aqui se publicam olharam sempre à sua maneira para os autores que aqui se evocam.

As instituições académicas portuguesas, com muita frequência, ou vivem de uma memória mais ou menos serôdia, reinventada a gosto de supostas tradições, ou não têm de todo memória, respondendo nervosa e ufanosamente aos impulsos da hora que passa. O ICS tem procurado não ser exactamente assim. A história da instituição, que comemorou em 2012 o seu meio século de vida, confunde-se com a da História como disciplina e com as histórias de vida daqueles que aqui são evocados.¹⁴

Lisboa, 1 de Janeiro de 2017

¹³ Os organizadores agradecem a António Costa Pinto, Jorge Pedreira, Pedro Lains e Rui Ramos que presidiram às mesas do seminário. Uma palavra de reconhecimento é também devida à direcção, à imprensa, aos serviços administrativos, à biblioteca e à pós-graduação do ICS, nas pessoas de José Luís Cardoso, José Machado Pais, António Martinho, Maria Goretti Matias, Clara Cabral, Paula Costa, João Silva, pelo incedível apoio que deram a esta publicação.

¹⁴ Na revisão deste texto teve-se em conta as opiniões dos avaliadores editoriais. No conjunto do livro, respeitou-se a grafia usada por cada um dos autores.

Pedro Cardim

Capítulo 1

António Manuel Hespanha

Gostaria de começar por fazer uma espécie de «declaração de interesse»: foi com António Hespanha que realizei a parte mais fundamental da minha formação como historiador e, para além disso, mantemos, desde há muito, uma forte amizade. No entanto, essa amizade, assim como a enorme admiração que nutro pela sua obra, não me impedem de guardar uma distância crítica face à mesma.

Quero também dizer que, para este texto, tirei partido do volume de homenagem a António Manuel Hespanha, intitulado *Entre a História e o Direito*, publicado pela Almedina em 2015. Servi-me, em especial, do texto de abertura do volume, da autoria de Ana Cristina Nogueira da Silva e de Ângela Barreto Xavier, texto esse que contou com um pequeno contributo meu. Recorri, também, à entrevista a António Hespanha inserida nesse mesmo volume, conduzida por Mafalda Soares da Cunha, Maria Teresa Beleza, Nuno Gonçalo Monteiro e Rita Garnel. Seleccionei para este texto alguns excertos dessa entrevista.

A reflexão que irá ser apresentada reflecte, necessariamente, o modo como eu vejo a investigação e o modo de trabalhar de Hespanha. Os livros que vou destacar e os momentos que vou assinalar reflectem o meu olhar sobre a sua obra. Esta apresentação possui, portanto, um cunho bastante pessoal.

Olhando para a trajectória intelectual de António Hespanha, diria que nela é possível identificar cinco principais áreas de trabalho:

- a) uma linha de investigação de carácter «matricial», na qual sobressai um grande esforço de renovação da história jurídica; «matricial» porque considero que ela é definidora de muito do que Hespanha fez desde então até à actualidade;
- b) em segundo lugar, um conjunto de pesquisas dedicadas à história da época moderna, muito tributárias da renovação que comecei por referir; tais pesquisas são contemporâneas do período em que Hes-

História e Historiadores no ICS

- panha ingressou no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;
- c) uma investigação centrada na expansão ultramarina e na dinâmica imperial dos portugueses, em parte relacionada com a docência de Hespanha na Universidade de Macau e, sobretudo, com as funções que desempenhou na Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses;
 - d) uma série de estudos sobre o constitucionalismo português de Oitocentos, coincidente com o período em que Hespanha foi professor catedrático de História do Direito na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;
 - e) e, por fim, uma reflexão sobre a teoria do Direito, característica dos anos mais recentes da produção intelectual de Hespanha, bem como do período em que leccionou na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Nesta apresentação irei sobretudo centrar-me nas três primeiras áreas de trabalho que acabei de referir, ou seja, o contributo de Hespanha para a renovação da história jurídica; os aspectos inovadores da investigação que Hespanha realizou sobre a época moderna; e, finalmente, os seus trabalhos dedicados à expansão portuguesa.

António Hespanha revelou, desde sempre, uma forte propensão para pensar criticamente os vários campos de saber aos quais se foi dedicando. Aliás, penso que é importante frisar que, para além de produzir conhecimento, Hespanha sempre quis intervir (e deixar a sua marca) nos territórios de saber nos quais se moveu. Essa é uma característica presente tanto nos seus primeiros estudos, quanto nas suas investigações mais recentes, continuando a marcar o seu olhar sobre o mundo actual. Além disso, sempre se interrogou sobre as condições epistemológicas do saber por ele produzido. São por isso muitas as páginas que escreveu dedicadas a questões teórico-metodológicas.

Assim, pouco tempo depois de ter iniciado a sua trajectória científica, na década de 1970, António Hespanha, juntamente com outros historiadores do Direito de Itália e de Espanha (como Paolo Grossi, Pietro Costa, Pierangelo Schiera, Bartolomé Clavero ou Francisco Tomás y Valiente), destacou-se como um dos principais impulsionadores da então chamada «nova» historiografia do Direito. Como se sabe, esta corrente historiográfica ampliou exponencialmente o leque de temas da história jurídica, ao mesmo tempo que promoveu uma revisão conceptual muito profunda, a qual acabou por afectar, também, a historiografia dedicada à política e às relações de poder.

António Manuel Hespanha

Para além de frisar o carácter fundamentalmente plurinormativo e corporativo do universo político anterior ao século XIX, esta «nova história do Direito» chamou a atenção para o facto de o poder ser então concebido predominantemente como *iurisdictio*, mas também para a situação de pluralidade jurisdicional e judicial que caracterizava as sociedades do Antigo Regime. Para além disso, os trabalhos de Bartolomé Clavero e de António Hespanha mostraram, até à saciedade, que o *ius commune* proporcionava um enorme manancial de indícios para reconstituir a antropologia política da Europa dos séculos XV a XVIII.

Um exemplo incontornável desta renovação historiográfica é o labor efectuado em torno da categoria «Estado» e sua pertinência para a análise das sociedades anteriores ao século XIX. A partir da década de 1980, o conceito de «Estado», como categoria historiográfica, foi submetido a um escrutínio muito apertado. No quadro desse escrutínio reavaliou-se a dimensão histórica da entidade estatal, mas também do discurso que sustentou (e legitimou) essa instituição. Demonstrou-se que esse discurso, produzido sobretudo a partir de inícios do século XIX, mais do que *descrever* uma entidade estatal alegadamente ancestral, estava a *criar* essa entidade, a *justificá-la* e a *legitimá-la*, utilizando, de uma forma sistemática, o saber histórico. Hespanha teve um papel fundamental neste processo de questionamento e de renovação. O seu contributo para o debate em torno da pertinência historiográfica da categoria «Estado» foi determinante para a renovação da história do Direito, assim como para o desenvolvimento da chamada «nova história política», surgida durante a década de 1990.

Não é fácil resumir, em poucas palavras, o leque de referências teóricas em que assenta o pensamento de António Hespanha. Em todo o caso, na investigação que desenvolveu é visível, desde o começo, uma forte vinculação a Michel Foucault. Numa recente entrevista Hespanha admitiu ter ficado «muito seduzido» [*sic*] não só pela forma como Foucault estudava os discursos como objectos, mas também como explicava, a partir deles, tanto a sua morfologia como o contexto (as coisas, os interlocutores) que eles construíam. O livro *L'archéologie du savoir*, de 1969, revelou-se especialmente «útil» para Hespanha, pois proporcionava «... uma teoria juntamente com a metodologia adequada, [e nele] se relacionava, de uma forma muito «marxista», os produtos discursivos com práticas sociais de discorrer, *i. e.*, de comunicar, e estas com as práticas sociais gerais».

Assumindo a impossibilidade de reconstituir o passado, as suas instituições ou o seu direito, Hespanha apostou na análise do discurso, ao

História e Historiadores no ICS

mesmo tempo que efectuou uma crítica cerrada das leituras teleológicas da história jurídica. A projecção das categorias do presente no passado, o anacronismo, a contaminação da pesquisa histórica pelas teorias da modernização, pelo estadualismo e pelo nacionalismo, são preocupações que informam toda a obra de Hespanha, desde as primeiras publicações até aos mais recentes trabalhos. Denunciando as várias modalidades de desfiguração do passado para legitimar o presente, apostou no decifrar das «racionalidades de outros tempos», das lógicas pretéritas. Explorou um tempo em que as palavras podiam ser as mesmas, iguais às do presente, mas em que os seus significados eram outros, demonstrando que, antes do século XIX, não havia Estado, não havia aparelho estatal, não existiam nem unicidade política, nem territórios uniformes, era um tempo durante o qual, em vez de um poder político centralizado, havia constelações de poderes e espaços jurisdicionais heterogéneos.

No entanto, mais ainda do que Foucault, para Hespanha foi sem dúvida estruturante a sua interacção, a sua simbiose, com Bartolomé Clavero, insigne historiador do direito espanhol e amigo próximo desde longa data. Como refere Hespanha,

Tudo o que Clavero escreveu, logo na década de '70 sobre a centralidade da ideia de jurisdição, como um poder local e relativo, na sociedade de Antigo Regime, por oposição à ideia de Estado, como poder geral e absoluto, na modernidade, foi muito decisivo para mim. [...] Um segundo ponto de encontro foi na identificação da «graça» como um tópico central da economia moral das antigas sociedades europeias.

Clavero, tal como Hespanha, concedeu prioridade aos discursos sobre a realidade social, a sua ordem e o seu governo, temas constantes da obra de ambos os historiadores. O mesmo se pode dizer sobre o modo como esses discursos comunicavam com as práticas sociais. Foi assim que Hespanha reconstituiu a história do pluralismo jurídico e dos múltiplos poderes, e se empenhou na identificação e na análise do poder de dizer o direito, dos seus agentes, dos seus dispositivos e das suas modalidades.

Tal como Clavero, Hespanha, nos seus trabalhos, mostrou o quão importante era respeitar as fontes, dialogar com as fontes, situá-las no seu contexto, olhá-las como manifestação das representações e dos valores locais. E foi a par de Clavero que Hespanha rejeitou a leitura estadualista das formações políticas do Antigo Regime, aí incluindo o caso português. Ambos demonstraram, nos seus trabalhos, que noções como a contra-posição entre interesse público e interesses privados, a unicidade norma-

António Manuel Hespanha

tiva, os direitos individuais, o mandato representativo, a soberania como posse exclusiva do poder político, a identificação do direito com a lei, ou o monopólio estatal da administração da justiça, não eram pertinentes para a compreensão do modelo político que prevaleceu até cerca de 1800.

Hespanha, tal como Clavero, mostrou que, para se aceder ao direito dessas épocas recuadas, não bastava conhecer as leis, porque não era nelas que estava a parte fundamental desse direito pretérito. Ambos desvendaram complexos normativos que concretizavam dimensões não-jurídicas da ordem social, como por exemplo a «graça», que prevalecia sobre o direito e com a qual este contava. Analisaram, também, os sentimentos, «transformados em deveres jurídicos pela estrutura absorvente e esponjosa do direito comum» (cit. de Bartolomé Clavero).

Juntos, Hespanha e Clavero percorreram um passado onde também não se vislumbrava com clareza a Nação e onde o vínculo «nacional», se algo de semelhante existia, era frágil, coexistindo com outros vínculos, mais fortes, mais identificadores, como era o caso dos que uniam as pessoas ao lugar onde tinham nascido (a «pequena pátria»), ao seu grupo social, ou, para dar o exemplo de um nível de identificação mais abstracto, à *Respublica Christiana*, à comunidade católica.

Ainda a respeito das principais influências de Hespanha, gostaria de destacar, também, o seu encontro com Johannes Michael Scholz no Instituto Max Planck para a história do direito europeu, em Francoforte do Meno. Para Hespanha a interacção com Scholz terá sido determinante, sobretudo porque através dela a sua investigação passou a ter mais em conta a dimensão social do mundo jurídico, mas também a sociologia que se fazia naquele período em França e na Alemanha. De acordo com Hespanha,

[...] Scholz chamou-me a atenção para muita coisa que viria a ser importante no desenvolvimento da minha obra. Nos períodos que passava no Max-Planck-Institut für Europäische Rechtsgeschichte, foi ele que me chamou a atenção, nesses idos anos '80, para Bourdieu e para Luhmann. Bourdieu era o seu grande inspirador. Mas também tinha compreendido bem o papel que Luhmann estava a ter no redesenho da teoria social e da teoria do direito na Alemanha.

Foi sobretudo a partir desse longo tirocínio no Instituto Max Planck, no final da década de 1970, que Hespanha começou a dedicar mais atenção aos juristas, o grupo social que sempre se apresentou como portador da capacidade de revelar (construindo-a) a ordem comunitária. A atenção que Hespanha concedeu a este grupo concretizou-se em muitos ensaios

História e Historiadores no ICS

seminais sobre o universo social dos juristas, mas também na construção de grandes bases de dados prosopográficas e bio-bibliográficas. Foi também com Scholz que Hespanha apurou os seus métodos de análise quantitativa, o que lhe permitiu fazer diversos estudos seriais e estatísticos. Contou, por exemplo, o número de oficiais da administração periférica, mas também o número de juizes de fora ou dos vassallos que estavam sob a alçada dos vários poderes. Contou, igualmente, realidades tão diversas como as rendas dos oficiais, as despesas e as receitas da Coroa, os concelhos e as freguesias, os criminosos e os condenados à morte, o número de processos judiciais abertos ou, ainda, as leis que circularam no período anterior a 1800. Ao investir neste esforço quantitativo Hespanha apostava, também, na verificabilidade empírica da investigação que ia realizando.

E foi também nesse contexto que Hespanha começou a recorrer, de um modo mais sistemático, à informática, acabando mesmo por desempenhar um papel verdadeiramente precursor na utilização de técnicas computacionais no quadro da análise histórica. Várias décadas antes de se falar em *digital humanities* já Hespanha desenhava projectos de investigação com uma fortíssima dimensão computacional. Para além da sofisticação técnica de algumas das suas incursões informáticas, refira-se, também, a tentativa de usar métodos computacionais para analisar realidades algo intangíveis como, por exemplo, a intensidade das relações interpessoais ou a força dos sentimentos no quadro de uma rede social.

Entretanto, na década de 1980 deu-se uma primeira inflexão na trajectória científica de António Hespanha. A partir desses anos, e sem pôr de lado a sua identidade como historiador do direito, Hespanha foi-se tornando um historiador cada vez mais centrado na época moderna, alargando os seus interesses a um conjunto de temas e de fontes – já não exclusivamente jurídicas – até aí pouco habituais no seu trabalho. A partir dessa altura dialogou intensamente com as historiografias espanhola e italiana sobre a época moderna, e a sua obra cada vez mais influenciou a agenda historiográfica portuguesa, sobretudo a dos historiadores dedicados à idade moderna. Data desse período a realização do colóquio *A Arqueologia do Estado*, muito marcante para o universo historiográfico português, o mesmo se podendo dizer da criação da revista *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, cujo primeiro número surgiu em 1988. Hespanha esteve ligado a ambas as iniciativas. O seu ingresso na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – em 1986 – foi também marcante. Primeiro, porque incrementou a sua interacção com o campo das ciências sociais e das humanidades, então em fase de

António Manuel Hespanha

grande expansão em Portugal. Depois, porque foi nessa faculdade que defendeu a sua tese de doutoramento, corria o ano de 1986. Nas palavras de Hespanha:

A minha tese de doutoramento (*As Vésperas do Leviathan*, 1986) obrigou-me a passar em revista várias áreas da história moderna e, na verdade, a tese era muito mais um trabalho de história geral (institucional e política), do que um trabalho de história do direito, era uma leitura da história portuguesa na perspectiva dos mecanismos de poder. Tudo aí tem esse recorte, a leitura do espaço, a construção das identidades, as finanças da coroa e, claro, o direito e as instituições.

Importa lembrar que Hespanha defendeu a sua tese de doutoramento num momento de forte renovação internacional da história da Monarquia Hispânica. Dos trabalhos então produzidos resultou uma imagem profundamente renovada da Europa do Sul, essa zona de encontro entre o Mediterrâneo e o Atlântico e que, durante muito tempo, constituiu a porta de acesso à América e aos demais continentes. Ao estudarem a Espanha e a Itália dos séculos XVI e XVII, os historiadores dessa geração desvendaram um espaço comum, caracterizado por uma cultura latina e católica, ligado por profundos laços políticos, sociais e culturais, e no seio do qual circularam modelos político-administrativos muito próprios, nalguns casos, bem diferentes daqueles que é possível encontrar nas zonas setentrionais da Europa. No seu conjunto, pode dizer-se que um dos principais contributos desta historiografia foi questionar a presunção de que a «modernidade» radicava exclusivamente na parte setentrional do Velho Continente.

Portugal, como parte desse agregado de reinos, de províncias e de territórios que foi a Monarquia dos Áustrias, acabou por beneficiar desta revitalização. E António Hespanha foi, de longe, o historiador da sua geração que melhor dialogou com essa renovação historiográfica. Incidindo ostensivamente sobre a política, Hespanha estudou, de um modo exaustivo, os sistemas de governo, a sua orgânica, o seu oficialato, a sua cultura funcional e a sua actuação em diversas conjunturas. Estudou, também, as várias configurações institucionais da administração (conselhos palatinos, juntas, secretários de Estado); os órgãos de administração territorial e, ainda, as diferentes modalidades de serviço à coroa (oficialato tradicional *versus* modelo comissarial; juízes ordinários *versus* comissários; magistratura ante o *ethos* aristocrático). Além das áreas temáticas que acabaram de ser referidas, Hespanha produziu estudos inovadores sobre a valência política da corte régia, da etiqueta palaciana e do dispositivo

História e Historiadores no ICS

cerimonial. Analisou as relações entre centro e periferia e as suas implicações políticas, estudando, também, e de um modo aprofundado, a problemática da «monarquia compósita» e as questões de ordem «constitucional» a ela inerentes. Por último, reconstituiu, com toda a minúcia, os processos de produção, de difusão e de recepção das decisões governativas, a fim de captar toda a complexidade de tais processos.

Desse modo, Hespanha contribuiu decisivamente para tornar mais evidente a especificidade da política numa sociedade como a da Europa meridional da época moderna. Através do seu trabalho percebe-se que essa sociedade não podia ser governada racionalmente de maneira burocrática, nem ser inteiramente confiada a mecanismos de auto-regulação espontânea. Foi igualmente graças ao seu contributo que se passou a dedicar mais atenção aos órgãos judiciais e ao papel por eles desempenhado numa paisagem social caracterizada por tendências contraditórias de organização e de desregulação, de regulamentação e de desinstitucionalização.

A par disso, Hespanha demonstrou que tão importante quanto descrever a orgânica do governo e da administração é entender a sua cultura organizacional, os seus efectivos e, ainda, as suas complexas articulações com o meio social e económico que servia de palco a essas práticas político-administrativas. Para além da caracterização das instituições e da sua lógica de funcionamento, investigou o modo como os diversos grupos sociais que gravitavam em torno dessas instituições tiravam partido dos recursos por elas detidos.

Boa parte do que acabou de ser dito está plasmado na sua tese de doutoramento, intitulada *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político (Portugal, Século XVIII)* (1986), um livro que operou uma ruptura no domínio da história institucional e política de Portugal e de Espanha. A sua edição espanhola – *Las vísperas del Leviathan* (Madrid, Taurus, 1989) – teve enorme repercussão internacional, o mesmo se podendo dizer da colectânea de ensaios *La gracia del derecho. Economía de la Cultura en la Edad Moderna* (Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1993).

No momento em que Hespanha ingressou no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, corria o ano de 1989, a sua investigação estava centrada no leque de questões que acabou de ser apresentado. A inserção num centro de estudos dedicado às Ciências Sociais, aliada às condições únicas que esta instituição proporcionava à investigação científica, foram factores que potenciaram a sua pesquisa, permitindo a Hespanha produzir alguns dos seus trabalhos historiograficamente mais marcantes. Muito representativo da maneira de Hespanha pensar a época

António Manuel Hespanha

moderna é, sem dúvida, o seu contributo para a *História de Portugal* dirigida por José Mattoso. As reuniões preparatórias do IV volume – que Hespanha coordenou – decorreram, quase todas, na sala de seminários do antigo Instituto de Ciências Sociais, e o livro que resultou desse labor colectivo (Lisboa, Círculo de Leitores, 1993) é, de certa maneira, o ponto de chegada do ciclo de investigação que Hespanha vinha desenvolvendo havia mais de uma década.

Foi também no Instituto de Ciências Sociais que Hespanha inovou no modo de organizar o trabalho científico em Portugal. Contemporâneo do período de institucionalização da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, dos primeiros concursos de bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento, dos primeiros concursos para financiamento de projectos de investigação e, ainda, da implementação do sistema de avaliação por pares, Hespanha foi dos primeiros historiadores portugueses a mostrar como era proveitoso trabalhar nesse ambiente de maior exigência científica. O seu *background* internacional levou a que se tornasse num dos primeiros a desenvolver investigação colaborativa no campo da História, montando projectos de investigação internacionais nos quais envolveu muitos jovens investigadores que estavam então a iniciar as suas teses de mestrado e de doutoramento. Foi aí, também, que desenvolveu a parte principal do seu trabalho como formador de mestrandos e de doutorandos.

Na década de 1990 tornou-se claro que a obra de Hespanha tinha relevância para contextos que iam muito além do quadro nacional português. Hespanha estava muito longe de ser, «apenas», um historiador da realidade portuguesa, pois as ferramentas analíticas que desenvolveu revelaram-se pertinentes para compreender os mais diversos contextos, europeus e não-europeus. Um dos seus livros, que ilustra perfeitamente o que acabei de dizer, é o *Panorama da História da Cultura Jurídica Europeia* (1997), uma obra cujas várias edições foram lidas, em diversos idiomas (português, chinês, italiano, espanhol), por milhares de estudantes.

A partir de meados da década de 1990 ocorreu uma espécie de *imperial turn* na obra de Hespanha, com forte impacto na historiografia sobre os impérios e, em particular, na historiografia brasileira. Por causa da sua docência na Universidade de Macau e, sobretudo, por influência das funções que passou a desempenhar como comissário-geral da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Hespanha cada vez mais incluiu, na sua investigação, os mundos africano, americano e asiático. No campo historiográfico internacional, esta viragem coincidiu com a recepção da agenda pós-colonial e com o desen-

História e Historiadores no ICS

volvimento dos estudos sobre o colonialismo europeu e sua história. Hespanha dialogou proficuamente com essa emergente historiografia sobre os impérios coloniais, nela deixando, uma vez mais, a sua marca.

Transpondo para o universo ultramarino os seus quadros de análise da política e dos mecanismos de poder, Hespanha reencontrou, nos territórios asiáticos, americanos e africanos sob a égide dos portugueses, a mesma pluralidade dos poderes e a mesma multiplicidade de formas de exercício desses poderes. Estudando o mundo imperial português, identificou fenómenos como o atomismo, a pluralidade de modelos jurídicos, as limitações constitucionais do poder central e régio, bem como o carácter mutuamente negociado dos vínculos políticos. Além disso, no império também reencontrou o direito dos rústicos, sob a forma do ordenamento dos povos nativos dos diversos territórios ultramarinos. Como refere Hespanha,

Apesar de ser um facto que as relações sociais nas colónias são, evidentemente, diferentes (das que ocorrem na metrópole, mas também umas em relação às outras, no ultramar), o que tenho tentado fazer é mostrar como os metropolitanos iam tentando ler todas essas experiências à luz de quadros interpretativos que já existiam na cultura europeia, nomeadamente na cultura jurídica.

Acerca da dinâmica colonizadora portuguesa, para além de assinalar a ausência de um verdadeiro projecto imperial, Hespanha defende que

[...] por muito forte que tenha sido o exotismo, as matrizes culturais europeias tendiam a prevalecer, expropriando os sentidos locais às coisas exóticas e reconduzindo-as a coisas familiares, das quais os metropolitanos e os colonos sabiam falar. Acho que destacar esta importância das matrizes europeias na construção do imaginário colonial ajuda a medir a intensidade da colonização como apropriação do outro.

Ao longo do período em que exerceu funções como comissário-geral da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses tornou-se mais visível uma faceta que Hespanha sempre teve e que continua a cultivar: a do historiador com intervenção cívica, a do intelectual profundamente comprometido com um ideal democrático de cidadania e sempre empenhado em denunciar os usos políticos do passado.

Foi também no quadro deste *imperial turn* que se deu a recepção da obra de Hespanha no seio da historiografia dedicada ao Brasil colonial. Pode afirmar-se, sem exagero, que o acolhimento dispensado à sua obra

António Manuel Hespanha

foi fulgurante, sobretudo a partir do final da década de 1990, o mesmo se podendo dizer do contributo de Hespanha para o relançamento da história do direito no mundo académico brasileiro. Publicando abundantemente no Brasil e leccionando, com frequência, nas universidades desse país, promoveu uma história crítica, valorizadora dos contextos institucionais, intelectuais, materiais e linguísticos do direito, das ideias e das práticas jurídicas. Segundo o próprio António Hespanha, estes elementos, juntamente com outras fontes de inspiração, foram «determinantes na minha maneira de reintroduzir a história do direito na Universidade brasileira». Paralelamente, abriu uma nova frente de investigação, também ela com uma dimensão luso-brasileira: a história militar, área à qual também deu um importante contributo renovador.

As minhas últimas palavras, necessariamente breves, incidem na recente obra de Hespanha, centrada em cronologias mais contemporâneas e lidando com problemas mais afins da história do direito. Nos últimos anos o pensamento constitucional do século XIX tornou-se num dos principais objectos da sua investigação, temática que o reaproximou da história do direito e que lhe permitiu reencontrar Bartolomé Clavero (se é que alguma vez se afastou dele...). Ambos se empenharam no desvendar da lógica do liberalismo oitocentista, analisando a sua dimensão histórica e desmontando o seu discurso de modernidade, ao mesmo tempo que assinalaram os processos violentos que acompanharam a implementação do sistema político liberal – a destruição de laços comunitários, bem como a imposição autoritária de uma suposta razão universal e abstracta sobre as «razões particulares». Demonstraram que, sob a aparência do contrato que era descrito como o resultado de decisões livres, se escondia uma autoridade disciplinar, cuja raiz residia no poder do *pater familias*, do pai e patrão, a autoridade do senhor da casa. Verificaram que, afinal, muito do que caracterizava o sistema político do Antigo Regime sobreviveu à chamada «era das revoluções».

As incursões que Hespanha tinha feito nas instituições centrais da monarquia do Antigo Regime revelaram-se muito úteis para a compreensão destas questões. De facto, ao estudar o universo político do século XIX, concedeu especial atenção à estrutura orgânica dos ministérios e dos outros órgãos que foram então criados, às suas atribuições e aos nomes pelos quais eram designados. Além disso, analisou aprofundadamente o significado das mudanças que ocorreram ao longo do período oitocentista, interpretando-as à luz dos paradigmas administrativos de cada época, das finalidades e do âmbito de intervenção dos governos, bem como das perspectivas ideológicas que subjaziam à sua arquitectura.

História e Historiadores no ICS

Em síntese, penso que podemos afirmar que, graças ao trabalho de António Hespanha, actualmente dispomos de uma noção muito mais precisa da historicidade da política e dos mecanismos de poder. «Estado», «soberania», «lei», «direito», «liberdade», «sujeito», «jurisdição», «administração», «governo», «política», «cidadão», etc., são termos utilizados com um rigor acrescido e de uma forma muito mais controlada, em boa medida porque beneficiamos de um *corpus* de reflexão muito mais abrangente e historicamente muito mais fundamentado. No essencial, pode dizer-se que, graças a António Hespanha e à geração de historiadores que ele tanto inspirou, possuímos um conhecimento mais aprofundado da espessura histórica destas palavras, do modo como a sua semântica variou e, sobretudo, da sua força performativa, também ela historicamente localizada.

Álvaro Garrido

Capítulo 2

Fátima Patriarca: da sociologia do trabalho a uma história social do «político»*

Invariavelmente, os textos de Fátima Patriarca (FP) contam uma história. Uma história que depressa se nos impõe pela evidência de ser verdadeira, rigorosa, exactamente assim. Em regra, os textos de FP narram uma história, ou fragmentos de história, sempre ancorados em documentação de arquivo e em preciosos testemunhos orais. As fontes são dissecadas com admirável rigor, e o seu uso, descritivo ou interpretativo, presta culto às propriedades heurísticas do detalhe. O seu trabalho apoia-se num exaustivo, quase insano, levantamento de fontes primárias a que se segue um escrutínio cuidado do seu valor probatório.

A inteligibilidade teórica dos textos de FP surge sempre diluída na narrativa histórica que oferece ao leitor. O estilo é muito próprio e faz jus ao anunciado retorno da «história narrativa», um movimento historiográfico de matriz britânica que encontrou muitos e bons cultores no Instituto de Ciências Sociais.¹

* Este texto resulta da comunicação homónima que tive a honra de apresentar ao Seminário «História e Historiadores no ICS», realizado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em 18 de Maio de 2015. O posterior falecimento da Fátima trouxe a público um conhecimento mais profundo sobre a sua vida e obra de admirável historiadora e levou à organização de uma sessão de homenagem que teve lugar nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo em 16 de Junho de 2016 e na qual também interveio a arquivista Madalena Garcia. Este texto resulta das comunicações apresentadas em ambas as ocasiões e beneficiou de preciosos contributos de familiares, colegas e amigos de Fátima Patriarca, a quem muito agradeço: Jorge Almeida Fernandes, José Luís Cardoso, António Araújo, Fernando Rosas, João Freire, Silvestre Lacerda. De Manuel de Lucena, obtive os primeiros testemunhos de admiração e encantamento pelo trabalho de investigação de Fátima Patriarca.

¹ Ver Maria de Fátima Bonifácio, «O abençoado retorno da velha história», *Análise Social*, xxviii (22), 1993: 623-630.

História e Historiadores no ICS

Os livros e os artigos de FP não forçam interpretações; induzem-nas com subtilidade. Porém, o seu estilo em nada se confunde com os modos e artifícios da literatura. A escrita é rica e elegante, mas dispensa palavras supérfluas. Tudo é manifestamente científico, ainda que apresentado sem exhibir tal pretensão. Se todos os historiadores fizessem e escrevessem História como FP, seria certo dispensarmos de vez a velha dicotomia que tende a classificar a História como «Ciência» ou como «Arte».

Uma assombrosa capacidade de descrição explicativa e uma judiciosa inserção dos factos na teoria fazem da obra de FP um conjunto singular na historiografia contemporânea portuguesa.

Da minha leitura e releitura dos numerosos textos que publicou, pareceu-me acertado concluir que o seu contributo mais saliente para a história da História reside no modo como soube construir uma História Social do «político». De certa maneira, FP também abriu novos caminhos a uma História Política que precisou de incluir uma dimensão de História das Instituições. Fê-lo sem cair num institucionalismo estrito que, por vezes, se mostra sobranceiro à categoria da historicidade.

FP mostrou-nos um outro caminho, seguramente mais difícil, de fazer História contemporânea. Relativamente ao período do Estado Novo (1933-1974) e às suas realidades político-sociais, a auto-exigência analítica de FP e o seu sentido crítico subtil conduziram-na a evitar o binómio previsível e redutor que tende a situar os historiadores do salazarismo entre aqueles que preferem uma história do regime por dentro de si mesmo e os que elegem a «história das oposições» como a única perspectiva capaz de alimentar uma memória histórica vigilante.

Se a Sociologia do Trabalho – a Sociologia da acção operária, da greve e das relações sociais na empresa – foi o campo favorito e o trajecto comum de diversos investigadores do GIS/ICS e de outras instituições académicas que se deslocaram da Sociologia para a História, a obra de FP exprimiu sempre uma elevada consciência da *historicidade* e integrou, precocemente, os métodos de crítica histórica, nomeadamente em busca de pistas falsas e de hipóteses de análise finamente ponderadas.

O modo de fazer e escrever História constitui, na verdade, um reflexo de nós mesmos. Não são precisos encómios de personalidade para reconhecermos que a produção historiográfica de FP evidencia uma série de qualidades singulares, aliás muito reconhecidas pelos pares.

A sua escrita da História é *radicalmente ética*, visto que procura obstinadamente a *verdade*, categoria que a epistemologia pós-moderna tornou quase alegórica; *reconstitutiva*, na medida em que se propõe refazer os factos confrontando-os com as respectivas imagens de discurso (representa-

Fátima Patriarca

ções); *probatória*, dado que reúne e confronta entre si numerosos indícios de prova; *crítica*, porque não hesita em captar as fenomenologias da memória sobre acontecimentos socialmente disputados ou sujeitos a versões enquistadas; *micro e macro*, porque atende ao detalhe e procura o extremo rigor, conjugando esse propósito com a mobilização parcimoniosa da teoria e considerando diversas escalas socioespaciais de análise; *criativa*, porque sabe imaginar itinerários de análise e urdir interpretações partindo da imaginação arquivística, da descoberta documental e do testemunho oral dos próprios actores históricos.

Marc Bloch, Carlo Ginzburg e Renzo de Felice foram boas e notórias influências na obra de FP. O autor do célebre *The Making of the English Working Class*, E. P. Thompson, também surge nos seus textos, mas sem especial fervor.

Se a Sociologia e a História não parecem bons vizinhos, como ironizou Peter Burke, neste caso a conjugação foi virtuosa e enriqueceu muito o discurso histórico sobre a contemporaneidade portuguesa. No seu percurso de investigadora, FP começou por estudar sociologicamente a Revolução de Abril e o controlo operário, respirando o ar do tempo, mas voltou a pensá-la historicamente, religando o «social» e «político», cerca de quarenta anos depois.

Só por precipitação ou injúria teórica poderíamos achar nestes traços salientes do trabalho de FP algum sinal de adesão à velha «História narrativa».

O *curriculum vitae* de FP deixa claro que não fez demasiadas conferências nem escreveu mais do que devia. Publicou sempre textos amadurecidos e só publicou quando entendeu que tinha coisas importantes a dizer, porque nunca deixou de submeter os seus resultados de investigação ao escrutínio dos colegas e pares.

Percorrendo exaustivamente o seu *curriculum vitae* e aditando-lhe umas poucas referências que poderão escapar ao leitor comum, cheguei a um arrolamento de publicações de FP no sentido de compreender porque estudou «isto e não aquilo». Ordenei-as por registos e procurei classificar cada um dos textos segundo tipologias historiográficas ou sociológicas de modo a identificar temas predominantes, campos temáticos e regularidades teóricas. Trata-se de um exercício imperfeito, mas com certeza útil para uma topografia geral da sua obra científica.

Fátima Patriarca nasceu em 1944. Nasceu no Monte do Sol Posto, propriedade dos Ribeiro Telles, no Couço, concelho de Coruche. O Couço era uma freguesia rural ribatejana que teve, ela própria, uma história social intensa que consta dos anais da resistência rural ao Estado Novo.

*História e Historiadores no ICS***Quadro 2.1 – Publicações de Fátima Patriarca**

Ano	Título	Registo	Tema e classificação historiográfica
1976	Recensão do livro de Maurice Briton, «Os Bolcheviques e o Controlo Operário», <i>Análise Social</i> , XII, 47, 237-239.	Recensão	Controlo operário <i>História social do trabalho</i>
	«Controlo operário em Portugal» (I), <i>Análise Social</i> , XII, 47, 65-816.	Artigo	Controlo operário <i>História social do trabalho</i>
	«Controlo operário em Portugal» (II), <i>Análise Social</i> , XII, 48, 1049-1146.	Artigo	Controlo operário <i>História social do trabalho</i>
1977	«A acção operária e as formas organizativas da Lisnave», <i>Análise Social</i> , XIII, 51, 618-680.	Artigo	Acção colectiva operária <i>História social da empresa</i>
1978	«Os operários portugueses na revolução. A manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974», <i>Análise Social</i> , XIV, 56, 695-727. (Reeditado em <i>Antologia</i> , orgs. P. Lains e N. Estêvão Ferreira, Lisboa, ICS, 2007).	Artigo	Acção colectiva operária <i>História social e política</i>
1981	Com M. Filomena Mónica: «O movimento operário em Portugal», <i>Análise Social</i> , XVII, 67-68-69.	Org.	Movimento operário <i>História social e política</i>
1982	«Taylor no Purgatório. O trabalho operário na metalomecânica pesada», <i>Análise Social</i> , XVIII, 71, 435-530.	Artigo	Taylorismo <i>História social do trabalho e da empresa</i>
1987	«O triângulo corporativo. Acta e encenação de um despacho salarial (1946-1947)», <i>Análise Social</i> , XXIII, 99, 905-944.	Artigo	Corporativismo e sindicalismo <i>História social e política</i>
1991	«A institucionalização corporativa – das associações de classe aos Sindicatos Nacionais», <i>Análise Social</i> , XXVI, 110, 23-58.	Artigo	Corporativismo e sindicalismo <i>História social e política</i>
1993	O «18 de Janeiro»: Uma proposta de releitura», <i>Análise Social</i> , XXVIII, 123-124, 1137-1152.	Artigo	Movimentos sociais e sindicalismo <i>História social e política</i>
	Com J. Mariano Gago e M. Teixeira: <i>Planeamento Estratégico de Lisboa. Papel das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Ensino Superior</i> , Lisboa: CML, IP.	Relatório	Ciência e ensino superior <i>Consultoria</i>
1994	«A regulamentação colectiva de trabalho nos primeiros anos do regime corporativo», <i>Análise Social</i> , XXIX, 128, 801-839.	Artigo	Corporativismo e direito do trabalho <i>História social e política</i>
1995	<i>A Questão Social no Salazarismo. 1930-1947</i> , 2 vols., Lisboa, IN-CM.	Livro	Corporativismo e história do sindicalismo <i>História social e política</i>

Fátima Patriarca

Ano	Título	Registo	Tema e classificação historiográfica
1997	«Sobre a leitura das fontes policiais», <i>Análise Social</i> , XXXII, 143-144, 925-935.	Artigo	Hermenêutica das fontes históricas <i>História social e política</i>
	«O 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande», <i>Colecção Estudos e Documentos</i> , 6.	Brochura S. Barosa	Greves e sindicalismo operário <i>História social e política</i>
1999	«Greves». In <i>Dicionário de História de Portugal</i> , coords. A. Barreto e M. F. Mónica, 1999, vol. VIII, Porto, Figueirinhas, 2000, 135-141.	Entrada dicionário	Greves <i>História social e política</i>
	«A Revolução e a Questão Social», In <i>Portugal e a Transição para a Democracia</i> , eds. F. Rosas e P. Aires de Oliveira, Lisboa, Colibri, 137-160.	Capítulo de livro	Transição para a democracia <i>História social e política</i>
2000	«Revolta do 18 de Janeiro de 1934». In <i>Dicionário de História de Portugal</i> , coords. A. Barreto e M. F. Mónica, 1999, vol. IX, Porto, Figueirinhas, 2000, 246-248.	Entrada dicionário	Movimentos sociais e sindicalismo <i>História social e política</i>
	<i>Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de Janeiro de 1934</i> , Lisboa, ICS, 556 pp.	Livro	Movimentos sociais e sindicalismo <i>História social e política</i>
2004	«O Estado Social: a caixa de Pandora». In <i>A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)</i> , eds. F. Rosas e P. Aires Oliveira, Lisboa, Ed. Notícias, 2004, 137-160.	Capítulo de livro	Sindicalismo e marcelismo <i>História social e política</i>
2006	«Os Arquivos Policiais e a Historiografia sobre o Século XX». In <i>Olhares Cruzados entre Arquivistas e Historiadores. Mesas Redondas na Torre do Tombo</i> , 23-26. Lisboa: IAN/TT.	Actas	Hermenêutica das fontes de arquivo <i>História contemporânea</i>
	«'Diário' de Leal Marques sobre a Formação do Primeiro Governo de Salazar», <i>Análise Social</i> , XLI, 178, 169-222.	Artigo	Ditadura Militar e salazarismo <i>História política</i>
	«Do Tarrafal à Guerra Civil de Espanha», 2006.	Texto de catálogo exposição T. T.	Salazarismo e franquismo <i>História política</i>
2008	«Continuidade e Ruptura: As Primeiras Leis Sociais de Marcello Caetano». In <i>Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS</i> , eds. M. Villaverde Cabral, K. Wall, Sofia Aboim e F. Carreira da Silva, Lisboa, ICS, 125-139.	Capítulo de livro	Marcelismo e política social <i>História social e política</i>

História e Historiadores no ICS

Ano	Título	Registo	Tema e classificação historiográfica
2009	Com António Araújo, <i>Propaganda Apreendida (1919-1934)</i> . http://www.dgarq.gov.pt/files/2009/10/boletim-nc2ba-10.pdf .	Texto em <i>website</i>	Da I República ao começo do Estado Novo <i>História social e política</i>
2012	Com C. Gaspar e L. Salgado de Matos, <i>Estado, Regimes e Revoluções: Estudos em Homagem a Manuel de Lucena</i> , Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.	Livro, ed.	Corporativismo e história contemporânea <i>História política e social e Ciência política</i>
	«A batalha de Pomigliano d'Arco». In <i>Estado, Regimes e Revoluções: Estudos em Homagem a Manuel de Lucena</i> , 229-261.	Capítulo de livro	Sindicalismo contemporâneo <i>História Social e Política</i>
	«18 de Janeiro de 1934: as greves que não existiram». In <i>Corporativismo, Fascismos, Estado Novo, Coimbra</i> , eds. F. Rosas e A. Garrido, Almedina, 2012, 303-312.	Capítulo de livro	Sindicalismo <i>História Social e Política</i>
2013	«A militância sindical no marcelismo». In <i>A Política em Estado Novo: Uma Visão Crítica das Práticas Políticas</i> , orgs. B. Monteiro e Virgílio B. Pereira, <i>Le Monde Diplomatique</i> /Edições 70.	Capítulo de livro	Sindicalismo no marcelismo <i>História Social e Política</i>
2016	Com M. Lucena, C. Gaspar e L. Salgado Matos. <i>Entrevistas a Militares e Civis sobre a Descolonização</i> . Projecto ICS, com apoio da Fundação Oriente. Transcrição em http://www.ics.ul.pt/ahsocial/?doc=31809898775&ln=p&mm=6&mnid=2&ctmid=2 .	Entrevistas	Descolonização portuguesa <i>História social e política</i>

Os progenitores de FP eram ambos naturais de Manteigas, na serra da Estrela. O Pai, Joaquim Craveiro Patriarca, era um homem de formação católica, austero e conservador. Fizera os seus estudos no Seminário da Congregação dos Espiritanos. Por necessidade, desceu ao Ribatejo. Migrava-se ou emigrava-se, por esse tempo era certo. Neste como noutros casos, a razão foi concreta: os Ribeiro Telles precisavam de um contabilista para cuidar das contas da casa agrícola e de um professor que ensinasse as primeiras letras aos filhos dos trabalhadores. Foi ao Pai que coube a dupla tarefa. A Mãe, Ana Cruz Silva, que não pudera passar pelos bancos da escola e começara desde pequena a trabalhar numa das numerosas fábricas de lanifícios de Manteigas, acabará por ser a «estratega» da família e desempenhar um papel crucial na escolaridade dos filhos.

Fátima viveu no Sol Posto até 1949. Ia ao Couço, quando acompanhava o Pai para tratar de afazeres ligados à casa agrícola e à Escola, ou

Fátima Patriarca

ainda quando alguém da família precisava de ir ao médico. Naquele ano o Pai foi para Angola.

Fátima fez a escola primária em Benguela. No colégio particular Nun'Álvares da mesma cidade angolana realizou também o curso comercial, que concluiu aos 14 anos. Para prosseguir os estudos fez o 5.º ano do Liceu e os exames de admissão ao Instituto Comercial de Lisboa.

No Nun'Álvares encontrou um professor que exerceu uma influência cultural decisiva na sua vida, Max Breitenfeld, um judeu refugiado da II Guerra Mundial. Termina o Curso Comercial com 14 anos. De seguida, conclui o 7.º ano do liceu no Colégio Nun'Álvares. Findo o Liceu, candidata-se a uma bolsa da Gulbenkian e também a uma bolsa do Governo-Geral de Angola. Tendo obtido as duas, optou pela segunda.

Em 1961-1962, ingressa em Germânicas, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Estava-se em plena «crise académica». Foi aluna de alguns excelentes professores, que lhe deixaram gratas recordações: o padre Manuel Antunes, Luís Filipe Lindley Cintra, Jacinto do Prado Coelho, David Mourão-Ferreira e Pina Martins. Dois chumbos improváveis, a Inglês e Alemão, levam-na a ponderar a opção que tomara e a usar esse pretexto para seguir outros estudos, numa área que fosse menos chegada às Letras e mais próxima da vida social.

Em 1962-1963 ingressa no Instituto Superior de Serviço Social. Será dirigente diocesana da Juventude Universitária Católica e da Juventude Católica Portuguesa. Durante as cheias de 1967, foi destacada pelos Serviços Sociais da Santa Casa da Misericórdia para as zonas sinistradas de Algés e da Póvoa de Santo Adrião. O auxílio às vítimas das grandes cheias foi um tirocínio cívico para FP e para muitos outros jovens.

A politização de FP não se sedimenta, porém, por via teórica. Constrói a sua consciência política e social na riqueza de contactos que mantém e cultiva com intelectuais católicos e não-católicos dessa época; assenta ideias e apura valores no convívio directo com a realidade social, especialmente nos bairros pobres da cintura urbana de Lisboa. O curso no Instituto Superior de Serviço Social era um estágio social permanente. Obteve o diploma em 1967 e concluiu o Curso Complementar de Serviço Social em 1968.

Em Fevereiro de 1968, começa a trabalhar como assistente social na Direcção-Geral de Previdência e Habitações Económicas do Ministério das Corporações e Previdência Social. José João Gonçalves de Proença era então o titular da pasta. No Bairro de Santa Cruz em Benfica fez «serviço social de comunidades».

História e Historiadores no ICS

Em 1969 toma a decisão de ir para Paris. Queria aprender mais e estudar. Pendia para a Sociologia. Aspirava trabalhar com Alain Touraine porque desejava estudar os operários e o trabalho fabril, bem como as mudanças na indústria e no mundo sindical. Era esse o principal contágio que os marxismos haviam trazido às Ciências Sociais, num tempo em que estudar a sociedade implicava a utopia de a transformar.

Em Portugal, a Sociologia moderna (do desenvolvimento) dera pouco tempo antes os primeiros passos, no GIS e na Análise Social, por impulso de Adérito Sedas Nunes. Contudo, a Sociologia do Trabalho ou da Empresa eram domínios quase inexistentes. Na prática, só os engenheiros conheciam de perto as fábricas e os trabalhadores.

Nesse ano de 1969, FP pede uma «bolsa Gulbenkian», propondo-se estudar a indústria portuguesa numa perspectiva de Sociologia do Trabalho. Em 1970 ingressa na École Pratique des Hautes Études en Sciences Sociales, VI secção.

Em Paris, vive com o marido, o intelectual e jornalista Jorge Almeida Fernandes, com quem casara em 1965.

A parte escolar do 3^{ème} cycle eram dois anos e o terceiro estava reservado à tese – o ritmo de trabalho teria de ser veloz. Tudo era intenso mas gratificante. Nas aulas confronta-se, ainda, com as marcas do Maio de 1968. «As coisas disputavam-se entre Bourdieu, Touraine e Raymond Aron», lembra FP. Havia gente inteligente, colegas de diversos países, de grande craveira intelectual. Por excessiva humildade, não se achava parte da turma dos mais brilhantes.

Os seminários de Touraine foram marcantes; «eram sessões fantásticas», recorda. No primeiro ano do 3^{ème} cycle apresentou uma tese sobre o tema «Messianisme et Mouvement Social: le Sébastianisme au Portugal (XVI^{ème} siècle)», assunto que sempre despertou alguma curiosidade na academia francesa. No segundo ano, fez um estudo sobre movimentos de libertação das mulheres.

Obtido o diploma d'Études Approfondies en Sciences Sociales, adquirira a sua formação de base em sociologia dos movimentos sociais.

Em finais de 1972 regressa a Portugal e volta ao Ministério das Corporações. A emigração e as guerras de África tinham incitado mudanças na política social e alguns ministérios andavam numa roda-viva. O serviço onde trabalhara havia sido integrado no Fundo de Fomento de Habitação. Era um lugar cheio de pessoas da oposição ao velho Estado Novo: comunistas, socialistas e homens e mulheres do «revirvalho». No começo dos anos 70, o «Estado social» de Marcello Caetano mostrava algum avanço reformista. Nesse sentido, o Governo publicara algumas

Fátima Patriarca

leis sociais ousadas em 1969, assunto a que FP dedicaria um artigo quase quarenta anos depois² – previdência para os rurais, um novo quadro jurídico de negociação colectiva, normas menos apertadas para os sindicatos nacionais e ordens profissionais. No entanto, a abertura política do regime mantinha-se refém da encruzilhada africana e das próprias fraquezas do sub-regime marcelista.

Em 1973-1974, FP inicia o seu trabalho de campo, inserido na tese do 3ème Cycle, realizando visitas a algumas fábricas – SIDUL e UFA – tipicamente «indústrias de processo». A terceira visita a uma fábrica na Marinha Grande estava marcada para o mês de Abril, mas não chegou a realizar-se. Dá-se a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Ainda em 1974, em pleno PREC, entra no ISCTE como assistente. Colabora no ensino da Sociologia do Trabalho, com Marinús Pires de Lima e José David Miranda. Frustrava-se por ter de dar exemplos de fábricas estrangeiras, como a Renault, que Touraine estudara.³

No mesmo ano, ingressa no GIS (futuro ICS) a tempo parcial, onde inicia uma auspiciosa carreira de investigadora. Começa por integrar um primeiro projecto de investigação coordenado por Marinús Pires de Lima, sobre a acção operária na Lisnave, intitulado «A Acção Operária ao Nível das Empresas, após o 25 de Abril, em Portugal – Significação Política do Movimento Conflitual e Grevista». Por esses anos, o GIS acolhia em seminários fechados – em regra seguidos de conferências abertas no ISCTE – importantes sociólogos e historiadores, como Alain Touraine, Claude Durand, Jean-Daniel Reynaud, Michelle Perrot ou Patrick Friedenson. Em 1976, FP assume funções no GIS em regime de tempo completo.

As primeiras publicações de FP na *Análise Social* são ambas de 1976. Consistem em duas criteriosas colectâneas de documentos (papéis de produção governamental, de origem sindical e emanados da administração de empresas) sobre «controlo operário» e «controlo da produção» na experiência revolucionária portuguesa.

A organização e selecção dos documentos evidencia um admirável trabalho de selecção de fontes. Fora seu propósito colocar em evidência a diversidade ideológica dos documentos de forma a permitir uma visão das diferentes orientações em confronto.

² «Continuidade e ruptura: As primeiras leis sociais de Marcello Caetano». In *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*, eds. M. Villaverde Cabral, K. Wall, Sofia Aboim e F. Carreira da Silva. Lisboa, ICS, 2008, 125-139.

³ A. Touraine, *L'Évolution du Travail Ouvrier aux Usines Renault*. Paris, CNRS, 1955.

História e Historiadores no ICS

Em 1977, dedica à Lisnave, o principal reduto do operariado português como sujeito colectivo da História, um artigo extenso e de notável qualidade, também publicado na *Análise Social*, como todos os outros («A acção operária e as formas organizativas da Lisnave», XIII (51), 619-680). Em rigor, trata-se de uma monografia sobre as práticas de acção operária e os modos de organização sindical nos estaleiros da Margueira e da Rocha. Nesse assombroso estudo de que saíram dois artigos sobre a Lisnave, FP trata numerosa documentação reivindicativa e conflitual e faz uso de informação resultante da observação directa da acção operária dos trabalhadores dos estaleiros entre Abril e Agosto de 1974. Evidenciando um sólido domínio da sociologia das greves, analisa em profundidade as relações sociais na empresa e o comportamento dos grupos socioprofissionais ante o movimento de greve de Maio de 1974 e, depois, perante o saneamento de hierarquias de gestão. Convém lembrar que a Lisnave tinha, nas vésperas do 25 de Abril, 8300 efectivos, distribuídos por 27 sindicatos.

Neste conjunto de estudos dedicado aos temas do controlo operário e da acção colectiva dos trabalhadores da Lisnave, em 1978 publica um outro artigo cuja análise vai do «social» ao «político», ou da empresa para a rua. É um texto denso e intenso, que vale a pena ler, e que foi reeditado em 2007, numa antologia de textos do GIS/ICS organizada por Pedro Lains e Nuno Estêvão Ferreira.⁴

Nesses anos de euforia revolucionária e de transição para a democracia, FP era claramente socióloga. Desde 1974, dedicava-se com afinco a uma *sociologia histórica do trabalho*, com particular atenção aos *temas do controlo operário e da greve*.

Essas opções permitiam-lhe dialogar com historiadores, sociólogos e cientistas políticos, como Manuel de Lucena – aquele com quem mais discutiu – Maria Filomena Mónica, cuja principal inspiração era britânica e não francesa – E. P. Thompson, claro –, Valentim Alexandre, Silvestre Lacerda, António Araújo, Manuel Villaverde Cabral, José David Miranda, João Freire, Luís Salgado de Matos e José Barreto –, todos interessados, de uma forma ou de outra, no estudo do salazarismo ou na génese e nos desenvolvimentos iniciais do operariado em Portugal. Relacionava-se também com outros sociólogos que fizeram trabalho de campo nas fábricas e nos bairros operários das cinturas industriais de Lisboa e de Se-

⁴ «Os Operários portugueses na revolução. A manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974», *Análise Social*, XIV (56), 1978: 695-727.

Fátima Patriarca

túbal. E com João Martins Pereira que conhecia como ninguém a génese e as características da indústria portuguesa.

Durante esse período, as formas de acção operária analisadas na Mague, Lisnave, Setenave, Sorefame e outras (construção e reparação navais e, sobretudo, a metalomecânica pesada), o estudo das relações entre mudanças tecnológicas e comportamentos sociais dos trabalhadores, e ainda entre os modos de gestão empresarial da mão-de-obra e a acção colectiva protagonizada por sindicatos e outras estruturas de base do mundo laboral, foram os seus principais temas de estudo.

Em 1981 organiza com Maria Filomena Mónica um número especial da *Análise Social* sobre o tema do «movimento operário».⁵ Ambas haviam criado, em 1979, o Arquivo Histórico das Classes Trabalhadoras do GIS. Filomena Mónica trabalhava então sobre os vidreiros e história da indústria em Portugal, estudo que culminaria no seu excelente livro *Artesãos e Operários* (1986), um trabalho mais chegado à História económica e social, dado que a sua análise socio-histórica desafiava os debates sobre o «capitalismo português» e sobre o papel social da classe operária.

No final dos anos 70 descobriram ambas o espólio de A. Pinto Martin (1887-1970), dirigente anarquista e jornalista. O fundo documental foi depositado no GIS pela Casa da Imprensa e constituiu a parte inicial do futuro Arquivo de História Social do ICS do qual FP seria coordenadora científica de 1999 a 2006. O objectivo desse Arquivo era «salvar e conservar documentos considerados imprescindíveis para o estudo do mundo operário e sindical». Por esses anos, de 1982 a 1987, foi importante o papel editorial do *Boletim de Estudos Operários*, publicação bianual do ICS de que ficaram dez números e de cujo Conselho de Redacção FP fez parte.

No início dos anos 80, a necessidade de recuar no tempo para compreender os antecedentes da organização sindical dos trabalhadores e captar as rupturas e as continuidades do corporativismo social já incitava diversos sociólogos a fazer investigação histórica. FP acompanha esse movimento. Depressa concluiu que toda a «análise social» é histórica, ou compreende a História.

Em 1980, FP concluiu no ISCTE a sua licenciatura em Sociologia Industrial. Apresentou uma tese sobre as relações sociais na metalomecânica pesada, pesquisa que prosseguiu nos anos seguintes.

No âmbito de um outro projecto de investigação de que foi coordenadora, «O trabalho operário na metalomecânica pesada» (1978-1982),

⁵ «O movimento operário em Portugal», *Análise Social*, XVII, 1981, (67-68-69).

História e Historiadores no ICS

projecto financiado pela JNICT e anteriormente pelo GEBEI, decidira estudar uma grande fábrica de metalomecânica, situada em Alverca, a Mague. O estudo que daí resultou (95 páginas, quase um livro) mostrou-se duplamente monográfico: estudava uma empresa importante na estratégia de industrialização do pós-guerra e rasgava a análise de um subsector industrial, o da metalomecânica pesada, que em 1978 empregava 15 000 trabalhadores e que durante o PREC se mostrara um bastião comunista.

Para escrever «Taylor no purgatório – o trabalho operário na metalomecânica pesada», FP realizou cerca de cem entrevistas e dissecou o arquivo da empresa. A interpelação da teoria através de um estudo de caso privilegiado tinha uma agenda precisa: elucidar aspectos essenciais do conflito à volta do controlo real sobre os processos produtivo e de trabalho e verificar em que medida a automação por meio do comando numérico seria uma tentativa de resposta à excessiva autonomia e qualificação dos operários da construção mecânica por unidade. A realidade da indústria portuguesa e o contexto pós-revolucionário tinham levado FP a preferir o estudo das modernas «indústrias de processo» e a estudar a guerrilha entre capital e trabalho num modelo de produção que, pela sua natureza de «indústria por unidade e encomenda», impunha sérios limites à aplicação do taylorismo.

Esse estudo importantíssimo é, claramente, um trabalho de transição na obra de FP. Combina a Sociologia do Trabalho e da Empresa (Touraine, Friedmann e Naville) com a análise exaustiva de documentação de arquivo. Faz a história da Mague, das técnicas de trabalho e das relações sociais no âmbito da empresa. O estudo exigira uma longa permanência na Mague, outra na Sorefame e visitas à Sepsa. A observação directa, uma centena de entrevistas e muitos contactos informais, métodos que exigem especiais aptidões humanas, capacidade de ouvir e extrair informação, revelaram-se uma base importante para a investigação. A automação e o controlo numérico, bem como os respectivos impactos no processo produtivo e no trabalho operário, ocupam uma boa parte da análise. *Adieux au Proletariat*, de André Gorz (1980) é uma referência importante de um trabalho que poderia inspirar, ainda hoje, outros modos de fazer história empresarial, uma especialidade que ora se cultiva de forma memorial e enumerativa, ora fica aprisionada no modelo das «hierarquias de gestão» de Alfred D. Chandler, Jr.⁶

⁶ *The Visible Hand: The Managerial Revolution in American Business*, Belknap Press, 1977.

Fátima Patriarca

De então por diante, FP não se despede do proletariado, mas adita ao seu estudo uma dimensão importante de História política e das instituições quando precisa de invocar e compreender o corporativismo de Salazar e Caetano. Para estudar o triângulo corporativo dos primeiros tempos da institucionalização do sistema autoritário, recua no tempo e amplia os seus métodos sem abdicar da perspectiva sociológica, que aliás nunca estará ausente dos seus textos.

Entre 1982 e 1987 não publica. Entrega-se ao doutoramento no ICS e dedica-se a uma ampla consulta de fontes de arquivo. Numa primeira fase, orientada por Manuel de Lucena e Maria Filomena Mónica; depois sob orientação do professor Adérito Sedas Nunes que, infelizmente, já não pôde participar nas suas provas públicas.

Em Novembro de 1990, FP apresenta a sua dissertação de doutoramento, intitulada «Processo de implantação e lógica e dinâmica de funcionamento do corporativismo em Portugal – os primeiros anos do Salazarismo» (741 pp.), que defenderá em Janeiro de 1992, perante um júri de invejável qualidade: Manuel Villaverde Cabral, Maria Filomena Mónica, Fernando Rosas, João Freire, Manuel Braga da Cruz e Francisco Pereira de Moura. A prova complementar consistiu num projecto de investigação que a acompanhou durante os anos seguintes: «Sindicatos e luta social no regime corporativo – dos anos 50 a 1974».

Cumpria assim, com êxito, a sua prova de acesso à categoria de investigador auxiliar (carreira de investigação). Percorrendo o seu CV e verificando o que fez daí por diante, impressiona a racionalidade das opções de pesquisa e a capacidade de as concretizar segundo um plano detidamente traçado. Se até iniciar a sua investigação para doutoramento, FP era claramente mais socióloga do que historiadora, por meados de 80 os termos inverteram-se com nitidez. Em 1999, por concurso público, passará a investigadora principal do ICS. Jubilar-se-á em 2005.

Tendo deixado Taylor e outros mentores dos métodos científicos de trabalho no «purgatório» – ou mesmo no inferno, visto que na segunda metade de oitenta, em Portugal, já era notória a desindustrialização –, em 1987 FP antecipara os principais argumentos da tese que estava a redigir. Fê-lo num importante artigo que publicou no volume XXIII (99) da *Análise Social*. O título sintetiza todo um programa de investigação que marcará a historiografia portuguesa contemporânea, em geral, e a historiografia sobre o corporativismo, em particular: «O triângulo corporativo. Acta e encenação de um despacho salarial (1946-1947).»

Nessas 39 páginas (dos onze artigos de FP, apenas dois não excedem as 30 páginas; não se trata, pois, de pequenos artigos mas de estudos),

História e Historiadores no ICS

FP ocupa-se de um momento-chave de mutação das relações entre capital e trabalho. A ideia de que, em matéria de regulamentos do trabalho, o Estado Novo só negociava consigo próprio parecia não resistir à prova. O móbil da descoberta foi, uma vez mais, um documento aparentemente anódino: o despacho regulador de salários e condições de trabalho para a indústria têxtil algodoeira em 1946-1947.

Através desse acto administrativo que configura um caso singular mas transformador, FP constrói uma história que lhe permite abrir o campo para o estudo de questões mais vastas do que a análise do posicionamento dos patrões, dos sindicatos e do Estado nos interstícios da regulamentação colectiva do trabalho, ou seja, como diz, «entre o impasse ou a ausência de negociação e a decisão de intervir».

Exibindo uma apreciável destreza nos métodos de crítica histórica, os documentos achados são alvo de uma análise que parece laboratorial e que é finamente relatada. No final dos anos 80, FP já se situava na sua problemática favorita, a mais central dos seus estudos subsequentes: a análise do sistema corporativo e de aspectos da política social do Estado Novo através do *triângulo corporativo*, isto é, do discurso e das práticas negociais dos actores e, em particular, da complexa e conflitual relação entre patrões e Estado.

Noutros textos, esmiuçou aspectos parcelares das relações entre trabalhadores, patrões e Estado, em especial as pouco esclarecidas questões do litígio entre capital e trabalho, os contratos e os acordos colectivos de trabalho. Prestou particulares atenções à regulamentação por via administrativa nos primeiros tempos do sistema corporativo.⁷

Essa imagem geométrica da política social do salazarismo – o «dispositivo triangular», como lhe chamou – irá acompanhar a maioria dos seus estudos e interpelar a historiografia do corporativismo português.

Como quem marca o terreno intencionalmente, conclui que o caso do têxtil elucida as ambiguidades do corporativismo. Embora tenha confirmado que o sistema funcionara a favor dos patrões e da «manutenção de uma hegemonia classista» e que ao Estado os patrões agradeciam sobretudo que mantivesse a ordem, seria necessário investigar a dimensão protectora e integradora da política social do Estado Novo, perceber as divisões do patronato e deixar de ver o período salazarista como um «bloco homogéneo ou monolítico». É nesta declaração historiográfica, mais tarde retomada, de forma percuciente, em *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, que FP radica a sua cronologia de análise da política

⁷ «A regulamentação de trabalho nos primeiros anos do regime corporativo», *Análise Social*, XXIX (128), 1994: 801-839.

Fátima Patriarca

social do Estado Novo. Inscreve-a num arco interpretativo apoiado em três períodos-chave que não deixará de comparar entre si: 1933-1934; 1946-1947; 1968-1973.

Para a história da História ficará, suponho, o modo original e interligado, cheio de intertextualidades, como FP abordou três conjunturas distintas da história social portuguesa e da história das relações de trabalho: anos trinta, marcelismo, PREC.

Pertence-lhe, em boa medida, a consumação de uma ruptura historiográfica relativamente à historiografia marxista do sindicalismo operário português, ainda que a semântica de FP tenha conservado muitos conceitos e expressões dos textos de Marx. Também lhe devemos atribuir a abertura de um *corpus* analítico capaz de trazer a política social e as respostas à «questão social» para o centro do debate historiográfico sobre o Estado Novo português, colocando questões novas, bem como algumas interpelações aos estudos de Manuel de Lucena e às grandes sínteses de Fernando Rosas.

Sobre o período marcelista, que FP conheceu bem, tendo vivido parte dele no Ministério das Corporações, publicou um artigo e um capítulo de livro. No essencial, subscreve e adita bons argumentos à ideia de que o reformismo marcelista terá sido bloqueado por resistências várias, nomeadamente no campo laboral, onde foi efectivo mas confinado aos efeitos das leis de 1969. Nesses textos, FP sugere que as estruturas dos sindicatos legais, dominadas por elementos comunistas, terão contribuído para bloquear o reformismo marcelista.

O tema da institucionalização corporativa e a sua investigação de fundo sobre o fim compulsivo do sindicalismo livre em 1933-1934 e acerca da greve geral revolucionária de 18 de Janeiro de 1934, obrigam-na a entrar mais decididamente nas metodologias historiográficas e a enquadrar o mundo operário e sindical numa visão historicizada. Neste registo, não podia dispensar o estudo da dimensão política e ideológica da velha «questão social», nem tão-pouco o papel das instituições e dos actores – dirigentes políticos, burocracia corporativa e os próprios grupos socioprofissionais que foram objecto de enquadramento estatal.

Influências, recebeu-as com evidência da escola da sociologia do trabalho francesa (tal como João Freire e muitos outros), em particular de Alain Touraine e Daniel Reynaud. No campo da sociologia histórica dos operários e da greve, colheu inspiração em Michelle Perrot e Charles Tilly.

Em *A Questão Social no Salazarismo*, FP começou por delimitar um objecto de estudo pertinente: como foi estruturada a «política social» desenvolvida pelo Estado Novo nos anos 30 e 40 e quais as suas características aparentemente singulares.

História e Historiadores no ICS

Dito por si própria, o «que me movia, para o período anterior e posterior a 1934, era o *como* se passavam as coisas na fase preparatória e inicial do corporativismo; as reclamações e posições, os argumentos e estratégias dos diferentes actores [...] na organização e defesa dos seus interesses. Perguntas essenciais para perceber que sentido tinha – ou se havia sequer existido – aquela política social do Estado Novo que eu entrevira e que uns autores tendem a negar e outros a afirmar. É a existir, que eco teria ela tido entre as classes trabalhadoras e qual havia sido o comportamento dos sectores patronais».⁸

Procedendo à análise de um processo histórico concreto, estudou a institucionalização corporativa a partir de baixo e de cima, nos dois sentidos. A sua análise de conjunto foi conjugada com uma análise de casos que incluiu algumas incursões monográficas, opção metodológica sempre presente nos trabalhos de FP. De modo a abrir a análise a grupos e sectores diferentes, deteve-se nos processos de corporativização do trabalho no têxtil algodoeiro, têxtil de lanifícios, indústria de conservas, metalomecânica, caixeiros e panificação.

Expressando uma interpretação mais conciliatória sobre as lógicas do corporativismo do que era comum até então, descobre no Estado Novo uma vocação social, ou uma política social inerente à natureza corporativa do Estado – um Estado social de Direito corporativo.

Mobilizando abundantes argumentos de prova, chama a atenção para a complexidade e as assimetrias do processo de institucionalização corporativa, coloca em evidência a variedade de padrões e os casos de espécie que detecta na regulamentação do trabalho. Identifica, também, algumas práticas negociais e de concertação na relação triangular que o Estado Novo institucionaliza para construir a ordem corporativa e garantir a paz social. Chamando a atenção para algumas dinâmicas instituintes do «social» vindas de baixo para cima, despertou os historiadores do século XX para a vantagem dos estudos históricos *bottom-up*, capazes de valorizar os impactos sociais das leis e das instituições corporativas, seja numa lógica de identificação das resistências, seja na perspectiva da reprodução social. Denunciou ainda, fundamentadamente, alguns ardis da memória social que se alojaram na própria memória histórica a propósito de episódios importantes da História das lutas sociais. Por último, mostrou aos investigadores mais incrédulos que o estudo histórico de factos sociais exige uma História social e política atenta ao detalhe e assente em apurados métodos de inquirição.

⁸ *A Questão Social no Salazarismo. 1930-1947*. Lisboa, IN-CM, vol. I, 1995, 13.

Fátima Patriarca

O seu livro sobre o mítico «soviete da Marinha Grande», *Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de Janeiro de 1934*, publicado pela ICS em 2000, é uma obra sofisticada, de grande maturidade e de culto pela micro-história à maneira de Carlo Ginzburg. Julgo que se trata de um dos melhores livros de História Contemporânea editados em Portugal.

A tese central do livro desafia várias ideias feitas. Defende que o 18 de Janeiro foi muito mais anarco-sindicalista do que se fizera crer e prova que esse episódio fundador da imagem revolucionária do proletariado português se insere, fundamentalmente, na tradição do «revolucionarismo republicano». Mostra, igualmente, que neste episódio lendário houve uma aliança de interesses improvável: a imprensa oficiosa do Estado Novo veiculou a imagem de uma manobra hegemonzada pelo PCP, versão que interessava tanto a Salazar como aos comunistas.

Na realidade, o 18 de Janeiro, cuja memória social foi construída e exaltada – talvez controlada – por sucessivas liturgias comunistas não muito distantes da versão oficiosa dos acontecimentos difundida pelos órgãos do regime, marca o fim do sindicalismo livre. Marcará, também, o estertor do anarco-sindicalismo.

A eficácia da repressão que é exercida sobre os anarco-sindicalistas envolvidos no movimento e o facto de o sindicalismo anarquista não conseguir sobreviver na clandestinidade – não possuía disciplina nem treino para isso –, apressa a evidência de que a única cultura que consegue resistir e sobreviver na clandestinidade é a comunista/bolchevista. Ao designar os comunistas como o principal, senão o único, protagonista da revolta, incentivando a imprensa a fixar tal versão, o governo de Salazar desacredita as demais correntes implicadas e escolhe o «inimigo ideal». Socialistas e anarco-sindicalistas são banidos do discurso e da realidade que ele evoca.

Partindo de uma minuciosa reconstrução factual da greve e da revolta e procurando interpretar as imagens a que o 18 de Janeiro deu lugar antes e depois de 1974, FP constrói uma esclarecedora geografia do movimento. Apoiada em esboços monográficos que conferem à análise escalas socioespaciais diversas, compara o movimento da Marinha Grande com o carácter errático que ele evidenciou nas outras localidades.

Neste trabalho monumental, FP leva ao extremo requinte a sua apurada crítica de fontes históricas, não se limita a seguir os indícios positivos, como a desmontar as pistas falsas que se lhe deparam. Sentindo necessidade de debater a natureza específica e delicada dessas fontes policiais, em 1997 já publicara um artigo no qual partilhou uma preciosa reflexão heurística sobre a documentação policial, judicial e administrativa que se lhe deparou

História e Historiadores no ICS

sobre o 18 de Janeiro nos fundos de arquivo da PIDE-DGS: declarações e relatórios policiais e sentenças do Tribunal Militar Especial. As formas de leitura desse tipo de documentação e os limites éticos de uso dos mesmos são pontos fundamentais desse importante artigo.⁹

É fácil depreender que o livro que FP dedicou ao 18 de Janeiro foi muito apurado, quer em termos de imaginação teórica, quer no emprego das metodologias da micro-história. O uso de informação da imprensa de grande tiragem, a literatura militante, os autos policiais do processo repressivo conduzido pela PVDE e o cotejo de todo esse conjunto de fontes resulta numa luminosa síntese. No entanto, neste como noutros casos a teoria e o método não foram auto-suficientes; o «plano» resultou porque a escrita o soube interpretar e exprimir com uma clareza elegante.

Estabelecendo um diálogo crítico com a historiografia que anteriormente se debruçara sobre os significados do 18 de Janeiro de 1934, FP acaba por sugerir aos historiadores da época contemporânea maior atenção à natureza discursiva dos acontecimentos e às próprias fenomenologias da memória. Julgo que esse apelo tem sido pouco ouvido e mal praticado. Talvez porque seja difícil e porque os historiadores são demasiado induzidos a erguer uma barreira sanitária entre a História e a Memória, de forma a que a segunda não perturbe a primeira.

FP foi uma investigadora de grande talento teórico e de rara capacidade e rigor na «reconstituição dos tecidos».

A sua radicalidade metodológica e a sua ética probatória, quase «judiciária» como diz num dos seus textos, levam-na a assumir uma atitude de grande humildade científica quando parte para o conhecimento. Quando iniciava uma pesquisa sobre um determinado tema, não sabia efectivamente aquilo que iria concluir à chegada. Essa atitude epistemológica e a obstinação de esgotar as suas fontes é, talvez, a pedra-de-toque que melhor define a qualidade do seu trabalho.

O seu contributo para a história do sindicalismo português e para a história dos movimentos e da acção operária é admirável e singular. Precisamos de olhar, com maior profundidade, para o modo como fez e faz história contemporânea privilegiando uma *História social do político*. Todos apreciamos muito o rigor, a elegância e a profundidade das suas investigações. Além de tudo isso e do que ficou por dizer, FP era uma pessoa profundamente humana, culta e inteligente, bem-humorada, excelente conversadora, exemplar. Qualidades que favoreceram muito o seu trabalho de investigação e que sempre recordaremos com saudade.

⁹ «Sobre a leitura das fontes policiais», *Análise Social*, XXXII (143-144), 1997: 925-935.

*Fátima Patriarca***Quadro 2.2 – Projectos de Investigação coordenados ou participados por Fátima Patriarca**

Periodicidade	Projecto de investigação	Coordenação/colaboração
1974-1975	Conflitos de trabalho após o 25 de Abril	M. de Lurdes Lima dos Santos, V. Matias Ferreira e Marinús Pires de Lima
1975-1978	A acção operária nas empresas após o 25 de Abril – Significação do movimento conflitual e grevista	Em colaboração com Marinús Pires de Lima e David Miranda
1978-1982	O trabalho operário na metalomecânica pesada	Coordenadora
1983-1986	Sindicatos, contratação colectiva e greve: o caso dos metalúrgicos portugueses, 1968-1982	Coordenadora
1986-1989	Sindicatos e lutas sociais nos últimos anos da ditadura, 1960-1974	Coordenadora
1989-1991	O processo de instauração do corporativismo no domínio das relações entre o capital e o trabalho, 1930-1947	Coordenadora
1991-1993	Papel das instituições científicas e tecnológicas e do Ensino Superior no planeamento estratégico de Lisboa	José Mariano Gago
1993-1994	A regulamentação colectiva de trabalho nos primeiros anos do regime corporativo	Coordenadora
1996-1998	A greve geral revolucionária de 18 de Janeiro de 1934 e a construção da memória	Coordenadora
2006-	Sindicalismo e lutas sociais nos últimos anos do regime corporativo	Coordenadora
	Crises de trabalho no Alentejo durante o Estado Novo	Coordenadora
	Fontes para o estudo da descolonização portuguesa	Manuel de Lucena



Leonor Freire Costa

Capítulo 3

Jaime Reis e a história económica em Portugal

Reza o CV institucional de Jaime Reis que este ilustre investigador coordenador do ICS licenciou-se em Filosofia, Política e Economia (1967), e doutorou-se (1975) em História Económica pela Universidade de Oxford. Anteriormente havia obtido o grau de mestre em Relações Internacionais pela Fletcher School of Law and Diplomacy (1968). Durante a década de 1970 foi *research fellow* na Universidade de Glasgow e leccionou nas Universidades de Vanderbilt, Glasgow e Leicester. Regressado a Portugal, dividiu-se entre o ICS e a FE-UNL. Ingressou no Gabinete de Investigações Sociais (GIS) em 1978, passando depois a investigador associado e investigador-coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em 1982 (com uma interrupção entre 1988 e 1993). Na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, onde prestou provas de agregação em 1984, foi professor assistente, associado e catedrático entre 1978 e 1993. Foi director da mesma faculdade entre 1986 e 90. Entre as suas atribuições académicas figura a posição de professor catedrático no Instituto Universitário Europeu (1996-2001).

Os créditos científicos que acumula na comunidade internacional de historiadores da economia têm-se concretizado na sua participação no corpo editorial de reputadas revistas desta área científica. Data de 2008 a sua integração no *board of editors* da *European Review of Economic History*, revista que se afirmou no conjunto de edições de maior impacto em ambas as áreas científicas da história e da economia. Actualmente, assegura funções idênticas na prestigiada *Economic History Review*, revista com a chancela da Economic History Society.

A contribuição de Jaime Reis para a História Económica diversificou-se, ainda, por outro tipo de responsabilidades que atestam igualmente o reconhecimento das suas qualidades profissionais e pessoais por parte de pares. De 1994 a 2002, inclui-se no Comité da International Associa-

História e Historiadores no ICS

tion for Economic History, e entre 2011 e 2013 foi eleito presidente da Associação Portuguesa de História Económica e Social.

Pela sua vida académica internacional, bem assim enquanto investigador no ICS, Jaime Reis tornou-se um dos responsáveis pela formação de várias gerações de estudantes de Economia e de historiadores atentos a novos problemas; sobretudo atentos a novas formas de interrogar velhos problemas, em virtude do diálogo com as escolas historiográficas próximas das metodologias da cliometria, reconhecendo a importância de uma produção destinada a públicos internacionais.

Não fiz parte de nenhuma dessas levas de estudantes, não sendo, portanto, nestes contextos institucionais que aprendi e aprendo com este historiador do ICS. A minha amizade e a admiração por Jaime Reis vêm dos tempos em que ele «vivia» num santuário de papéis e livros num rés-do-chão em prédio sito na Rua Miguel Lupi. Aqui tinham alojamento intelectual alguns dos prestigiados investigadores do ICS, mesmo depois de o Instituto ter novas instalações em Entrecampos. Jaime Reis contou-se entre os mais renitentes a transferirem-se para esta zona ruidosa da cidade, creio porque preso à luz e ao azul do rio. Acontece que, mesmo ao lado, no edifício Bento de Jesus Caraça do ISEG, tenho o meu gabinete. Tal vizinhança de trabalho facilitou a multiplicação de oportunidades para troca de ideias, nas quais Jaime Reis apostava em me inquirir de forma incisiva sobre o que me importava estudar. Os seus desafios intelectuais incitaram-me a participar em 2007 num dos encontros significativamente designados por Iberometrics, cuja familiaridade entre historiadores portugueses muito deveu à capacidade persuasora de Jaime Reis. Ultimamente instigou-me a pensar a evolução da economia portuguesa em termos macroeconómicos e na longa duração, depois de me ter chamado a integrar a equipa de um projecto de investigação por ele coordenado sobre «Preços, rendas e salários em Portugal, 1200-1910». Esta empreitada promete continuar a revolucionar a história económica do período moderno em Portugal, não por eu participar nela, bem se vê, mas porque Jaime Reis soube diagnosticar as lacunas da historiografia portuguesa e quão esta se tem mantido excêntrica às principais agendas da historiografia internacional. De resto, a capacidade de diversificar questionários é um dos seus méritos, bem visível na riqueza da sua obra publicada, pelo que apenas uma parte dela poderá ser aqui individualizada com um pouco mais de detalhe.

Se devo ao século XXI a minha proximidade pessoal e científica a Jaime Reis, o seu nome e as suas qualidades de docente entraram pela minha casa dentro logo um ou dois anos depois de ele ter regressado a Portugal

Jaime Reis

em 1978. Estava eu no 2.º ano da licenciatura em História, curso que realizei na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, quando um amigo de infância, seguindo seu curso de Economia na mesma universidade, me pediu emprestado um livro de George Duby (creio que *Guerreiros e Camponeses*), coisa completamente invulgar, não imaginando eu que em cursos de Economia se lessem os mesmos livros que eu lia então em História. Recordo que reagi de forma pouco empática à intromissão, pois algum transtorno me dava o empréstimo. Esclareceu-me o meu amigo que a invulgaridade da situação se devia à invulgaridade do seu professor de História Económica. Era alguém que o fizera entender (finalmente!), a minha opção estranhíssima, essa, de em 1979 enveredar pela licenciatura em História. Perguntei-lhe sobre quem o tinha feito ver a luz, e respondeu-me «Jaime Reis!», com o peito cheio, em tom que admitia um «certamente!» ou um «obviamente», seguido de uma indignada interpelação: «não conheces?!».

Na verdade, não conhecia. Este professor, que muitos dos seus alunos da Faculdade de Economia recordam hoje como alguém que lhes mudou a visão, já não digo do mundo, mas pelo menos da ciência que estudaram, foi primeiramente conhecido e reconhecido fora do estrito universo dos estudantes de História, onde poderia ser identificado como autor de um artigo intitulado «A ‘Lei da Fome’: as origens do protecționismo cerealífero (1889-1914)» publicado na revista *Análise Social*. O ensaio continha páginas demolidoras de muitos dos credos dominantes em Portugal sobre o que era o país no século XIX. O autor não mostrava uma cor política definida, o que era de certa forma, só por si, uma novidade. Nessa época, sendo já direccionada para uma reflexão sobre causas do atraso, a historiografia portuguesa estava contaminada pelas implicações ideológicas que o tema continha poucos anos passados sobre a etapa revolucionária do 25 de Abril de 1974.

Jaime Reis abria assim a sua carreira em Portugal com «A Lei da Fome», no rescaldo de verões quentes e de ocupações de propriedades no Alentejo. Segundo informação sacada em motores de busca na internet (*google scholar*), é dos seus artigos com maior impacto, não porque a longevidade seja a explicação para o maior número de citações acumuladas, mas porque desde 2002 que as suas ideias têm uma procura significativa. Neste estudo demonstrou que nem os latifundiários (por quem o país nutria ódios ou simpatias na sequência da reforma agrária) mas também nem por isso os industriais da panificação ganharam com as leis protecționistas. Afinal, protecționismo e preços administrados haviam de ter seguramente efeitos redistributivos, mas neste caso repartiram o bolo dando

História e Historiadores no ICS

mais ao trabalho que ao capital. A partir daí, a história económica de Portugal dos séculos XIX e XX não foi mais a mesma. Entraram nela os textos de Jaime Reis, com conclusões inusitadas para o estado do conhecimento no momento em que publica.

A sua bibliografia revela que as questões do crescimento económico são uma preocupação agregadora da multiplicidade dos seus questionários e interesses de investigação. Todavia, há um trabalho seu que, por força da novidade na época em que o editou, se destacou. Em «O atraso económico português em perspectiva histórica»¹ – e como Luciano Amaral afirmou em sessão de homenagem que o ICS devidamente realizou a Jaime Reis – a história económica, pelo menos a dos séculos XIX e XX, deve ser identificada como um antes e um depois deste artigo. O que teve este ensaio de diferente? O que hoje está adquirido na historiografia do século XIX. E isso é o destino das ideias e dos comportamentos inovadores: a difusão remete ao esquecimento a novidade que contiveram e as batalhas que enfrentaram para verem o seu mercado mercedamente alargado.

Em que se traduziu o avanço do conhecimento contido no «atraso económico»? No facto de o seu autor evitar uma história económica como ela vinha sendo desenvolvida, com algum conteúdo «normativo», mais receptiva aos contributos de outras ciências sociais, como a antropologia ou sociologia, do que a economia. Além disso, na época em que Jaime Reis começou a sua carreira em Portugal, a história económica deixara-se infiltrar, talvez mais do que outras áreas do saber, pela «caça aos fantasmas» que assaltavam o presente. Entender as razões do atraso constituía uma preocupação comum a historiadores de várias colorações políticas, mas nessa preocupação buscavam identificar os «culpados» da anquilose das estruturas produtivas, fossem eles os representantes de uma economia inglesa dominante, fossem eles os nacionais-detentores do capital ou da terra.

Jaime Reis alterou o ângulo de análise, livre de preconceitos políticos, ou com o único preconceito da racionalidade económica. E com este programa trouxe novos métodos, na época vistos como anacrónicos. O contrafactual, que constitui a metodologia inovadora do artigo «O atraso económico», era uma forma de demonstração à revelia das escolas estruturalistas ou positivistas em história, embora os contentores

¹ Cf. Jaime Reis, «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)», *Análise Social*, XX (80), 1984, 7-28; retomado na colectânea *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX, 1850-1930*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1993.

Jaime Reis

deste método – todos os historiadores, na verdade – soubessem que em qualquer relação de causalidade estaria implícito um raciocínio contra-factual.

A Jaime Reis, não lhe bastou um contrafactual, precisou de três contrafactuais naquele artigo! E não bastava ser esta já de si uma batalha e tanto, como apresentava métodos mais ou menos sofisticados de quantificação. Por fim, apontava as virtudes da comparação; ora, testar as conclusões ou a pertinência dos problemas, a par e passo, com a remissão a outros casos nacionais, era obrigar a academia portuguesa a admitir que Portugal poderia não ter nada de excepcional. Havia, pois, pouco espaço intelectual na academia portuguesa para contar a história do atraso português como Jaime Reis o fez, com um arrojo que, de resto, persiste felizmente em todos os seus trabalhos subsequentes.

Porque trabalho e aprendo todos os dias com o Jaime (qualquer conversa sobre trabalho pode ser um animado debate ou um repto às minhas convicções), pensei que a melhor forma de ser sintética na exposição da sua extensa obra seria seguir a trilogia dos seus ensinamentos. Antes de mais, a quantificação, e depois logo se veria o que fazer com os outros dois pilares: o contrafactual e a comparação.

Para a quantificação, a consulta do *Google Scholar* forneceu-me os dados (nem sempre representativos). Foi possível seleccionar quarenta títulos (eliminando os que são revisões ou reedições para diferentes publicações) e conhecer os níveis de impacto pelo número de citações. São passíveis de agrupamento em sete categorias, a saber: (1) crescimento económico; (2) agricultura; (3) crédito, banca e moeda; (4) capital humano; (5) indústria; (6) economia e instituições; (7) trabalho.

A década de 1978-1988 destaca-se pelas publicações sobre Portugal liberal e nela sobressai «O atraso económico português», hoje o mais citado de todo o *curriculum* de Jaime Reis. O tema do crescimento económico atravessa toda a sua obra, sobretudo até 2002. Acabou de ser retomado, com um novo fôlego, por abranger um espectro temporal de longa duração, nos artigos que vem publicando desde 2015 com base nos dados do projecto «Preços, salários e rendas em Portugal, 1200-1914», de que foi investigador responsável.²

Os outros diferentes títulos que compõem a sua vasta obra respondem a questionários mais específicos, o que significou novos diálogos com a historiografia internacional. Os artigos e os livros editados deixam ver a

² Projecto «Preços, salários e rendas em Portugal: séculos XIV a XX» – PTDC/HIS-HIS/123046/2010 – Financiado pela FCT.

História e Historiadores no ICS

sua criatividade de pesquisador e a sua positiva reputação entre economistas e historiadores estrangeiros, ao coordenar obras colectivas para editoras internacionais.

Entre 1988-1998 e 2005, estão quinze anos de uma agenda de investigação claramente direccionada para as relações entre crescimento e moeda e sistemas financeiros. Veja-se que a sua entrada nestes temas da história bancária, da moeda e do crédito não se fez modesta e discretamente. É da sua lavra uma história do *Banco de Portugal* (1995), e é de 1996 um capítulo sobre o sistema bancário português, «Portuguese Banking in the inter-war period», publicado em *Banking, Currency, and Finance in Europe Between the Wars* (Oxford, Clarendon Press), obra editada por Charles Feinstein, um dos mais reputados historiadores da história financeira mundial. Neste campo temático reforça a internacionalização da sua produção historiográfica, com especial enfoque nas implicações do padrão ouro no século XIX. É co-editor com Pablo Martin Acena da obra *Monetary Standards in the Periphery: Paper, Silver, and Gold, 1854-1933*, publicada em 2000 (St Martin's Press), onde tem o capítulo intitulado «The gold standard in Portugal, 1854-1891». Ainda no mesmo ano, assina o capítulo «How poor was the European periphery before 1850? The Mediterranean vs. Scandinavia» em *The Mediterranean response to globalization before, 1950* (Routledge), livro editado por Sveklet Pamuk, onde faz valer as potencialidades de uma perspectiva comparada dos sistemas financeiros em Portugal com os países escandinavos, tema que alarga a uma comparação com a Dinamarca no capítulo «Bank Structures, Gerschenkron and Portugal», da colectânea editada por Douglas Forsyth e Daniel Verdier *The Origins of National Financial Systems. Alexander Gerschenkron Reconsidered* (Routledge, 2003). Em 2005, trabalha com Berry Eichengreen e Jorge Braga de Macedo como co-editor de *Currency convertibility: the gold standard and beyond* (Routledge 2005), e onde tem com estes dois autores o capítulo «Portugal: The First to Join Gold Standard, 1854».

A partir 2004/2005, as suas publicações começam a revelar uma viragem dos seus interesses para os temas focados no capital humano, retomando um filão temático há muito desbravado no seu ensaio fundador «O analfabetismo em Portugal no século XIX: uma interpretação», pela primeira vez editado em Portugal em 1988.³ Aqui expôs ideias fecundas, suportadas na objectividade do método quantitativo e informadas no raciocínio económico, mas a explicação para a escassez de oferta de edu-

³ Cf. J. Reis, «O analfabetismo em Portugal numa perspectiva comparada», in *Actas do I Encontro Português de História da Educação*, 1988.

Jaime Reis

cação levou Jaime Reis a destacar variáveis culturais e políticas, ou o papel das lutas sociais que pautaram a vida política noutros espaços europeus e que justificaram a acção disciplinadora do Estado através de oferta de educação. Em Portugal, durante as décadas do período da Regeneração, a criação pacífica de uma identidade nacional fez-se acompanhar da apatia pública relativamente à difusão de educação.

É neste campo temático que Jaime Reis tem o seu segundo artigo mais citado, intitulado «Economic growth, human capital formation and consumption in western Europe before 1800», incluído na obra *Living Standards in the Past* (Oxford, Oxford University Press) editada por Robert Allen, Tommy Bengtsson e Martin Dribe em 2005. Aqui altera o enfoque sobre causas do analfabetismo ao observar a literacia do lado da procura, como um bem de consumo duradouro. Por fim, já na segunda década do século XXI, revisita as questões financeiras, nomeadamente através de abordagens institucionalistas que entraram na história económica, interessando-se pelo mercado de crédito no século XIX.

Na bibliografia de Jaime Reis há temas que julgo intocados. São eles os que se prendem com o sector da distribuição e dos transportes, sectores da economia que permitiram aos historiadores económicos descobrir a génese e as «traições» da burguesia. Mas mesmo que se tenha desinteressado destes sectores da economia, Jaime Reis questionou-se sobre o que foi, ou o que não poderia ser, o papel do empresário em Portugal; o que fizeram, ou o que não poderiam fazer, as burguesias e todas as outras categorias que remetem as causas do atraso para variáveis socioculturais, menos passíveis de demonstração quantificada. Mais uma vez, é a comparação que lhe permite avançar com novos argumentos. Jaime Reis olhou essas elites económicas como detentoras da mesma racionalidade económica de outras elites estudadas por historiadores de economias que cresceram sem o estigma do atraso no século XIX. Os seus artigos sobre latifundiários e sobre a casa de António José de Almeida merecem ser lembrados, não só como bons exemplos de história agrária e dos conditionalismos da difusão de inovações de mecanização na agricultura, mas também porque aqui experimentou a biografia como método.

Este estudo bibliométrico contou com recolha de dados e quantificação dos *outputs* com maior mercado através de motores de busca na internet. Um utilizador desavisado destes instrumentos pode deparar-se com coisas surpreendentes, e sendo o «objecto de estudo» uma personagem surpreendente, pode tornar-se difícil destrinçar o que é efectivamente do autor e o que vem na rede indevidamente. Na minha busca encontrei o título *Abolition and the economics of slaveholding in North East*

História e Historiadores no ICS

Brazil com data de 1974. Confirmei que o motor de busca não errou. É obra de Jaime Reis, embora com tema jamais revisitado, todavia com sete citações acumuladas. Pude, portanto, estar certa de que o meu método ofereceu informação segura sobre a sua obra e dimensão do mercado das suas ideias. Verifiquei que os seus primeiros trabalhos continuam a ser citados.

Julgo que as instituições que receberam em 1978 um jovem «estranheirado» devem ser felicitadas. Quanto ao ICS, e na minha perspectiva muito subjectiva, felicito-me por ter gabinete na Miguel Lupi. Aceitei este desafio, embora o tivesse considerado de difícil concretização. Poderia escorregar para o tom encomiástico se escolhesse a qualificação de cada um dos itens da sua bibliografia. Sei que não fui devidamente enfática no elogio, e talvez pobre na individualização dos títulos editados. Mas a estratégia baseada na quantificação oferecida num motor de busca impessoal constituiu uma genuína homenagem a alguém com quem aprendi os benefícios da objectividade do método. Quanto à comparação, o mesmo motor de busca ilustrou a longevidade das obras de Jaime Reis e a atualidade das suas ideias, o que verifiquei ser apanágio de apenas os melhores autores. Lamento que quanto ao contrafactual nada possa ser feito nestas páginas. Na verdade, nada me pareceu controverso na inclusão de Jaime Reis entre os melhores historiadores da economia portuguesa.

António Araújo

Capítulo 4

Manuel Braga da Cruz, historiador *in nuce*

Ao receber o honroso convite para participar neste livro – que muito agradeço –, foi-me dito que o mesmo não visava «homenagear» os historiadores do Instituto de Ciências Sociais, no sentido em que não era seu propósito proceder a um panegírico ou a uma *laudatio* grandiloquente de cada uma das personalidades evocadas. Procura-se, isso sim, analisar o contributo de cada uma delas para a historiografia portuguesa contemporânea.

Simplemente, creio que esta iniciativa, até pelo seu simbolismo e pelo seu significado – ou seja, pelo mero facto de se realizar, e de se realizar *agora* – possui indiscutivelmente, e ainda bem, uma componente congratulatória. Mas essa componente congratulatória não decorre de intenções rituais ou cerimoniais em que a Academia é fértil. Deriva, isso sim, da constatação de um facto objectivo, insofismável. Todas as personalidades aqui evocadas deram um contributo de tal forma marcante para a historiografia contemporânea que falar das suas obras, mesmo numa perspectiva analítica, crítica e objectiva, será sempre uma forma de as homenagear. E, se me permitem, um gesto com que, muito oportunamente, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa assinala a sua gratidão aos que lhe permitiram ser o que é hoje, uma instituição de excelência no domínio da investigação em Ciências Sociais.

Às novas gerações de investigadores do ICS, e em especial aos seus alunos, deve ser recordado que têm a ventura de poder olhar mais longe porque caminham aos *ombros de gigantes*, a célebre expressão de Newton que foi usada, nas provas do seu doutoramento, por Valentim Alexandre, outro dos «historiadores do ICS» evocados nestas jornadas. Na verdade, e sem obras pioneiras e de amplo espectro, como *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, de Manuel de Lucena, como *O Partido e o Estado no Salazarismo*, de Braga da Cruz, ou como *A Questão Social no Salazarismo*, de Fátima Patriarca, só para citar alguns exemplos, seria impossível,

História e Historiadores no ICS

pura e simplesmente, produzir hoje monografias sobre aspectos mais parcelares do período do Estado Novo.

Não adianta fazer especulações virtuais ou contrafactuais sobre como seria a historiografia dos nossos dias sem aquelas obras. Uma coisa é – ou parece ser, na minha opinião – inquestionável. Na ausência daqueles trabalhos de grande fôlego e de muitas páginas, que hoje certamente não passariam pelo crivo de Bolonha, à nossa leitura e compreensão do salazarismo faltaria uma perspectiva mais global de enquadramento, da qual actualmente podemos até discordar – mas podemos discordar *porque foi feita*. E foi feita num território árido, quase desértico, em que, até então, tínhamos apenas ensaios inquestionavelmente brilhantes – com destaque para o de Hermínio Martins, de 1968 –, a par de estudos sobre tópicos circunscritos – como os de João Medina, sobre *Salazar em França* e *Salazar e os Fascistas*, ambos de 1977 – mas não possuíamos investigação de fundo sobre o Estado Novo e o salazarismo.

Existia já, é certo, uma obra de análise global do sistema político do salazarismo, da autoria de Jorge Campinos (*O Presidencialismo do Estado Novo*, 1978), mas, sem qualquer propósito de menoreza, não é propriamente uma obra de História, estando muito mais próxima da Ciência Política e do Direito Constitucional. De resto, e para demonstrar que estas palavras não têm qualquer intuito de menosprezar o trabalho de Jorge Campinos, basta compará-lo com outra obra da sua autoria, sobre a Ditadura Militar, para compreendermos o alcance distinto dos dois livros, sendo o estudo sobre a Ditadura Militar muito mais próximo de uma investigação histórica do que *O Presidencialismo do Estado Novo*, que merece ser louvado, isso sim, por representar a primeira tentativa de análise sistémica do salazarismo numa perspectiva politológica ou juspublicística *more Gallico*, à maneira francesa.

Quando Manuel Braga da Cruz conclui a sua investigação sobre as origens da democracia cristã e o salazarismo, em finais dos anos 70 (publicada, desde logo, na *Análise Social*, em 1978), e até por uma razão geracional, se quisermos, estudos que hoje conhecemos como «clássicos» não tinham sequer visto a luz do dia. Apenas para dar dois exemplos: *O Estado Novo nos Anos Trinta*, de Fernando Rosas, será publicado apenas em 1986, e *O Salazarismo e o Fascismo Europeu* e *Os Camisas Azuis*, de António Costa Pinto, saem em Portugal em 1992 e em 1994, respectivamente.

O primeiro grande colóquio sobre o Estado Novo só se realizará em 1986, na Fundação Gulbenkian e na Universidade Nova. E mesmo um anterior encontro, intitulado «O Fascismo em Portugal», realizado na Fa-

Manuel Braga da Cruz

culdade de Letras, tem lugar em Março de 1980. Aí participam nomes como Fernando Piteira Santos, João Medina, José Pacheco Pereira, Manuel Villaverde Cabral, só para citar alguns, e também Manuel Braga da Cruz (com uma comunicação sobre o Integralismo Lusitano). Precisamente nesse ano de 1980, Braga da Cruz dá à estampa *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*.

Muitas vezes, louva-se o pioneirismo de uma geração ou de um autor para desculpar as suas falhas ou para justificar o carácter datado das suas obras. Não é manifestamente o caso. Os livros que referi não só resistiram à erosão do tempo como continuam a ser obras de referência para as novas gerações. Sobre a União Nacional, a sua estrutura, a sua organização, o seu significado no contexto mais vasto do Estado Novo, o livro *O Partido e o Estado no Salazarismo* nunca foi ultrapassado (até porque nunca mais foi feita uma investigação tão ampla e desenvolvida sobre a União Nacional). É sintomático, aliás, que as entradas «União Nacional», quer no *Dicionário do Estado Novo*, dirigido por Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito (1996), quer no *Dicionário de História de Portugal*, coordenado por António Barreto e Maria Filomena Mónica (2000) sejam da autoria de Manuel Braga da Cruz.

Deve ser lembrado, por outro lado, que a «internacionalização» — o Santo Graal de uma academia onde as métricas contam cada vez mais que os méritos — não nasceu agora. Dos nomes hoje evocados, todos ou quase todos realizaram investigação no estrangeiro. No caso de Manuel Braga da Cruz, foi bolseiro do Instituto de Alta Cultura em Itália, entre 1970 e 1974, onde se licenciou em Sociologia, na Universidade Gregoriana, em Roma, estando essa marca muito presente na sua obra, designadamente no conhecimento dos clássicos do positivismo sociológico, como Gaetano Mosca ou Vilfredo Pareto.

Ao preparar este texto, e ao abordar a obra de Manuel Braga da Cruz, a primeira coisa que me surpreendeu foi a sua vastidão. Esse é um dado de que, devido à discrição do autor, à sua repulsa pela estridência mediática, não nos apercebemos de imediato. Quando agrupei os livros a que o nome de Manuel Braga da Cruz está ligado — como autor, coordenador, organizador — pude ter consciência da forma como, de um modo sólido e consistente, foi publicando regularmente nas últimas décadas. É certo que o autor sempre permaneceu na Academia, não exercendo actividades dispersivas noutros planos ou esferas de acção. Mas, na Academia, a par da investigação e do ensino, exerceu outras funções, e bem absorventes:

História e Historiadores no ICS

aqui, no ICS, durante anos, de 1987 a 1998, foi subdirector e, mais tarde, director da revista *Análise Social*, um facto que, lamentavelmente, nem sempre tem sido recordado como devia. Durante oito anos, de 1990 a 1998, foi director de edições deste Instituto e da colecção *Análise Social*, editada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda. E, mais tarde, seria reitor da Universidade Católica.

A vastidão da sua obra é, pois, o resultado de uma opção de vida marcada por uma dedicação exclusiva à Academia, a propósito da qual Manuel Braga da Cruz produziu, aliás, diversos e importantes estudos e reflexões. Se é certo que a sua produção científica, sobretudo a partir de uma dada fase, se concentra na elaboração de ensaios de síntese, realizados a pretexto de conferências ou de outras iniciativas, e publicados em obras mais recentes, como *Transições Históricas e Reformas Política em Portugal* (1999) ou em *Raízes do Presente* (2013), o facto é que, ao observarmos o conjunto da sua obra, deparamos:

- com uma antologia ainda hoje imprescindível de grandes textos clássicos da Sociologia – *Teorias Sociológicas*, de 1989;
- os livros que coordenou em 1998 a propósito da reforma do sistema eleitoral;
- os vários volumes de *Inéditos e Dispersos* de Oliveira Salazar, o primeiro dos quais vindo a lume em 1997, ou, mais recentemente, em 2012, a obra *Marcelo Caetano. Tempos de Transição*, resultante do ciclo de conferências que organizou em conjunto com Rui Ramos, tendo por tema o período do marcelismo.

Quer esta última obra sobre o marcelismo – que constitui, no essencial, uma vasta recolha de depoimentos de personalidades marcantes dessa época, dos mais variados quadrantes – quer sobretudo a publicação, em cinco volumes, dos *Inéditos e Dispersos* de Salazar reflectem uma outra faceta do trabalho de historiador, a qual nem sempre é valorizada: a recolha e publicação de fontes. Reunir, de forma paciente, sistemática e laboriosa, aquilo que fora escrito por Salazar e que, por uma razão ou outra, não tinha sido publicado ou se encontrava disperso é um contributo para a historiografia do Estado Novo que tem de ser sublinhado, justamente porque este tipo de trabalho – do qual resultam instrumentos de consulta utilíssimos e imprescindíveis – nem sempre tem o reconhecimento que merece.

Trata-se, aliás, de uma actividade que Braga da Cruz tem prosseguido, organizando e prefaciando a correspondência entre Salazar e Alfredo Pi-

Manuel Braga da Cruz

menta (2008) e, antes dela, a correspondência de Santos Costa (2004). Deve ainda referir-se, mesmo que num plano ligeiramente distinto, mas igualmente enquadrável no domínio da produção de instrumentos de trabalho e auxiliares de consulta, a organização do *Dicionário Biográfico Parlamentar*, no período relativo ao Estado Novo, uma obra em dois volumes que coordenou numa fase inicial, e que foi posteriormente concluída por António Costa Pinto.

Quanto à obra de Manuel Braga da Cruz como historiador, ela caracteriza-se, diria eu, por uma *rigorosa circumspecção analítica* e, acima de tudo, pela sua *seriedade serena*. Manuel Braga da Cruz não é autor – como, aliás, poucos ou nenhuns serão em Portugal – de um pensamento historiográfico articulado e consistente. Melhor dizendo, não iniciou a abordagem da História partindo de premissas e com um «programa» definido, não sendo visível no seu trabalho a marca de uma «escola» ou de uma corrente historiográfica em particular.

A este propósito, vale a pena recordar a intervenção que Braga da Cruz fez em 1998, na atribuição do primeiro Prémio Sedas Nunes para as Ciências Sociais. Afirmou, a dado passo, que a principal preocupação de Adérito Sedas Nunes consistiu em criar «um espaço de liberdade». E acrescentou: «Adérito Sedas Nunes não criou uma escola. Escrevi-o um dia. Confessou-me que ao lê-lo lhe tinha feito um dos elogios que mais apreciou sobre a sua vida.»

Na verdade, existindo, por assim dizer, uma «geração Sedas Nunes», não há uma «escola Sedas Nunes», no sentido em que não é descortinável uma linha programática de investigação, focada num objectivo preciso e realizada segundo uma orientação historiográfica concreta e determinada. A par disso, e creio que se trata de uma característica geracional mas também de uma opção pessoal – constituindo, aliás, um traço muito vincado na sua obra –, Manuel Braga da Cruz nunca quis explorar aspectos marginais ou parcelares do passado, nem trilhou os caminhos da «micro-História» ou dos «estudos de caso». Procurou, pelo contrário, adoptar uma perspectiva «macro», de amplo alcance, indo ao fulcro do salazarismo para compreendê-lo nos seus fundamentos ideológicos ou doutrinários – sobretudo em *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, de 1980 – e no seu travejamento institucional, analisado em *O Partido e o Estado no Salazarismo*, livro de 1988 que corresponde à sua tese de doutoramento em Sociologia Política, apresentada e discutida no ISCTE em 1987.

De permeio, devemos registar estudos mais localizados, mas que, uma vez mais, não são feitos a partir de «casos» ou numa perspectiva «micro».

História e Historiadores no ICS

Entre eles, devem destacar-se os trabalhos sobre o Integralismo Lusitano nas origens do salazarismo (saído na *Análise Social* em 1982); sobre o 28 de Maio e a Ditadura Militar (texto publicado em 1985 na *Revista de História das Ideias*); sobre a oposição eleitoral no Estado Novo (também na *Revista de História das Ideias*); e, na revista *Ler História*, em 1985, o artigo «Os Monárquicos e o Estado Novo de Salazar». Estes trabalhos encontram-se reunidos num livro de 1986, intitulado *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*.

Deve salientar-se que, a par destas investigações de natureza histórica, Manuel Braga da Cruz foi publicando, já nesse período (inícios e meados dos anos 1980), escritos de ciência e sociologia política, os quais viriam a ser agrupados em 1995 no livro *Instituições Políticas e Processos Sociais*. Ora, esses estudos – alguns deles escritos em parceria, com Manuel de Lucena ou com Miguel Lobo Antunes – são essenciais para compreender o sentido da sua obra historiográfica.

Na verdade, Braga da Cruz, mais do que um historiador de dinâmicas ou processos sociais, apresenta-se como um *historiador institucionalista*, que privilegia as grandes linhas de evolução das instituições. É certo que, num dado sentido, estudou um movimento social e político, o movimento católico dos alvares do século XX, mas fê-lo centrando-se na sua estrutura orgânica, nas suas linhas doutrinárias, na acção dos seus dirigentes, nos seus encontros, relegando para um plano secundário o entrosamento desse movimento na sociedade (que, de resto, não foi significativo).

Contudo, e este é outro elemento que me parece interessante realçar, Braga da Cruz não é um historiador de «interpretações» mas, digamos assim, de «conclusões». Nunca – ou, pelo menos, muito raramente – propõe ou avança interpretações de fundo, sínteses intuitivas, supostamente lapidares, que procurem, de forma talvez audaz mas generalista, abarcar um período tão longo, tão complexo e com tantas evoluções internas como foi o Estado Novo. O método que utiliza é, como disse, o de proceder ao estudo de um problema ou de um tema e de, sobre ele, retirar «conclusões», conclusões seguras e fiáveis, com a chancela da imparcialidade crítica. No entanto, do mesmo passo que não é um historiador de «grandes interpretações», mas de «conclusões» sólidas e ancoradas em elementos objectivos, Manuel Braga da Cruz também não é um historiador miudamente analítico, cuja obra revele a preocupação de exhibir, de forma exuberante, erudição sobre pontos ou aspectos específicos da realidade estudada.

Explicando melhor, Braga da Cruz soube encontrar o *juste milieu*, o equilíbrio sério e sereno, entre uma tendência para o «interpretativismo»

Manuel Braga da Cruz

imaginativo e outra tendência, de sinal contrário, para o positivismo erudito. Os seus estudos, redigidos num estilo impecavelmente clássico, sem adjectivações e com grande contenção e elegância formal, não buscam seduzir pela forma ou surpreender pelo poder encantatório do verbo. Baseiam-se em fontes coevas, mais do que na literatura secundária ou no levantamento de arquivos, sendo essas fontes, em boa medida, constituídas por livros, folhetos, programas, actas das organizações ou dos movimentos que estudou, e sobretudo de uma pesquisa muito ampla da abundante imprensa católica. Neste particular, e sobretudo para o seu primeiro livro, Braga da Cruz pôde beneficiar de uma biblioteca familiar que, seguramente, é a mais completa que existe para o estudo das *origens da democracia-cristã e do salazarismo*. Nesse livro, na nota introdutória, escrita em Tadim, em Novembro de 1978, Manuel Braga da Cruz agradece e evoca os nomes dos seus dois avôs, José Maria Braga da Cruz e Francisco José de Sousa Gomes, ambos figuras proeminentes do movimento social e político católico dos alvares do século XX.

Este ponto não é de somenos importância se tivermos presente que, em trabalhos mais recentes, provavelmente menos conhecidos porque se revestem de uma natureza mais pessoal ou familiar, na bibliografia de Manuel Braga da Cruz consta uma biografia de seu avô, José Maria Braga da Cruz, livro do maior interesse para a compreensão da trajectória de vida de um «ceadecista» dos primeiros tempos de Coimbra e deputado do Centro Católico Português.

De certo modo, entre esta breve obra de 2004 e o livro *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, de 1980, existem uma continuidade e uma coerência notáveis, que permitem afirmar, digamos assim, que o contributo historiográfico de Manuel Braga da Cruz é também fruto de uma profunda *ligação às suas origens*, daquilo a que, no prefácio a esse livro, escrito em Tadim, o autor descreve como «raízes de mim», «laços que não só enjeito como reavivo». Todavia, Manuel Braga da Cruz nunca teve uma visão instrumental da História nem pretendeu escrevê-la de forma «engajada», ao serviço de uma dada orientação ideológica ou doutrinária. Bem pelo contrário, se há característica que o distingue é a busca de uma «neutralidade axiológica» weberiana na sua actividade como investigador. Sendo publicamente conhecido o seu empenhamento na defesa de algumas causas, sendo assumida e militantemente católico, não há qualquer vestígio dessa faceta nos seus trabalhos de História.

Essa marca existirá, porventura, mas confesso que não os analisei, até porque se situavam fora da órbita da iniciativa do ICS, nos textos e intervenções em matéria pedagógica, em especial sobre o ensino privado e

História e Historiadores no ICS

a Universidade. Mas, no domínio da História, de modo algum pode dizer-se que Manuel Braga da Cruz defende uma «causa». Basta pensar que, quer em *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, quer numa obra mais recente, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, não ilude nem escamoteia – e, pelo contrário, sublinha e acentua – a profunda ligação que existiu entre a Igreja Católica e o salazarismo, sobretudo na fase inicial do lançamento deste. Simplesmente, não deixa de referir também que a visão de Salazar no seu relacionamento com a Igreja sempre se pautou por uma defesa da *raison d'État*, ou seja, por uma salvaguarda do interesse do Estado, mesmo quando este se sobrepunha aos interesses da Igreja, tal como foi patente nas negociações da Concordata de 1940.

A historiografia de Braga da Cruz – se preferirmos, o seu contributo para a historiografia contemporânea – não é, decididamente, uma historiografia dionisiaca, combativa ou militante, no sentido em que não possui um «programa» ou uma «orientação». É, aliás, exemplar que em *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo* dedique a obra ao seu pai, reconhecendo e agradecendo o respeito que Guilherme Braga da Cruz teve, e cito, «com sofrida aceitação e tolerância», para com o percurso pessoal divergente do seu filho. Mais do que isso, o cerne dessa obra consiste precisamente em demonstrar que a formação de Salazar se situa na órbita do catolicismo social do princípio do século XX.

Se este dado é hoje incontroverso para a generalidade dos historiadores, não o era quando *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo* foi publicado. Quer dizer, Manuel Braga da Cruz foi dos primeiros autores a esclarecer, e a esclarecer de forma sustentada e factualmente fundamentada, a matriz ideológica essencialmente católica do salazarismo e da própria trajectória política de Oliveira Salazar. Poderia dizer-se que, desse modo, se visava extrair o Estado Novo da galáxia dos fascismos, como é afirmado logo no início da obra, e cito: «Mussolini teve como matriz ideológico-política o *laicismo* das formações partidárias e sindicais socialistas da Itália de finais do século passado e Salazar o *catolicismo social* das incipientes traduções teórico-organizativas do pensamento democrata-cristão em Portugal.»

Porém, o autor não se inibe de aludir a uma «inversão fascizante da democracia cristã», operada pelo salazarismo. Chega mesmo a utilizar a expressão «uma espécie de ‘fascismo baptizado’», ainda que entre aspas. E, na mesma página em que escreve essas palavras, adere à tese de Manuel de Lucena segundo a qual o Estado Novo foi um «fascismo sem movimento fascista».

Pelo que dirá na sua obra posterior, creio que Manuel Braga da Cruz se afastou desta caracterização. No entanto, não deixa de ser curioso ob-

Manuel Braga da Cruz

servar o diálogo que manteve com Manuel de Lucena – de todos os seus colegas, é aquele que especificamente nomeia nos agradecimentos da sua dissertação. E este ponto é interessante pois revela outro traço desta geração de «historiadores do ICS». Sei que poderá existir o risco de figurar o antigo GIS, e depois o ICS, como uma Arcádia idílica em que uma elite de investigadores possuía meios, condições e liberdade de investigação que nunca mais se repetiram em Portugal. Possivelmente, esta visão nostálgica não terá inteira correspondência com a realidade. Em todo o caso, há uma faceta, que é uma faceta convival e humana, de diálogo entre pontos de vista opostos, que fica muito presente neste encontro entre Manuel de Lucena e Manuel Braga da Cruz.

Seria difícil encontrar personalidades tão distintas na sua abordagem e no seu perfil como investigadores, quase ao ponto de podermos usar aqui a famosa dicotomia entre a raposa e o ouriço concebida por Arquíloco e celebrizada por Isaiah Berlin. Um, intuitivo e múltiplo, na vertigem do caos; outro, rigoroso e coeso, sistemático, disciplinado no método de trabalho e na forma de pensar. Acabariam por divergir na caracterização do Estado Novo como um «fascismo» – uma querela que constituiu, de certo modo, a versão portuguesa da *Historikerstreit* alemã de finais dos anos 80 –, mas nem um nem outro negaram o carácter ditatorial do regime e, sobretudo, aquilo que defenderam jamais foi dominado por pré-compreensões ou orientações alheias ao trabalho historiográfico.

Em toda a obra de Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo* é, porventura, o livro em que o uso de fontes arquivísticas se afigura mais sistemático e exaustivo. O autor, aliás, agradece ao Conselho da Revolução, e em particular ao major Sousa e Castro, a autorização concedida para poder consultar o Arquivo da União Nacional e da Acção Nacional Popular. Não se trata de um pormenor irrelevante. Manuel Braga da Cruz – como, de resto, alguns dos «historiadores do ICS», como Fátima Patriarca – foi dos primeiros historiadores portugueses a estudar o Estado Novo a partir de fontes primárias, com base nos arquivos do regime. Fê-lo, para mais, em condições de acesso e consulta muito diferentes daquelas que possuem actualmente os nossos investigadores. Para *O Partido e o Estado no Salazarismo* consultou o arquivo do Ministério do Interior, que à época estava no Ministério da Administração Interna, e o arquivo da União Nacional, na altura guardado em Caxias. Aqui avulta, uma vez mais, o seu pioneirismo e o desta geração: o que hoje é mais do que natural e, por assim dizer, indispensável na elaboração de qualquer trabalho sobre o Estado Novo – a consulta dos arquivos da Torre do

História e Historiadores no ICS

Tombo – não o era à época, uma época que, sublinhe-se, não é tão longínqua como poderíamos supor. Mas em que não existia internet nem sequer computadores...

No entanto, apesar desse trabalho de pesquisa de fontes primárias, a tese que produziu – e que foi publicada com o título *O Partido e o Estado no Salazarismo* – não pode caracterizar-se como um puro trabalho de História, sendo antes definível como uma obra de *sociologia política histórica*. Manuel Braga da Cruz pretendeu nesse trabalho, mais do que realizar um historial da União Nacional (mesmo sendo esta, indiscutivelmente, a melhor e mais completa obra sobre a União Nacional), Manuel Braga da Cruz, como dizia, mais do que uma história da União Nacional, procurou analisar esta organização à luz dos quadros da ciência e da sociologia políticas, com apoio teórico ou conceptual nos trabalhos de Giovanni Sartori, Maurice Duverger ou Robert Dahl, e depois, quando se debruça sobre os autoritarismos e os fascismos, nas obras de Renzo del Felice, Stuart Woolf, Juan Linz, Stanley Payne ou Ernst Nolte.

O Partido e o Estado no Salazarismo obedece a uma organização interna cartesiana, de uma limpidez cristalina, típica do espírito apolíneo do seu autor. Numa primeira parte, relativamente breve, apuram-se as tipologias e os conceitos operativos – sistemas de partido único e regimes monopartidários, totalitarismo e autoritarismo, autoritarismo fascista e autoritarismo conservador –, concluindo-se que existe uma diferença entre ditadura de partido e ditadura de governo. Justamente por isso, referi há pouco que o conhecimento de Manuel Braga da Cruz da literatura clássica de ciência e sociologia política, bem como os trabalhos que efectuou nesses domínios, não são dissociáveis da sua investigação como historiador. Muito provavelmente, é aqui, em *O Partido e o Estado no Salazarismo*, que essa multidisciplinaridade se revela de forma mais evidente.

Após a fixação dos conceitos-chave, a Segunda Parte do livro é dedicada ao Estado Novo e à demonstração da ideia de que este foi marcado – e cito – por uma «ditadura constitucionalizada e administrativa, civil e policial, do chefe do Governo». A caracterização como fascismo – que, de resto, surgia de forma fugaz em *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo* – é agora abertamente afastada. A Parte Terceira é dedicada à União Nacional e constitui, por assim dizer, o grande *apport* historiográfico desta obra, já que aquela organização é examinada detidamente, e não apenas na sua estrutura «estática» e na sua ligação ao regime mas também na sua intersecção «dinâmica» com os sucessivos actos eleitorais que o Estado Novo nunca deixou de realizar nas alturas devidas, o que causou surpresa a vários observadores do salazarismo, como Philippe

Manuel Braga da Cruz

Schmitter, por exemplo. No final, chega-se a conclusões sobre, e cito, um «monopartidarismo autoritário», sendo o Estado Novo definido não como um regime *de* partido único mas como um regime *com* partido único (o que, como se compreende, não é uma diferença meramente semântica). Depois, conclui-se pela existência de uma «ditadura de governo» e, em sede de caracterização geral, de um «autoritarismo conservador e integracionista». Actualmente, estas conclusões podem parecer «adquiridas» (e, obviamente, não tive tempo de as apresentar em toda a sua complexidade nem de desenvolver o processo que levou o autor a formulá-las). Ainda assim, mesmo parecendo «adquiridas», poderão naturalmente ser contestadas, mas esse não era o ponto com que queria terminar.

A concluir, gostaria de realçar um último aspecto. O pioneirismo desta geração de «historiadores do ICS» – e aqui, perdoem-me, refiro-me em especial aos que se ocuparam do Estado Novo – reside, quanto a mim, no seguinte: um conjunto de historiadores decidiu, em meados dos anos 70, ou até um pouco antes, estudar o Estado Novo numa perspectiva científica, historiográfica, académica. Em 1971, Manuel de Lucena começou a escrever a sua *opus magnum* sobre a evolução do sistema corporativo. Em 1978, Maria Filomena Mónica apresentou tese na Universidade de Oxford sobre a educação no salazarismo (e logo nas primeiras páginas relata as dificuldades que enfrentou no acesso aos arquivos...). Em Abril do ano anterior – ou seja, em 1977 –, Manuel Braga da Cruz apresentou ao então GIS um projecto de investigação sobre a matriz democrata-cristã do salazarismo.

Ou seja, tratou-se de investigações feitas numa altura em que o regime de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano tinha terminado havia pouco, e de forma abrupta, por via revolucionária. Esta geração teve, portanto, a ousadia de romper com um mandamento historiográfico que na altura era muito vigoroso – o do «distanciamento» face ao objecto de estudo – e, mais do que isso, cometeu a proeza de, num tempo de grande conflitualidade, retirar a aproximação ao Estado Novo do território do combate político, trazendo-a para o campo da historiografia. Foram pioneiros que desbravaram solo desértico, mas escaldante.

E, apesar de caminhar sobre as brasas fumegantes de uma ditadura acabada de morrer, esta geração conseguiu analisar o Estado Novo com independência e objectividade. Repare-se no risco que isto implicou: o interesse académico pelo Estado Novo poderia facilmente ser exautorado

História e Historiadores no ICS

como uma revisitação asséptica de um pretérito imperfeito. Tratou-se, se quiserem usar a expressão de Lucien Febvre, de um corajoso «combate pela História», feito à margem, ou até em contracorrente, ao «combate pela política». Foi, em suma, uma exemplar afirmação da independência e da autonomia da Universidade, um gesto ousado de liberdade académica. Passados vários anos, e sem quaisquer passadismos nostálgicos, poderá dizer-se que esse «combate pela História» foi claramente ganho. E, devido a esse triunfo, actualmente são produzidos trabalhos monográficos de grande qualidade sobre o Estado Novo.

No entanto, e sem querer dizer que esta foi uma «geração perdida», vemos hoje sinais preocupantes de regresso de alguma historiografia do Estado Novo ao terreno do combate político-ideológico. Curiosamente, este fenómeno corre a par de uma mercantilização e até *folclorização* de Salazar e do salazarismo na cultura de massas, com séries televisivas com o ditador no papel de galã, ou as livrarias repletas de obras de consumo fácil, umas pouco rigorosas, outras com sugestões delirantes (já vai em segunda ou terceira edição um livro que sustenta que Salazar era da Maçonaria; um livro editado pela Bertrand, note-se...). Em todos os países existem obras semelhantes, e tudo isso tem o seu lugar na cultura de massas. Simplesmente, esse movimento galopante de «folclorização» do salazarismo bem justificava um novo «combate pela História», como aquele que os «historiadores do ICS» travaram em meados dos anos 70. É que, sem esse combate, existe o risco de a Academia, hoje muito dominada pelo «factor de impacto» e pela projecção mediática da sua investigação, ceder, ela própria, a esta apetecível e bem remunerada aproximação «folclórica» ao Estado Novo.

O passado salazarista encontra-se, pois, a ser capturado por um movimento de duplo sentido: de um lado, pela propaganda e pela militância disfarçadas de ciência histórica e, do outro lado, pelo *marketing* do capitalismo editorial ou televisivo. Creio que esta tendência constitui um motivo renovado e acrescido para enaltecer o contributo objectivo e rigoroso dos «historiadores do ICS»; um *contributo científico* pois não buscava outra coisa que não esta: a verdade histórica.

Luciano Amaral

Capítulo 5

Manuel de Lucena historiador

Introdução

Manuel de Lucena não foi um historiador de raiz, e o seu principal contributo para a história enquanto disciplina talvez até tenha resultado de uma obra de ciência política. Algo tardiamente na sua vida e na sua carreira tornou-se mesmo historiador, e um historiador excelente, de resto. Mas já antes disso a história tinha sido parte intrínseca dos seus trabalhos. Ou seja, Manuel de Lucena sempre utilizou a história como elemento explicativo daquilo que procurava analisar na actualidade através dos instrumentos das ciências sociais.

Foi desta combinação que resultou uma obra profundamente original, cujas implicações e ramificações não foram ainda exploradas por inteiro, sobretudo no que toca à compreensão da natureza institucional e política do Estado Novo. Não sendo historiador, Manuel de Lucena foi pioneiro de um «campo historiográfico», o qual, na realidade, ainda não existia quando o começou a estudar no início dos anos de 1970. Tecnicamente, Manuel de Lucena não estava então a escrever história. Estava antes a usá-la como instrumento para o estudo do «reformismo marcelista» de finais do regime autoritário. Só que diversas ideias e propostas saídas desse estudo constituíram o ponto de partida para os historiadores que, no fim dos anos de 1970 e durante os anos de 1980, vieram efectivamente a fundar o «campo historiográfico» do Estado Novo.

O facto de Manuel de Lucena não ter sido um historiador «de escola» não terá prejudicado a sua obra, permitindo-lhe até evitar alguns tiques de profissão. Não se viu obrigado, por exemplo, a seguir a «agenda dos Annales», como a maior parte dos historiadores do tempo, ou a encarrear pela moda marxista que estivesse então em voga. Sendo um intelectual de cultura transversal e profunda, conhecia melhor o próprio Marx do que muitos dos seus discípulos confessos. Mas também conhecia muito mais do que o marxismo, o que lhe permitiu evitar o molde marxista em

História e Historiadores no ICS

que todo o intelectual da oposição se sentia então obrigado a enfiar. Como o próprio dizia a respeito de um dos seus trabalhos, «não se convida o marxismo. Apenas é evidente que em muita coisa se lhe deve bastante».¹ Isso deu-lhe uma liberdade e uma maleabilidade interpretativas que tornaram a sua análise mais rica do que a de muitos historiadores e abriram pontos de vista inesperados, inspiradores e duradouros.

Não é fácil identificar influências propriamente historiográficas na obra de Manuel de Lucena. Os historiadores não o parecem ter influenciado muito, com excepção de Alexis de Tocqueville, especialmente aquele de *L'Ancien Régime et la Révolution*.² Aqui, a influência é muito grande. Talvez se possa dizer que as principais ideias de Manuel de Lucena correspondem a uma certa leitura e aplicação ao Estado Novo e à democracia subsequente ao 25 de Abril do clássico de Tocqueville, em especial no que toca à continuidade entre regimes e ao entendimento das revoluções sobretudo como «som e fúria», cujo impacto seria muito menor do que as transformações lentas ocorridas antes da sua eclosão.

Neste artigo, olharemos para o contributo historiográfico de Manuel de Lucena tendo em consideração duas dimensões: a obra propriamente historiográfica, por um lado, e, por outro, aquela que, não sendo historiográfica, influenciou a historiografia de maneira decisiva. Começaremos pelos trabalhos explicitamente historiográficos, que correspondem à fase final da sua carreira. Depois debruçar-nos-emos sobre o seu trabalho mais importante, *A Evolução do Sistema Corporativo Português* que, não sendo um trabalho de história, foi determinante para o estudo histórico do Estado Novo. A primeira parte do artigo é dedicada ao importante artigo de 1991 sobre o pensamento económico de Salazar e às biografias de Salazar e dos seus lugar-tenentes, Pedro Teotónio Pereira, Armino Monteiro, José Gonçalo Correia de Oliveira, Franco Nogueira e Adriano Moreira.³ A segunda parte é dedicada à presença da história n.º *A Evolução do Sistema Corporativo Português*.⁴

¹ Manuel de Lucena, *A Evolução do Sistema Corporativo Português, Vol. I – O Salazarismo*. Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976, 19.

² Alexis de Tocqueville, *L'Ancien Régime et la Révolution*. Paris, Gallimard, 1986.

³ Manuel de Lucena, «Salazar, a 'fórmula' da agricultura portuguesa e a intervenção estatal no sector primário», *Análise Social*, XXVI (110), 1991, 97-206. Quanto às biografias, elas foram originalmente publicadas na extensão do *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999-2000, coordenado por António Barreto e Maria Filomena Mónica, e foram depois coligidas em livro no que toca aos lugar-tenentes, e publicadas postumamente: Manuel Lucena, *Os Lugar-Tenentes de Salazar. Biografias*. Lisboa, Alethéia, 2015. A de Salazar continua apenas disponível no *Dicionário*.

⁴ Lucena, *A Evolução do Sistema Corporativo Português, Vol. I – O Salazarismo; Vol. II – O Marcelismo*. Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976.

O historiador tardio

Foi apenas nos últimos 25 anos da sua carreira que Manuel de Lucena assumiu de forma mais explícita a sua veia de historiador. Talvez o primeiro momento em que isso aconteceu tenha sido em 1991, com um artigo chamado «Salazar, a ‘fórmula’ da agricultura portuguesa e a intervenção estatal no sector primário». Trata-se de um trabalho misturando história do pensamento económico e história da política económica, onde encontramos muitos dos traços identificadores da abordagem intelectual típica de Manuel de Lucena. Desde logo, a subtilidade interpretativa, neste caso aplicada à evolução intelectual e política de Salazar. Salazar começa por nos ser apresentado como um bem-intencionado reformista agrário de juventude que, na sua obra de 1916, *Questão Cerealífera*, invectivava a predominância indevida do trigo na agricultura portuguesa e propunha uma «fórmula» visando reconvertê-la profundamente.⁵ O trigo deveria ser largamente abandonado e o sector deveria virar-se para a fruticultura, a horticultura ou a floricultura, em grande parte com os olhos postos na exportação. De acordo com Manuel de Lucena, terão sido as necessidades de acção política que fizeram Salazar sentir-se obrigado, por realismo, a transigir com os interesses dos latifundiários alentejanos nos anos de 1930. A cultura do trigo foi profundamente apoiada pelo novo regime e o plano reformista abandonado.⁶

A sinceridade reformista de Salazar seria comprovada, de acordo com Lucena, pelo regresso, nos anos de 1960, ao programa original, embora pelo interposto delfim José Gonçalo Correia de Oliveira – na sua qualidade de ministro da Economia entre 1965 e 1968.⁷ Alteradas as condições políticas, económicas e sociais do país, Salazar achou que podia, quarenta anos depois, voltar às ideias de juventude. E tocamos aqui num ponto fundamental da forma utilizada por Manuel de Lucena para abordar tanto o período do Estado Novo em geral como a acção do seu mentor, Salazar, em particular: a continuidade dos problemas e das soluções políticas. Segundo Lucena, não se pode dizer que tivesse havido uma política agrária «fascista»; o que existiu foi, antes, um problema agrário português, que o Estado Novo tratou de formas diversas ao longo do tempo, algumas das quais o próprio regime democrático saído de 25 de Abril de 1974 deveria levar em consideração.

⁵ António de Oliveira Salazar, *Questão Cerealífera – O Trigo*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916.

⁶ Lucena, «Salazar, a ‘fórmula’...», 103-128.

⁷ Lucena, «Salazar, a ‘fórmula’...», 167-191.

História e Historiadores no ICS

Eis uma postura que se repetiu no conjunto de textos em que, de forma mais explícita, assumiu a sua qualidade de historiador – ou, talvez melhor, de biógrafo. Falamos de uma série de biografias de grandes figuras do Estado Novo, a começar pela do seu próprio chefe máximo, Salazar, e continuando por aqueles a que chamou os seus «lugar-tenentes»: Pedro Teotónio Pereira, Armindo Monteiro, José Gonçalo Correia de Oliveira, Franco Nogueira e Adriano Moreira.

A biografia de Salazar é uma peça historiográfica notável, que padece apenas do facto de ser incompleta (termina em 1945). No entanto, o material que apresenta corresponde a um esforço empírico e interpretativo muito importante para a compreensão da carreira do ditador. Manuel de Lucena pesquisou tudo o que foi escrito sobre Salazar em vida (da mais pequena nota a obras inteiras) e procurou seguir as grandes questões da sua carreira política de forma detalhada. Daqui resultou um retrato cuja complexidade é típica em Manuel de Lucena: «a vida portuguesa – política e não só – ficou profundamente marcada pelo tenaz e minucioso despotismo salazarista, sobre cuja existência nunca houve dúvidas. Só da sua exacta natureza [...] se continua a discutir: a) *Aos adeptos mais entusiásticos*, esse despotismo parecia admiravelmente esclarecido e salvífico [...]; b) *Mas inimigos jurados*, de direita e de esquerda, garantiram que era um despotismo retrógrado ou reaccionário, geralmente liberticida, por força desastroso; [...] lá se vislumbra algum consenso acerca do carácter autoritário do Estado Novo e do seu fundador, mas logo se revela insignificante porque demasiado genérico; com efeito, falar em autoritarismo sem mais pouco adianta; e ao de Salazar chegam certos opositores a considerá-lo uma espécie do totalitarismo [...], sem quererem ver que as duas categorias se excluem; ao passo que certos adeptos, privilegiando o critério das hecatombes (em Portugal o sangue correu bem menos do que noutras autoritárias ou até democráticas paragens), o mostram tão moderado que facilmente sobrevivem a tentação de o situar nos arredores imediatos da ocidental democracia».⁸

A variedade de olhares sobre Salazar que Manuel de Lucena recenseou também se reflecte na variedade de posições que o próprio tomou ao longo da vida. A biografia de Salazar enquanto homem político constitui um bom complemento humano (digamos) ao estudo do Estado Novo enquanto regime ou estrutura institucional, em particular numa ideia central que Manuel de Lucena sempre repetiu: a de que as instituições do re-

⁸ Lucena, «Salazar, António de Oliveira», in *Dicionário*, orgs. António Barreto e Maria Filomena Mónica..., 284.

Manuel de Lucena

gime, mais do que a rigidez que muitas vezes lhes foi atribuída, eram afinal bastante flexíveis, podendo acomodar mudanças políticas drásticas. Com Salazar, ter-se-ia passado o mesmo: «diz-se [que as ideias de Salazar foram] invariáveis, inabaláveis ao longo de toda a sua carreira política [...] [e que assentaram em três valores essenciais]: Deus, Pátria e Família. [...] Mas, no caso [...], deram-se no quadro da ideologia imutável grandes mudanças de atitude política: [...] [Salazar] começou por sustentar o primado da educação sobre a acção política e depois [...] [acabou] por se achar à frente de uma revolução que foi legal antes de mental. Do que se lamentou... Elogiou, em novo, o tolerante liberalismo anglo-saxónico [...] e acabou à frente de um minucioso sistema de repressão [...]. Propôs-se fomentar um corporativismo associativo, assente no consenso dos corpos intermédios interessados mais do que na iniciativa e coacção estatal, e acabou à frente de um corporativismo substancialmente de Estado».⁹

Esta variedade e esta complexidade prolongam-se nas biografias dos «lugar-tenentes»: Marcello Caetano, o integralista de juventude que terá sonhado, na maturidade, fazer convergir o Estado Novo para a democracia europeia; Franco Nogueira, o jovem de simpatias oposicionistas que se foi convertendo ao culto de Salazar e se transformou no símbolo final do Estado Novo agonizante; Adriano Moreira, o jovem também de simpatias «liberais» que um dia se imaginou (e foi imaginado) como sucessor de Salazar, mas acabou a sentir-se por ele traído; Pedro Teotónio Pereira e José Gonçalo Correia de Oliveira, colaboradores próximos e instrumentais na introdução do corporativismo nos inícios do regime ou no regresso ao reformismo agrário (e para fazer o país entrar na «Europa») nos anos de 1960, respectivamente; Armindo Monteiro, outro filho dilecto que também se viu envolvido num conflito insanável com o mentor.

A história n' A Evolução do Sistema Corporativo Português

A obra fundamental de Manuel de Lucena é, sem dúvida, *A Evolução do Sistema Corporativo Português*. Formalmente não é um trabalho de história mas de ciência política. Escrita em francês, em 1971, para efeitos de tese de licenciatura («Mémoire de fin d'études», mais precisamente), o seu objectivo era analisar a actualidade, nomeadamente os esforços re-

⁹ Lucena, «Salazar, António de Oliveira», in *Dicionário...*, 284-285.

História e Historiadores no ICS

formistas do chamado período «marcelista» do Estado Novo e as suas possibilidades de sucesso. Mas, para o fazer, Lucena procedeu a uma vasta análise histórica da legislação fundadora do regime e das suas instituições corporativas. *A Evolução do Sistema Corporativo Português* pode, na realidade, ser lida como uma história institucional do Estado Novo. Não exactamente uma história política, para a qual falta uma análise mais «acontecimental», mas das instituições.

Manuel de Lucena sujeita, no livro, a Constituição de 1933, o Estatuto do Trabalho Nacional e toda a estrutura de organismos corporativos que o regime criou desde os anos de 1930 a uma análise detalhada. Os organismos ditos primários: sindicatos, casas do povo e dos pescadores, grêmios comerciais e industriais e grêmios da lavoura; os organismos ditos intermédios: as federações, as uniões e os organismos de coordenação económica; e os organismos ditos superiores: as corporações e a Câmara Corporativa. A isto, ainda adiciona uma análise histórica do direito do trabalho e da segurança social durante o regime. Para compreender as reformas marcelistas, Lucena achou indispensável compreender a origem das instituições sobre que essas reformas se aplicariam.

A obra inclui também um exercício de história comparada, confrontando o regime autoritário português com o fascismo italiano e o nazismo alemão. Em páginas conceptualmente riquíssimas, Lucena elabora sobre a distinção entre autoritarismo, fascismo e totalitarismo, e é algures por aqui que introduz uma fórmula que ficou célebre e serviria de referência a diversos historiadores futuros: o salazarismo teria sido um «fascismo sem movimento fascista».¹⁰ Na forma paradoxal que às vezes gostava de praticar, Lucena dizia que o fascismo italiano se distinguia do português pelas origens (o movimento, que em Portugal não teria existido) mas se aproximava na forma concreta do Estado e do exercício do poder político: «Mussolini foi um subversivo, vindo da luta de classes, um dirigente socialista que a certa altura 'traiu'. Salazar, católico e conservador, nunca renegou convicções fundamentais. Às tumultuosas origens do 'Santo Sepulcro' e do 'Squadrisimo' contrapõe-se a respeitabilidade salazarista. Ao activismo possibilista a proclamação do mais profundo respeito por uma ordem tradicional. Mussolini teve atrás de si um movimento revolucionário, Salazar veio de um clássico golpe militar.»¹¹ Mas depois, no que toca à forma do regime, os dois encontraram-se: «aqui como em Itália, a construção do Estado assentou na supressão

¹⁰ Lucena, *A Evolução...*, vol. I, 38.

¹¹ Lucena, *A Evolução...*, vol. I, 38.

Manuel de Lucena

da chamada democracia burguesa. Em ambos os países nos achamos perante uma ditadura nacionalista de partido único, que pretende estruturar a sociedade e o poder político segundo o princípio da colaboração de classes, cimentando uma aliança de toda a burguesia nacional; em ambos, um só chefe carismático dirige, simultaneamente, o partido e o Estado; em ambos o poder, muito centralizado, se apoia na polícia e no Exército e condena as oposições à clandestinidade; em ambos uma organização corporativa enquadra as 'forças vivas', monopolizando a representação delas; em ambos a Nação constitui o supremo valor, perante o qual cedem a liberdade e a própria justiça. [...] No tipo político, [os dois regimes] são iguais.»¹²

A análise da Constituição de 1933 e do Estatuto do Trabalho Nacional apresentada n' *A Evolução do Sistema Corporativo Português* continua, ainda hoje, a ser imprescindível para a compreensão da natureza do regime. Lucena não duvidava de que a Constituição tinha servido sobretudo para recobrir um exercício político ditatorial. Mas notou duas coisas. Que esse exercício se submetia a certos princípios gerais: uns de natureza corporativista, outros de natureza liberal. Foi a dimensão liberal da Constituição que lhe permitiu, aliás, fazer uma das mais interessantes sugestões a seu respeito. A ideia era mais do que uma provocação, estando mesmo na base do seu raciocínio geral relativo às possibilidades de reforma do regime. Dizia ele que essa reforma até poderia ter sido feita sob a égide da Constituição de 1933: «podendo manter-se se o regime salazarista for um dia derrubado pela oposição moderada [...], a Constituição de 1933 está pronta [...] para acolher uma abertura política do 'Estado Novo', breve e leve ou profunda e durável. Neste último caso, sem dúvida haveria que proceder a um esforço na definição constitucional das liberdades e na garantia delas. Mas nada de transcendentais alterações».¹³

Lucena notou como a Constituição se fundava no princípio da «igualdade dos cidadãos perante a lei» e como reconhecia «aos portugueses todas as liberdades e todos os direitos [...]: 'o direito à vida e à integridade pessoal', a liberdade religiosa, a 'liberdade de expressão do pensamento sob todas as suas formas', a liberdade de ensino, 'a inviolabilidade do domicílio e o sigilo da correspondência', a liberdade de escolha da profissão, a liberdade de reunião e associação, o direito de propriedade, o 'direito de resistência às ordens que violem as garantias individuais'... etc.».¹⁴

¹² Lucena, *A Evolução...*, vol. I, 48.

¹³ Lucena, *A Evolução...*, vol. I, 121.

¹⁴ Lucena, *A Evolução...*, vol. I, 133.

História e Historiadores no ICS

O problema da Constituição não estava no reconhecimento genérico das liberdades, mas na definição concreta que delas dava. A própria Constituição estabelecia que «leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão do pensamento, de ensino, de reunião e de associação». Sabe-se como essas leis especiais foram restritivas. Mas o ponto de Lucena mantém-se: a Constituição em si própria reconhecia-as e isso dizia alguma coisa acerca da natureza do regime, na homenagem que acabava por prestar ao liberalismo, mesmo se para o trair.

O próprio uso que o regime fazia do corporativismo deveria ser entendido de forma semelhante. O corporativismo era uma espécie de ponto intermédio entre os excessos estatistas do socialismo e os excessos anarquistas do liberalismo. Através do corporativismo, o regime procurava, pelo menos no domínio dos princípios, evitar a «elefantíase do Estado», sem cair na completa falta de coordenação. A conclusão de Lucena a esse respeito viria a ser que, apesar dos princípios, o Estado Novo acabou por não conseguir (ou nem sequer querer) evitar o crescimento do Estado. Para compreender isso, Lucena dedica uma grande parte d'*A Evolução do Sistema Corporativo Português* à análise dos principais organismos corporativos. E aí constata a traição dos doutrinários corporativistas do regime à sua preferência explícita pelo «corporativismo de associação» (por oposição ao «corporativismo de Estado»), em que seriam os próprios interessados nos diversos sectores sociais a formar as organizações corporativas que depois serviriam de instâncias de auto-regulação desses mesmos sectores. A história desses organismos revela, segundo Lucena, a constante precedência do Estado sobre os interesses privados (ou corporativos) tanto na sua instalação como no seu funcionamento.

Os estudos dos vários organismos n'*A Evolução do Sistema Corporativo Português* continuam ainda hoje a ser preciosos para qualquer historiador do período e, na maior parte dos casos, não foram ultrapassados em qualidade por trabalhos posteriores. Em todos eles, a mesma conclusão: o corporativismo de associação foi-se transformando cada vez mais numa miragem e o Estado no verdadeiro motor da organização corporativa portuguesa.

Daí a conclusão de Manuel Lucena de que não era possível compreender o corporativismo português sem olhar para uns organismos especiais, que em teoria não eram corporativos, e sim estatais, mas que acabaram por desempenhar um papel absolutamente central em todo o sistema: aqueles a que o Estado Novo chamou organismos de coordenação económica. Dada a sua importância, Lucena viria até a lançar-se numa investigação histórica autónoma sobre eles, que apareceria nas páginas da

Manuel de Lucena

revista *Análise Social* entre 1978 e 1979.¹⁵ Como se dizia num desses artigos: «em princípio, o sistema de organização social e político programado pela Constituição de 1933 concebia-se como um corporativismo de associação, cujas características teóricas, por contraste com o corporativismo de Estado, seriam as seguintes: construção da pirâmide a partir da base, por iniciativa dos principais interessados; livre adesão – autogoverno dos organismos corporativos; independência perante os públicos poderes. Seriam sim..., mas não foram. Na prática, o Estado lançou mãos à obra, criando (ou impondo a criação) de organismos frequentemente obrigatórios, condicionando sempre pesadamente a prometida autonomia, às vezes praticamente suprimida; e transformando muitos deles em correias de transmissão das agências governamentais».¹⁶ Para Manuel de Lucena, a história dos organismos de coordenação económica era exemplar de praticamente todas as suas teses. A importância deste estudo residiu no facto de Lucena ter podido percorrer, num só trabalho, o Estado Novo, o marcelismo, o 25 de Abril, o PREC e parte das reformas pós-revolucionárias.

Os organismos de coordenação económica foram criados nos anos de 1930 como organismos transitórios e de natureza «pré-corporativa», como se dizia na época. Ou seja, existiriam enquanto não se formassem organizações propriamente corporativas enquadrando as actividades respectivas. Os organismos de coordenação eram criados pelo Estado e procuravam regular a actividade que coordenavam através do estabelecimento de preços, da criação de regras e até mesmo de intervenções directas nos mercados. Como nota Manuel de Lucena, à medida que o tempo foi passando, os organismos, em vez de desaparecerem, vieram a reforçar-se. Não só não foram substituídos por organismos corporativos como mudaram de natureza, transformando-se alguns deles em institutos públicos, ou mesmo, de acordo com Manuel de Lucena, em empresas públicas que só faltava designar por esse nome.

Apesar de escritos muitos anos depois do «reformismo marcelista», estes estudos insistiam em levar a sério esse período final do Estado Novo, nomeadamente no sentido que Lucena considerava essencial, o da possibilidade de convergência do salazarismo, depois de reformado,

¹⁵ Lucena, «Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura (I)», *Análise Social*, XIV (56), 1978: 817-862; Lucena, «Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura (II)», *Análise Social*, XV (57), 1979: 117-167; Lucena, «Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura (III)», *Análise Social*, XV (58), 1979: 287-355.

¹⁶ Lucena, «Sobre a evolução... (I)», 822.

História e Historiadores no ICS

para as democracias europeias: «em 1972, o deposto regime renunciou, enfim, ao mito da transitoriedade dos organismos de coordenação, confessando que, ‘criados na década de 30, como organismos pré-corporativos, portanto de transição, depressa se tornou patente prosseguirem objectivos de interesse geral, de carácter específico e permanente’». ¹⁷ Por isso, «é legítimo concluir que a reforma de 1972 [...] [deitou] por terra as últimas veleidades que ainda porventura subsistissem quanto à mítica autodirecção da economia [...]; os novos institutos, deixando de poder ser considerados pré-corporativos, assumiram claramente a sua natureza ‘para-estatal’». ¹⁸

Esta evolução retratava a «tendência para a expansão e o capitalismo de Estado» ¹⁹ que não era só típica do Estado Novo mas do «capitalismo moderno». Ora, daqui resultava que muitas das instituições criadas pelo salazarismo e reformadas pelo marcelismo não podiam ser resumidas ao adjectivo «fascista», mas deveriam antes ser entendidas como instituições que acompanhariam qualquer regime contemporâneo, mesmo de natureza democrática. O destino que tiveram muitos dos organismos de coordenação económica depois do 25 de Abril de 1974 ilustraria isso mesmo. Manuel de Lucena gostava de notar, de forma muito tocquevilliana, que grande parte do trabalho de estatização da economia e da sociedade já tinha sido feito pelo Estado Novo, antes do processo de nacionalizações de 1975. O exemplo mais claro disso seria a transformação do Instituto dos Cereais (IC) em Empresa Pública de Abastecimento de Cereais (EPAC), em 1976 – sendo que o IC já havia representado a concentração de vários organismos anteriores criados nos anos de 1930 (a Federação Nacional dos Produtores de Trigo, a Comissão Reguladora do Comércio de Arroz, a Comissão Reguladora das Moagens de Rama, a Comissão Reguladora do Comércio de Cereais dos Açores e o Instituto do Pão). ²⁰ Os organismos de coordenação económica «constituíram o instrumento por excelência do intervencionismo económico estatal exercido sobre a organização corporativa. [...] E, enfim, têm permanecido depois do 25 de Abril, têm-se até desenvolvido bastante, enquanto decorre uma interessantíssima discussão sobre o seu destino». ²¹

Quando Manuel de Lucena escreveu *A Evolução do Sistema Corporativo Português* (e também em parte o estudo sobre os organismos de coorde-

¹⁷ Lucena, «Sobre a evolução... (III)», 331.

¹⁸ Lucena, «Sobre a evolução... (III)», 336.

¹⁹ Lucena, «Sobre a evolução... (III)», 340.

²⁰ Lucena, «Sobre a evolução... (III)», 331 e 345.

²¹ Lucena, «Sobre a evolução... (I)», 832-833.

Manuel de Lucena

nação económica), aquilo a que podemos chamar o «campo historiográfico» do Estado Novo ainda não existia. O que existia era o próprio Estado Novo. Mas não será exagero dizer que as suas ideias foram fundacionais para os primeiros historiadores que se dedicaram ao período, estes já munidos da neutralidade analítica e das técnicas científicas próprias da actividade. Manuel Braga da Cruz, António Costa Pinto, Fernando Rosas ou Fátima Patriarca foram óbvios tributários do esforço inicial de Lucena.²²

Embora escrita em 1971 (em pleno marcelismo, portanto), *A Evolução do Sistema Corporativo Português* viria apenas a ser publicada em 1976, já depois do golpe militar de 25 de Abril de 1974. O objecto do livro (as reformas marcelistas) havia deixado de fazer sentido. Mas isso não impediu Manuel de Lucena de descobrir virtualidades, agora históricas, no seu trabalho. A ideia principal do livro era que as reformas de Marcello Caetano talvez viessem a fazer aproximar o Estado Novo dos regimes democráticos europeus. Na realidade, a ideia era um pouco mais complexa. Segundo Lucena, não era apenas o Estado Novo que se poderia aproximar das democracias ocidentais, eram estas que podiam (e já haviam feito) um pouco do caminho inverso: «à medida que a Europa se aproxima, não se afigura que o legado salazarista fique lá muito comprometido. [...] Em muitos países do velho continente, o nacionalismo reconquista posições e as liberdades restringem-se, enquanto uma colaboração de classes (permanente e orgânica) se instala a todos os níveis. [...] Ora quais são os traços decisivos do salazarismo? Precisamente os citados: culto da Nação, Estado forte, organização corporativa. A diferença está em que na Europa se arranca do pluralismo e em Portugal tudo vem por ditadura. E é uma diferença de tomo [...]. Mas talvez os dois processos caminhem ao encontro um do outro».²³

²² Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e do Salazarismo*. Lisboa, Presença 1980; Idem, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986; Idem, *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa, Presença, 1988; António Costa Pinto, «Fascismo e juventude nos primórdios do Estado Novo: a Acção Escolar Vanguarda (1933-1936)», in AAVV, *O Fascismo em Portugal*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1982; Idem, «A direita radical e a Ditadura Militar: a Liga Nacional 28 de Maio (1928-1933)», in *Conflict and Change in Portugal*, ed. Walter C. Opello Jr. Lisboa, Teorema, 1986; Idem, «O salazarismo e o fascismo europeu. Os primeiros debates nas ciências sociais», in AAVV, *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989; Fernando Rosas, *O Estado Novo nos Anos 30, Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo (1928-1938)*. Lisboa, Editorial Estampa, 1986; Fátima Patriarca, «Taylor no purgatório. O trabalho operário na metalomecânica pesada», *Análise Social*, XVIII (71), 1982, 435-530; Idem, «O triângulo corporativo. Acta e encenação de um despacho salarial (1946-1947)», *Análise Social*, XXIII (99), 1987, 905-944.

²³ Lucena, *A Evolução...*, vol. I, 15-16.

História e Historiadores no ICS

Por isso, confessava em 1976 «ter dúvidas sobre a morte política de Salazar. [...] Quem sabe o salazarismo não é um daqueles rios como o Guadiana que a certa altura mergulham nas entranhas da terra para reaparecer um pouco além...».²⁴ Lucena remetia este género de abordagem para a influência de Alexis de Tocqueville. Como viria a dizer num artigo de 1982: é importante a ideia, «devida a Tocqueville [...], de que mesmo uma grande revolução, como a Revolução Francesa, o que sobretudo faz é dar plena expressão a tendências nadas e criadas no antigo regime, mas cujo desenvolvimento, a partir de certa altura, foi travada por ele. [...] Ora esta ideia prepara-nos para procurar na história do Estado Novo e da organização corporativa as raízes de muito do que estava para vir, ou deixar de vir, depois do 25 de Abril».²⁵ Tocqueville viria a transformar-se numa moda entre os historiadores por volta de meados dos anos de 1980. Mas antes disso, já Lucena o tinha adoptado para estudar a transição do Estado Novo para a democracia.

O 25 de Abril de 1974 tornou o Estado Novo um regime pretérito, mas não a análise de Lucena. Boa parte do argumento d'*A Evolução do Sistema Corporativo Português* colocava o corporativismo no centro das possibilidades de convergência do Estado Novo com as democracias. O corporativismo do Estado Novo era autoritário; o das democracias modernas não, mas continuava a ser corporativismo. O que tanto o Estado Novo como as democracias procuravam resolver era o seguinte problema fundamental: como criar uma relação entre o Estado e a sociedade civil que não fosse tão brutal quanto a do capitalismo liberal nem tão estiolante quanto a do socialismo, numa espécie de «terceira via» entre um e outro. Foi este tipo de abordagem que colocou então Manuel de Lucena na vanguarda da ciência política internacional da segunda metade dos anos de 1970 e inícios dos anos de 1980. O tema do corporativismo das democracias modernas estava na moda, e um cientista político americano, Philippe Schmitter, também levou a sério as comparações com o Estado Novo.²⁶

²⁴ Lucena, *A Evolução...*, vol. I, 14.

²⁵ Lucena, «Transformações do Estado português nas suas relações com a sociedade civil», *Análise Social*, XVIII (72-73-74), 1982: 903.

²⁶ Philippe Schmitter, *Corporatism and Public Policy in Authoritarian Portugal*. Beverly Hills, Sage Publications, 1975; *Idem*, «Portée et signification des 'élections non-concurrentielles, non-libres et non-significatives' dans le Portugal autoritaire», *Revue Française de Science Politique*, 27-1, Fevereiro de 1977, 92-122; *Idem*, «The 'Régime d'exception' that became the Rule: Forty-Eight Years of Authoritarian Domination in Portugal», in *Contemporary Portugal*, eds. L. S. Graham e H. M. Maekler. Austin, University of Texas Press, 1979, 3-46.

Manuel de Lucena

Manuel de Lucena pôde, por isso, continuar a discutir a democracia resultante do 25 de Abril usando os instrumentos que tinha desenvolvido para discutir o Estado Novo. E isto iluminou melhor um e o outro regimes. A ideia das continuidades entre os dois, já afluída n' *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, viria a ser desenvolvida num livro publicado em 1976, *O Estado da Revolução*, e num artigo publicado em 1989, «A herança de duas revoluções...».²⁷ Os trabalhos com Carlos Gaspar, publicados em 1991 e 1992, e sugestivamente chamados «Metamorfozes corporativas», também laboravam nesta ideia.²⁸ A ideia levava Manuel de Lucena a verificar como o Estado Novo tinha sido um regime composto, juntando elementos liberais, estatistas e corporativos, assim como a democracia resultante do 25 de Abril também o era, juntando elementos liberais, socialistas e corporativistas.

Este tema ligava-se, aliás, com outro, brilhantemente desenvolvido n' *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, o da distinção entre regimes autoritários e totalitários. Lucena notava como «é convicção corrente de que o fascismo e o nazismo são regimes da mesma espécie».²⁹ Mas, ao contrário do que acontecia com o Estado fascista italiano, «ao Estado nazi faltava uma estrutura definida; [...], era, por assim dizer, um Estado 'informe', ou um Estado cujas formas variavam sem nunca se fixarem [...]. Na Alemanha, os centros de poder real e fictício deslocavam-se e alternavam constantemente; as hierarquias eram moveáveis; e as competências dos organismos cavalgavam-se, separavam-se, aumentavam, diminuíam ou variavam sem descanso. [...]. A confusão das funções e a instabilidade hierárquica [...] impedem o aparecimento de instituições resistentes, de corpos do Estado».³⁰ Nada mais longe do fascismo italiano e, *a fortiori*, do português. Daqui resultava mais uma ideia fundamental, a de que o gene liberal pode sobreviver em certos regimes autoritários com força suficiente para permitir entender alguns deles como regimes de excepção que, a certa altura, tenham capacidade para regressar ao molde liberal. Eis algo que remete para a velha temática do ditador, no

²⁷ Lucena, *O Estado da Revolução*. Lisboa, Edições Expresso, 1976; e «A herança de duas revoluções: continuidade e rupturas no Portugal post-salazarista», in *Portugal: o Sistema Político e Constitucional, 1974-1987*, org. Mário Baptista Coelho. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1989, pp. 505-555.

²⁸ Manuel de Lucena e Carlos Gaspar, «Metamorfozes corporativas? – Associações de interesses e institucionalização da democracia em Portugal (I)», *Análise Social*, XXVI (114), 1991: 847-903; e «Metamorfozes corporativas? – Associações de interesses e institucionalização da democracia em Portugal (II)», *Análise Social*, XXVII (115), 1992: 135-187.

²⁹ Lucena, *A Evolução...*, vol. I, 55.

³⁰ Lucena, *A Evolução...*, vol. I, 58-59.

História e Historiadores no ICS

sentido da Roma antiga: o legislador a quem são dados poderes excepcionais para resolver uma crise e que, uma vez ela resolvida, devolve o poder às instituições normais. Um texto de Phillippe Schmitter também remetia para esta ideia, aplicada ao Estado Novo: «o regime de exceção que se tornou a regra».³¹ O tema não é um mero bizantinismo académico. Há exemplos recentes que se lhe podem associar: Portugal acabou por fazer uma revolução para chegar à democracia, mas a Espanha franquista não, nem o Chile de Pinochet ou o Brasil e a Argentina das respectivas ditaduras militares.

Conclusão

Juntando todas as peças da sua contribuição historiográfica verificamos que Manuel de Lucena conseguiu produzir uma visão da evolução política de Portugal desde os anos de 1930 que não apenas é coerente como profundamente original. Vale a pena notar quais são os pontos essenciais sobre que ela assenta. Em primeiro lugar, numa análise original do Estado Novo. Em vez da sua definição apressada como uma mera «ditadura» ou até como um regime «fascista», Manuel de Lucena perde-se a estudar as suas múltiplas influências e verifica como daí resultou um regime de natureza mista. Afinal, estamos perante um regime que não prescindiu de vários traços do liberalismo, mas que, ao mesmo tempo, também namorou as tendências totalitárias típicas do fascismo. No final, apareceu um regime certamente autoritário mas complexo (um regime que, por exemplo, nunca prescindiu de um simulacro de legitimação por via de eleições, realizadas com impecável regularidade), e onde o corporativismo parece ter sido usado como o instrumento favorito para combinar as tendências contraditórias que o percorriam. O corporativismo foi visto como uma forma de evitar tanto o estatismo excessivo que o fascismo prometia (Mussolini foi o primeiro a definir o Estado fascista como «totalitário»), como a falta de coordenação típica do capitalismo liberal.

Em segundo lugar, aquela visão assenta numa análise também original da evolução do Estado Novo. Não sendo um regime que pudesse ser definido como uma simples ditadura, tentou responder a problemas que se colocaram a todos os países ocidentais durante o século XX. Daí o aparecimento de tendências que repetiam as existentes nas democracias. O estatismo, que foi uma característica das democracias a seguir à

³¹ Schmitter, «The 'Régime d'exception...».

Manuel de Lucena

II Guerra Mundial, também se desenvolveu muito durante o Estado Novo. De tal maneira que Marcello Caetano chegou a dizer a certa altura que o regime por vezes se parecia com um «socialismo sem doutrina».³² E o corporativismo acabou por ser um instrumento comum tanto ao Estado Novo como a essas democracias e visando o mesmo propósito de encontrar uma terceira via entre socialismo e capitalismo. O corporativismo, que tinha ganho fama de prático sinónimo de fascismo, afinal também existia nas democracias.

Onde chegamos ao terceiro ponto fundamental da abordagem histórica de Manuel de Lucena, que quase naturalmente decorre do anterior: assim como os problemas eram comuns entre os Estado Novo e as democracias e tinham suscitado respostas parecidas, o mesmo acontecia entre o Estado Novo e a democracia portuguesa, quando ela foi instalada a partir de 1974-1975. Lucena preocupou-se muito, durante algum tempo, com a fúria destruidora revolucionária, que poderia substituir a «herança do Estado Novo» por algo ainda pior. Por exemplo, a estatização de 1975. Manuel de Lucena considerava o corporativismo fundamental para manter um certo equilíbrio na relação entre o Estado e a sociedade civil e entre o Estado e o mercado. A continuidade com o Estado Novo, via-a Manuel de Lucena no facto de, passada a vaga revolucionária, o novo regime português ter acabado por adoptar muitas das soluções institucionais vindas do anterior regime, nomeadamente em matéria de representação e cooperação entre grupos sociais.

Manuel de Lucena oferece-nos, portanto, uma visão estrutural do século XX português através das diversas situações políticas que o marcaram. As virtualidades da sua abordagem ao Estado Novo vão certamente tornar-se ainda mais evidentes no futuro, quando a actual democracia se transformar ela própria num objecto historiográfico, mais isolado das paixões políticas correntes. Nessa altura, será possível percebê-la melhor e também o próprio Estado Novo. Manuel de Lucena continuará a ser uma fonte de inspiração para historiadores futuros.

³² Lucena, «Sobre a evolução... (I)», 836.



Fátima Sá e Melo Ferreira

Capítulo 6

Manuel Villaverde Cabral

Corria o ano de 1975. Eu tinha-me licenciado em História no ano anterior na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. No meio da agitação daquele ano febril, uma amiga que frequentava o curso de Sociologia no IES (Instituto de Estudos Sociais, antecedente directo do ISCTE) falou-me de um professor de História que havia naquele curso que tinha vindo de Paris e que dava umas aulas brilhantes. Habituada ao cinzentismo sonolento da maioria dos professores da minha faculdade, com vontade de espreitar uma escola nova e diferente, e cheia de curiosidade pelo referido professor, perguntei-lhe se ela achava que eu podia pedir-lhe para assistir a uma aula. A minha amiga, que tinha estado para ir para História e que ainda hoje se gaba de ter pertencido ao grupo de alunos que reivindicou a inclusão de uma cadeira de História no curso de Sociologia do ISCTE naqueles anos, augurou que seria bem recebida. A dificuldade maior seria arranjar lugar, porque a sala de aula estava sempre a abarrotar de alunos. Tentei a minha sorte e como a minha amiga e os amigos dela tinham previsto, o professor deixou-me entrar como se fosse a coisa mais natural do mundo e sem dar nenhuma importância ao facto.

O professor chamava-se Manuel Villaverde Cabral e era mesmo brilhante. Falava com um incedível entusiasmo (e bastante velocidade) por entre uma nuvem de fumo (naquela época fumava-se nas aulas) do século XIX português, um século que a FL-UL de antes do 25 de Abril ignorava olímpicamente nas cadeiras de História Geral e de Portugal e só recordava nas de História da Cultura Portuguesa, a única onde abordava o liberalismo a propósito de Almeida Garrett, Alexandre Herculano e outros grandes escritores portugueses daquele século. Uma cadeira de que, certamente não por acaso, o responsável era Vitorino Nemésio.

Villaverde Cabral, o Manel como lhe chamavam os seus alunos, falava da economia e da sociedade, do mundo rural e dos grupos sociais, da indústria e dos operários, mas parecia conhecer também proximamente e

História e Historiadores no ICS

tratar por tu os políticos de Oitocentos, com quem esgrimia argumentos como se ali estivessem, de Passos Manuel a Costa Cabral ou a Fontes Pereira de Melo e tudo isso com indisfarçáveis gosto e entusiasmo.

Para mim era outro mundo e era um mundo fascinante. Voltei mais vezes, falei com ele e ele deu alguma e imerecida atenção às minhas opiniões atrabiliárias, às minhas críticas ao curso de História da Faculdade Letras e ao meu entusiasmo. Mais tarde, quando foi para o estrangeiro, já não sei bem se para França ou Inglaterra, falou de mim a Miriam Halpern Pereira e, algum tempo depois, entrei como assistente convidada para o ISCTE. Não sei se o ISCTE ganhou com isso, mas eu ganhei muito com certeza e devo-o à sua generosa aposta. É mais que tempo de lho agradecer.

Por esta época comecei a lê-lo. Em primeiro lugar os *Materiais para o Estudo da Questão Agrária*,¹ uma colectânea ainda imprescindível para quem se dedique a estudar o pensamento sobre o mundo rural português dos séculos XIX e XX, de José Acúrsio das Neves a Herculano, de Gerardo Péry a Ezequiel de Campos, de António de Oliveira Salazar a Álvaro Cunhal. Uma antologia muito completa e rigorosa, que só por si atesta a importância, hoje quase inteiramente esquecida, do mundo rural para a *intelligentsia* portuguesa dos séculos XIX e XX e que eu e outros principiantes da minha geração e um pouco mais novos olhávamos quase reverencialmente. Eu mais do que outros, certamente, não só porque descobria autores, textos e problemas até aí ignorados, mas também porque a minha projectada mas nunca executada tese de licenciatura deveria versar sobre a revolta da Maria da Fonte.

Nos textos de Manuel Villaverde Cabral procurei inspiração para o que começava a desenhar-se agora como uma tese de doutoramento que continuava a situar-se no século XIX e girava ainda à volta do mundo rural e dos camponeses. E aprendi, como muitos outros, inúmeras coisas com ele, coisas que hoje parecem auto-evidentes mas que à época não o eram: as relações de interdependência entre a grande propriedade e a grande exploração a sul e a pequena propriedade e pequena exploração a norte, através dos fluxos de mão-de-obra sazonal que entre elas circulavam, o papel da emigração oitocentista como regulador social e viabilizador da pequena propriedade, a importância do mercado, mesmo nas regiões de policultura e minifúndio, o sentido das transformações da economia agrária durante a Regeneração e muitas mais. Tantas e tantas outras coisas que desafiavam e que levavam a novas interrogações,

¹ *Materiais para o Estudo da Questão Agrária em Portugal – Sécs. XIX e XX*, selecção, prefácio e notas de Manuel Villaverde Cabral. Porto, Editorial Inova, 1974.

Manuel Villaverde Cabral

mesmo quando eram propostas em obras deliberadamente polémicas e de leitura complexa como *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX*.² Uma obra que, apesar da dificuldade de leitura e da resistência que oferecia o seu recorrente vocabulário marxista, foi um sucesso, mesmo de vendas, já que conheceu várias edições entre 1976 e 1981 e constou, durante muitos anos, da bibliografia dos programas universitários de História Contemporânea como, por exemplo, sucedeu no ISCTE.

Quando pensamos nesses anos e na obra historiográfica de Manuel Villaverde Cabral, outra coisa ainda nos surpreende, o seu acelerado ritmo de publicação:

Os Materiais para o Estudo da Questão Agrária, em 1974;

O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal, em 1976;

O Operariado nas Vésperas da República, em 1977.

E, finalmente, *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, publicado em 1979, um trabalho de grande fôlego, talvez o mais completo e acabado livro da obra historiográfica do autor. Uma obra muito influente que representa um contributo notável para o debate sobre as mudanças económicas, sociais e políticas das últimas décadas do século XIX, e que, ainda hoje, directa ou indirectamente permeia muitas análises deste importante período, algumas delas bem recentes.

No prefácio, Manuel Villaverde Cabral fornece-nos uma chave para compreendermos melhor os motivos desse prolífico período da sua obra historiográfica, expondo detalhadamente a sua génese. Uma génese política, afirmada desde as primeiras páginas: «Com efeito, tanto o ponto de partida como a motivação deste estudo residem numa experiência de ordem, antes de mais, política. Depois de vários anos de oposição activa ao regime autoritário que se abatera sobre Portugal desde 1926, numerosos foram, entre os exilados políticos portugueses, aqueles que sentiram necessidade de saber algo mais sobre a natureza e os mecanismos de funcionamento desse inimigo que sobrevivia com tanto êxito, há tanto tempo, à resistência antifascista».³

Manuel Villaverde explica-nos, em seguida, de que modo ele e Fernando Medeiros⁴ se tinham proposto preencher este espaço em branco,

² Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1976.

³ Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, VII.

⁴ Fernando Medeiros publicaria *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.

História e Historiadores no ICS

através de um procedimento regressivo sentindo necessidade de ultrapassar: «[...] (a) pesada hipoteca de ignorância que pesava igualmente sobre o período que imediatamente o antecederia, a República parlamentar implantada em 1910, bem como as últimas décadas da Monarquia liberal». ⁵ Nestas mesmas páginas reconhece também a necessidade que sentiu de, simultaneamente, avançar e recuar no período que se tinha proposto analisar, chegando assim até ao final do século XVIII ao «longo período de transição capitalista em Portugal», explicando deste modo a génese de *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*.

Para quem, como eu e como outros colegas da minha geração, ou poucos anos mais novos, tinham passado por cursos de História em que a Monarquia constitucional era em larga medida ignorada e a I República silenciada, estes livros faziam totalmente sentido.

Como faziam sentido os interlocutores enunciados por Manuel Villaverde Cabral: Albert Silbert, Joel Serrão, Borges de Macedo, Magalhães Godinho, Vitor de Sá, Sandro Sideri, Miriam Halpern Pereira, um geógrafo como Orlando Ribeiro, além do seu próprio orientador em França, Pierre Vilar, com quem mantém sempre um grande e profícuo diálogo no decurso da sua obra. Com estes e outros interlocutores, como por exemplo Armando de Castro, o diálogo é muitas vezes percorrido por pontos de vista diversos e frequentemente antagónicos, como Villaverde Cabral deixou claro há bem poucos anos em entrevista ao *Público*, quando lembrou as suas discordâncias daquilo a que chamou as perspectivas «desenvolvimentistas e sociais-democratas» de Vitorino Magalhães Godinho e Miriam Halpern Pereira que considerou bem mais preocupados do que ele com o problema do atraso económico português.

Sintomático de um paradigma analítico típico daqueles anos, mas que, convém sublinhar, era também novo em Portugal nesses mesmos anos e trazia consigo o fascínio próprio da novidade, era o tratamento desigual conferido às forças sociais, ao crescimento ou à estagnação da economia e à dimensão propriamente política. Sobre isto Manuel Villaverde Cabral escrevia: «se o tratamento da componente política pode parecer um pouco ligeiro, é porque tentei manter-me afastado da história *evenementielle*, mais do que a narrativa dos múltiplos episódios políticos que se sucederam durante o período, interessou-me fazer ressaltar o tipo de pressões que as transformações económicas e sociais foram exercendo sobre o sistema político liberal instalado desde meados do século XIX». ⁶

⁵ Cabral, *Portugal na Alvorada...*, VII.

⁶ Cabral, *Portugal na Alvorada...*, XI.

Manuel Villaverde Cabral

Se a história política, na sua versão mais clássica de história das instituições ou dos acontecimentos políticos, era tida, nesta e noutras das suas obras, por um objecto um pouco secundário, o mesmo não acontecia com a história social nem com a história daquilo a que agora chamamos movimentos sociais que se confundiam, na altura, com a história do movimento operário. À história política tal como a considerava, ou seja, uma história das lutas sociais equacionada numa perspectiva dinâmica, era consagrado o essencial de *Portugal na Alvorada do Século XX*, sendo o movimento operário tido como um agente e protagonista da mudança política e social. O movimento «real» desse grupo cujo papel histórico era tido por insufragável por outros historiadores marxistas, mas que Villaverde Cabral tratou de modo novo, analisando as suas condições de vida e de trabalho e não apenas as suas associações ou os movimentos políticos que os enquadravam ou dele se reivindicavam.⁷

Mas convém, mais uma vez, reler Manuel Villaverde Cabral para perceber que esse protagonismo nada tinha de mecânico nem de bebido numa qualquer cartilha. Dizia o autor: «Todavia, e apesar dos ecos das teses de Poulantzas que se podem encontrar no subtítulo do meu trabalho, a verdade é que não concebo as classes e os grupos sociais como estruturas estáticas, por assim dizer fechadas sobre si mesmas, mas sim como forças em movimento, animadas por estratégias, umas vezes latentes outras explícitas, que só podem ser captadas, em última instância ao nível das relações que se estabelecem entre elas em cada momento histórico específico.»⁸

Era fortemente inspirado pelos métodos de abordagem da história económico-social à francesa, mais estrutural e objectivista, distanciando-se, assim, de uma história exclusivamente política e organizativa dos movimentos sociais, como a praticavam, à época, historiadores como César Oliveira ou mesmo Carlos da Fonseca. Manuel Villaverde Cabral não ignorava também outros caminhos. Até a influente obra de Thompson, *The making of english working class*, embora se situasse «noutra galáxia», não deixava de constar da sua bibliografia, embora a sua influência neste e noutros dos seus livros não fosse muito aparente. Presença forte na sua obra foi a dos estudos inspirados pelo *obreirismo* italiano de Massimo Cacciari, Tony Negri e Mario Tronti. Deste último traduziria para português *Operários e Capital*.⁹

⁷ Este tipo de análise é particularmente nítido em *O Operariado nas Vésperas da República*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1977.

⁸ Cabral, *Portugal na Alvorada...*, XIII.

⁹ Mario Tronti, *Operários e Capital*. Porto, Afrontamento, 1976 (trad. de Carlos Aboim de Brito e Manuel Villaverde Cabral).

História e Historiadores no ICS

Não nos deve parecer estranho que, a par da questão agrária, tivesse sido o movimento operário que mais lhe mobilizou a atenção. A centralidade conferida a essa temática nos anos pós-revolucionários nada tinha de excepcional. A visibilidade da história do movimento operário era geral nesses já distantes anos que a revolução e os intensos conflitos políticos e mobilizações sociais que a acompanharam vieram colorir de um particular ardor.¹⁰

Um momento alto deste interesse teve lugar em Maio de 1981, quando o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa organizou, na Biblioteca Nacional, um seminário sobre «O Movimento Operário em Portugal» coordenado por Maria Filomena Mónica e por Fátima Patriarca, duas das investigadoras também homenageadas neste volume, a última das quais, infelizmente, recentemente desaparecida. Nesse encontro, confrontaram-se visões onde estavam presentes diferentes leituras do marxismo e outras que se pretendiam menos próximos dessas leituras. Nas actas desse encontro publicadas nos n.ºs 67-68-69 da *Análise Social* não consta o nome de Villaverde Cabral como autor, mas, muito claramente, a sua obra marcava campos e desenhava fronteiras. Era referencial.

A universidade distanciou-se, depois, pouco a pouco, da «História económica e social» que moldou vários programas das licenciaturas de História do país depois da revolução de Abril de 1974. Ao apogeu de 1981 seguiu-se também uma abrupta queda do interesse pela história operária rapidamente substituída na agenda historiográfica portuguesa por uma história social que se virou cada vez mais decisivamente para o estudo das elites e que só agora começa a visitar esse mundo entretanto esquecido. Manuel Villaverde Cabral abandonou também o campo da

¹⁰ José Neves na entrada «Marxismo» do *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo* (coord. de Sérgio Campos Matos, *online*) considera que Villaverde Cabral faz parte, a par de César Oliveira, Fernando Medeiros e José Pacheco Pereira, de uma 3.ª fase da historiografia marxista em Portugal cujos contornos estabelece assim: «Reivindicando uma leitura do marxismo que tomavam como mais pura ou consequente do que aquela que se autorizava na esfera do PCP, autores como César Oliveira, Manuel Villaverde Cabral, Fernando Medeiros ou José Pacheco Pereira, ainda que com referências político-ideológicas entre si divergentes, procuraram desenvolver uma historiografia particularmente dirigida ao estudo do movimento operário, na continuação dos trabalhos de (Victor de) Sá e de Tengarrinha, mas avançando já pelo estudo do século XX (Pereira, *As Lutas Operárias contra a Carestia de Vida em Portugal*, 1971; Oliveira, *O Operariado e a República Democrática*, 1972; Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal*, 1976; Medeiros, *A Sociedade e a Economia nas Origens do Salazarismo*, 1978). Focando especificamente o período que vai do final do século XIX ao estertor da I República, como que partiram em busca de uma resposta para a queda desta última, a ausência de uma revolução social e a durabilidade do Estado Novo.»

Manuel Villaverde Cabral

História depois de ter editado em Portugal o *Proletariado: O Nome e a Coisa*,¹¹ um texto que tinha sido feito para publicação na Enciclopédia Einaudi.

Seria interessante poder reflectir mais detalhadamente sobre estas rápidas mutações que tocaram de perto também o ICS-UL. Mas, na impossibilidade de o fazer neste breve escrito, resta dizer que o saber e o brilho do Manuel Villaverde Cabral fazem, desde então, bastante falta à historiografia de que se afastou e aos debates historiográficos em que já não intervém. Felizmente, a sua influência continua presente tanto nos seus livros como nos de quem contra eles esgrimiu argumentos e também naqueles em que, de longe ou de perto, a inspiração na sua obra perpassou.

¹¹ Manuel Villaverde Cabral, *Proletariado: O Nome e a Coisa*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1983.



José Miguel Sardica

Capítulo 7

História (e) política: Maria de Fátima Bonifácio e a historiografia portuguesa

1

Maria de Fátima Bonifácio nasceu em Ovar, em 1948, e estudou em Lisboa, na Escola Alemã, e no Porto. Segundo uma entrevista que deu ao jornal *Público*,¹ habituou-se a contactar com a Inglaterra quando jovem, na década de 1960, e politizou-se durante os cerca de dois anos (Maio de 68 incluído) em que conviveu com a extrema-esquerda, em Genebra. A autora assume, sem complexos, o seu esquerdismo de juventude, que opõe ao facto de hoje se autodefinir como «muito, muito, muito, muito conservadora». A oposição é só aparente. A militância política em Genebra foi expressão do «desejo» anarquista de «endireitar o mundo», mas recusando sempre o modelo de «obediência soviética». Ora, para quem nunca foi estalinista, não deve ter sido complicado evoluir de anarquista para «muito liberal, muito individualista» – naquele sentido que Isaiah Berlin consagrou na sua expressão *liberty from*. E tanto é assim que Fátima Bonifácio, hoje, diz ser a liberdade pessoal «sagrada» e que mais escolheria «uma sociedade desigual livre do que uma sociedade igual não livre».²

A reflexão política entrou portanto na sua vida aos vinte e poucos anos, ainda antes da reflexão histórica – mas este nexos, entre política e história, ou entre história e política, é central para se compreender a evolução intelectual subsequente. Tendo ingressado na licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1972, foi nela que Fátima Bonifácio viveu o 25 de Abril, a radicalização revolucionária e a normalização democrática. Segundo o seu relato, nesses anos pôde ver mais «coisas», num mundo «muito mais complexo do que supunha»,

¹ *Público*, 29-1-2012, acedido em <http://anabelamotaribeiro.pt/maria-de-fatima-bonifacio-86534> a 21 de Abril de 2015.

² *Público*, 29-1-2012.

História e Historiadores no ICS

de uma maneira mais «objetiva» e mais «sábia» – e isso «moderou-me».³ No pós-revolução, nos últimos anos do curso, fez a passagem da esquerda para a direita, numa evolução que significou o desejo de intervir na sociedade e no país não pela política, mas pela história. Na entrevista ao *Público* que tenho estado a citar, Fátima Bonifácio afirma que «a História para mim funciona como um *ersatz* para a política. É uma palavra alemã que significa ‘substituição’. Se não fizesse História, iria para a política». Ser ou fazer política não a seduzia, por tudo o que isso quotidianamente implicaria; mas sucede que a história – continua a autora – «na medida em que é uma expressão do que eu penso sobre o mundo, é também uma maneira de agir no mundo. Digamos que é uma forma mediata de fazer política, [pois] não há história politicamente inocente».⁴

Eis aqui enunciadas, desde já, algumas características da escrita histórica de Fátima Bonifácio: se é certo que se trata de um discurso que não escapa ao que a própria descreve como «o *bias* de inclinações filosóficas quase instintivas», ele é no entanto impermeável «à má-fé» ou a qualquer contaminação «tendenciosa».⁵ Uma outra forma de fazer política; uma história com um ponto de vista, que escolhe objetos de estudo ou temas pela capacidade que estes têm de nos obrigar a pensar: é isso que podemos aprender na obra e na autora aqui homenageada. Não é aliás por acaso que Fátima Bonifácio sempre fez história política – porque mesmo quando fazia história económica e social, lembrava aos seus alunos que muitas das questões da economia e da sociedade não têm uma explicação causal determinista, sendo mais compreensíveis a partir de um ponto de vista da sua contingência político-ideológica.

Finalizada a licenciatura, em 1977, Fátima Bonifácio ingressou no antepassado do ICS, o GIS, Gabinete de Investigações Sociais, em 1978. Em 1981-1982, o GIS tornou-se ICS, e a autora passou a acumular funções de assistente de investigação com as funções de assistente docente, a convite de Joel Serrão, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde faria as provas de aptidão científica e pedagógica, em 1982, e onde completaria o doutoramento, em 1990, e as provas de agregação, em 1997. Encerrou a lecionação na Universidade Nova em 2006, e jubilou-se, como investigadora coordenadora do ICS, em 2013. Porque não pertenço ao Instituto de Ciências Sociais, e só de fora me habituei a admirar a instituição, estou à vontade para

³ *Público*, 29-1-2012.

⁴ *Público*, 29-1-2012.

⁵ *Público*, 29-1-2012.

Maria de Fátima Bonifácio

dizer que um dos aspetos que mais moldaram a *persona* académica e intelectual da homenageada foi o ambiente do ICS e a figura inspiradora de Adérito Sedas Nunes. Mais do que uma vez vimos escrito nos seus livros, e eu várias vezes ouvi, referências ao ICS como uma escola com tempo e completa liberdade para estudar, investigar e escrever, onde o debate é rico e igualitário, onde se é avaliado pela qualidade e não pela quantidade e onde, existindo isto tudo, «só a asneira não [é] livre».⁶ Foi aliás, recordo, Fátima Bonifácio quem me apresentou o ICS quando, era eu seu aluno, me chamou um dia no fim de uma aula para me mostrar um número da *Análise Social* que tinha, entre os seis textos da secção de artigos, quatro trabalhos de história. «Leia-os porque lhe vão ser úteis», disse-me. E não foi só o ter conquistado mais um leitor o que a revista do ICS ficou a dever à autora, dado que Fátima Bonifácio foi membro da redação, do Conselho Consultivo e do *board of referees* da *Análise Social* e ali tem mais de uma vintena de artigos ou resenhas publicados.

2

Tal como analiso a obra historiográfica de Maria de Fátima Bonifácio, ela divide-se em dois tempos, de que a fronteira, ao menos simbólica, foi o ano sabático de 1991-1992, ocupado em Oxford, como bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian. Entre o início dos anos 1980 e o início dos anos 1990, a sua investigação (e leccionação) centrou-se fundamentalmente em temas de história económica e social, sobre os quais cedo fez impender uma *Weltanschauung* ou uma *Verstehen* políticas – vocábulos germânicos que algumas vezes lhe ouvi e que significam ‘mundivisão’ e ‘compreensão’.⁷ No seu artigo académico de estreia, em 1981,⁸ iniciou a revisão das velhas teses de Albert Silbert e de Victor de Sá, que estabeleciam leituras sociológicas do setembrismo e do cartismo, e que a uma e outra destas correntes endossavam, de forma dicotómica, opções de política económica e diferentes responsabilidades na história dessa macroquestão então dominante que era o atraso nacional. Durante dez anos, culminando na sua tese de doutoramento, em 1990, depois resumida,

⁶ Maria de Fátima Bonifácio, «Admirável universidade nova», *Atlântico*, 18, Setembro de 2006, 16.

⁷ Maria de Fátima Bonifácio, «Apologia da História Política», in *Apologia da História Política. Estudos sobre o Século XIX Português*. Lisboa, Quetzal, 1999, 33 e 86.

⁸ Maria de Fátima Bonifácio, «Os arsenalistas da Marinha na Revolução de Setembro (1836)», *Análise Social*, XVII (65), 1981: 29-65.

História e Historiadores no ICS

em 1991, no livro *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português*, Fátima Bonifácio desmontou aquela ortodoxia marxizante, enfrentando, com polémica, outros colegas da academia.⁹

Qual a visão alternativa que ofereceu? Centrando o olhar sobre a parte política da economia nacional de Oitocentos como mais do que um mero reflexo de adquiridos económico-sociais, apurou que o país, setembristas incluídos, estava longe de ser tão livre-cambista como se supusera e que portanto o *import-export* «desnacionalizador», de tão minoritário e geograficamente limitado, de pouco servia para sustentar a tese do atraso nacional por dependência e servilismo em relação à Inglaterra. Foi para este combate pela história – empregando a expressão de Lucien Febvre – que, às vezes, lembra a autora, foi um combate pela verdade factual expressa nos documentos, que Fátima Bonifácio estudou os arsenalistas de Lisboa, a Associação Comercial do Porto ou a política alfandegária nacional (as «pautas»), em cotejo com a política externa inglesa na Europa ao longo da primeira metade do século XIX, ao mesmo tempo que recenseava a sociologia histórica e os modelos revolucionários de Theda Skocpol, escrevia sobre o comprometimento cívico dos historiadores, a propósito de António Sérgio, e ia cimentando ideias sobre como – e cito uma frase sua de 1982 – «considerar o político na sua reconhecida autonomia (relativa)».¹⁰ Onde outros viam divisões sociológicas nítidas nas fações da política liberal oitocentista, a autora passou a ver uma conflitualidade revolucionária endémica que havia que explicar de outra maneira. Foi isso que definitivamente reorientou a sua carreira académica para o universo da política, das ideias e das instituições do século XIX, sinalizável num dos seus melhores artigos, «A guerra de todos contra todos (ensaio sobre a instabilidade política antes da Regeneração)», dado à estampa em 1992.¹¹

Fazer história política ou, mais rigorosamente, fazer história de um ponto de vista político, implicou novos temas e objetos de estudo e, ato contínuo, o que tão bem caracteriza a sua obra e a faz ser indispensável – uma reflexão atenta e continuada sobre as condições, os métodos e a identidade do ofício do historiador. Para fazer história e pensar sobre a história que se faz, o seu discurso sempre rumou contra ideias feitas, não

⁹ Ver, sobretudo, «A via protecionista do liberalismo português (Política económica e relações luso-britânicas antes da Regeneração)», in *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português*. Lisboa, Estampa, 1991: 19-50.

¹⁰ Maria de Fátima Bonifácio, «A Revolução de Setembro de 1836», *Análise Social*, 71, 1982, 332.

¹¹ Ver *Análise Social*, XXVII (115), 1992: 91-134.

Maria de Fátima Bonifácio

hesitando em ressuscitar o essencial – de factos, métodos e quadros epistemológicos – no meio do ruído acessório que foi invadindo e descaracterizando este particular e sensível ramo do conhecimento humano. Foi isso que levou a autora, algumas vezes, a uma assumida exposição pessoal, ao escrever sobre os tipos de história que os historiadores fazem e sobre o tipo de história que os historiadores mais deveriam fazer.

A reflexão sobre a historiografia foi assim uma importante parte da obra redigida ao longo dos anos 1990. O filão começou com um texto marcante, em 1993, intitulado «O abençoado retorno da velha história».¹² Anos mais tarde, em 2007, Fátima Bonifácio recordaria esse artigo como o texto sinalizador da sua «libertação dos cânones historiográficos impostos pelas várias novas histórias a partir dos anos setenta do século XX».¹³ Que velha história era aquela, cujo regresso se saudava? Era a história na aceção mais clássica de um discurso narrativo que aborda, e cito, o «concreto», o «singular», a «ação», o «acontecimento», o «contingente», em suma, o «indivíduo e os indivíduos» entendidos como «campo de conhecimento específico da história [...] essencialmente impermeável à ciência social»¹⁴, e que por isso mesmo renuncia à suposta objetividade de uma história-ciência social total. Se aquela «velha história» estivera obscurecida por outros cânones historiográficos, tal ficara a dever-se, para a autora, ao influxo excessivo de questões, métodos e olhares das ciências sociais sobre a história, por intermédio do qual muitos tentaram conferir à segunda um «estatuto epistemológico mais elevado».¹⁵ Acontece que essa busca apenas servira para diluir a identidade da disciplina e para a fazer «adoecer», envolvida em temas alheios ao seu enfoque mais natural. Minorar o influxo das ciências sociais no campo da história não significava, no entanto, empurrá-la para o reino da efabulação literária. Por aqui se vê a natureza da história que Fátima Bonifácio quis reavivar: um conhecimento que está fundado em regras incontornáveis de heurística, cujo cumprimento é a garantia da verosimilhança e da validade do que se escreve, e que se apresenta, ao cabo de uma hermenêutica empática das coisas, sob um registo literário.

Se a história por que Fátima Bonifácio se distingue é mais literária do que científica, é porque essa opção lhe pareceu ser a melhor via para o

¹² V. *Análise Social*, XXVIII (122), 1993, 623-630.

¹³ Maria de Fátima Bonifácio, *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa, ICS, 2007, 9. Neste volume foi republicado o texto «O abençoado retorno da velha história», 209-218.

¹⁴ Bonifácio, *Estudos...*, 211.

¹⁵ Bonifácio, *Estudos...*, 209.

História e Historiadores no ICS

ofício sair do gueto académico em que o hermetismo de muitos investigadores e o respetivo jargão científico o tinham acantonado. O que depois viria de livros e artigos ficou assim enunciado há mais de vinte anos – que uma história humana, redigida em registo literário, oferecendo «uma opinião informada sobre o mundo»,¹⁶ só seria alcançável através de uma aposta no renascimento e no exercício do que a autora já considerava, neste texto, ser a forma mais adequada do discurso histórico: a narrativa.

Lançada como manifesto em defesa da liberdade e da humanidade da história e do olhar do historiador, a defesa da velha história conheceria mais desenvolvimentos, que culminariam em dois outros textos. O primeiro é a «Apologia da história política», um longo ensaio de ego-história, que deu título a um livro de 1999, e cuja motivação e tese a autora assim resumia: «dada a reserva desconfiada com que nos meios académicos geralmente se vê a narrativa política, leviana e erradamente depreciada como um simples registo de insignificâncias eventuais, entendi que era necessário explicar-me».¹⁷ Qual o seu mote? A afirmação «de que está longíssimo de ser líquido que a Nova História ou História-Ciência-Social se tenha tornado científica, nada autorizando, por conseguinte, que em nome dessa cientificidade, afinal tão contestável e contestada, se haja proscrito a história política narrativa debaixo da falsa alegação de que ela nada explicaria».¹⁸ Aceitando existirem, e válidas, «maneiras não científicas de saber»,¹⁹ encarando a história como *past politics* e a sua escrita como uma narrativa cujo objetivo era «a recriação plausível de um mundo possível»,²⁰ Fátima Bonifácio desenvolvia, nesse texto, uma denúncia do relativismo pós-moderno, *zeitgeist* dominante nas sociedades e universidades ocidentais desde há algumas décadas a esta parte.

Tal militância continuou, nesse mesmo ano de 1999, no artigo «A narrativa na época ‘pós-histórica’».²¹ A partir de uma analogia com o estilhaçamento de modelos estéticos na pós-modernidade artística, Fátima Bonifácio abordou aqui a questão do ressurgimento da narrativa como caminho a trilhar para a reconsideração da história no campo das humanidades. Se o assunto específico da história é «a dimensão épica da existência humana», e se a estrutura da memória e das percepções de senso comum com que a humanidade se conduziu, em várias épocas, é linear

¹⁶ Bonifácio, *Estudos...*, 217.

¹⁷ Bonifácio, «Apologia da História Política»..., 10.

¹⁸ Bonifácio, «Apologia da História Política»..., 11.

¹⁹ Bonifácio, «Apologia da História Política»..., 114.

²⁰ Bonifácio, «Apologia da História Política»..., 86.

²¹ Ver *Análise Social*, XXXIV (150), 1999, 11-28, ou Bonifácio, *Estudos...*, 219-239.

Maria de Fátima Bonifácio

e causal, segue-se que a narrativa é «o modo espontâneo como se organiza e se confere sentido à experiência humana».²² Elevando-se acima da simples recolhação *évènementielle*, a narrativa histórica tem uma «dimensão configurante», de «juízo sinóptico»²³ e de olhar empático de conjunto, que explica narrando, porque narrar é contar mais e melhor. Fátima Bonifácio acrescentava mesmo que para quem não se contentava com as «conclusões» da sociologia ou da economia, e gostava antes de redescobrir os «ensinamentos» da história, o narrativismo servia até a demanda de sentidos morais para cidadãos conscientes.²⁴

Política e narrativa, como *objeto* de estudo e *método* expositivo, assumiram-se assim como as características identitárias da segunda metade da sua obra – isto para não me alongar sobre um tipo específico de narrativa histórica em cujas definição e valorização académicas a autora muito se empenhou, que foi a biografia, escrevendo sobre os seus desafios, dificuldades e méritos e testando o seu registo e virtualidades com várias figuras.²⁵ Considerando apenas os seus catorze livros até à data, doze inscrevem-se nestes quadros. Se era já político o estudo sobre as *Memórias* de José Jorge Loureiro (1986), tudo foi narrativa política a partir da *História da Guerra Civil da Patuleia* (1993). Em pouco mais de uma década, a autora publicou *Apologia da História Política*, em 1999, *O Século XIX Português*, em 2002 (depois alargado e reeditado em 2010 sob o título *A Monarquia Constitucional (1807-1910)*), a *Segunda Ascensão e Queda de Costa Cabral, 1847-1851*, também em 2002, *D. Maria II*, em 2005, *Madame de Staël-D. Pedro de Souza. Correspondência*, em 2006, *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, em 2007, *Uma História de Violência Política. Portugal, 1834-1851*, em 2009, as *Memórias do Duque de Palmela*, em 2011, e *Um Homem Singular. Biografia Política de Rodrigo da Fonseca Magalhães*, em 2013. Se aos catorze livros se somarem mais umas quatro dezenas de artigos, recensões ou *papers*, alguns inéditos, apresentados tanto em Portugal como no estrangeiro (Inglaterra e Espanha), alcança-se a soma de umas quatro mil páginas, com que Fátima Bonifácio enriqueceu o nosso conhecimento histórico e se constituiu como referência incontornável sobre a contemporaneidade nacional, muito em particular sobre um hoje algo desvalorizado século XIX.

²² Bonifácio, *Estudos...*, 229-230.

²³ Bonifácio, «Apologia da História Política»..., 116-117.

²⁴ Bonifácio, *Estudos...*, 239.

²⁵ Bonifácio, «Biografia e conhecimento histórico», *Estudos...*, 241-253.

*História e Historiadores no ICS***3**

Recordemo-lo: a história é um *ersatz* da política, uma forma mediada de fazer política. Como Maria de Fátima Bonifácio afirma, os temas e as personagens que estudou e estuda servem para extrair ensinamentos sobre o mundo deles e também sobre o nosso, no que esses ensinamentos têm de intemporal. Estudar as eleições ou o parlamento oitocentistas ajuda a compreender, ainda hoje, a sobressaliência do governo e do Estado na vida dos partidos políticos e na sua alternância; estudar D. Maria II ou Rodrigo da Fonseca Magalhães ajuda a compreender, ainda hoje, atavismos ou desafios da vida política nacional, como a construção e a fragilidade do poder ou a incapacidade para o compromisso entre os seus agentes; estudar o Estado Novo – e refiro-me neste particular à incursão que Fátima Bonifácio fez pela historiografia do salazarismo, num texto de 1999²⁶ – ajuda a compreender do que é que falamos quando falamos sobre fascismo e sobre as especificidades do autoritarismo e do subdesenvolvimento que marcaram o país durante décadas, com resquícios até aos dias de hoje.

História (e) política levaram Fátima Bonifácio a escrever regularmente para vários jornais, fazendo opinião e, de caminho, amigos e inimigos – n' *O Jornal*, no *Expresso*, no *Independente*, no *Público* ou no *Observador*. Não faz sentido discutir aqui o comentário político que a autora tem expendido na imprensa, porque é pessoal e não académico. Mas isso não significa, e por isso muitos as leem, que cada uma dessas colunas de opinião não revele e não releve de um conhecimento histórico original e sólido que sustenta o que a autora diz sobre a atualidade. Quero com isto dizer que a indústria dos colunistas tem-nos, muitos, com pouca espessura e muita agenda pessoal, e menos com espessura e sem agenda pessoal, ou seja, com conhecimento de raízes e independência de juízo. Fátima Bonifácio está entre estes últimos.

A meio caminho entre a coluna de opinião e o artigo académico, devem ainda referir-se os ensaios que escreveu para a revista *Atlântico*, como «A nostalgia fracturante» (2005), sobre as desventuras da direita portuguesa nos últimos duzentos anos, ou «Admirável universidade nova» (2006), um texto que não é de ataque contra a sua Universidade Nova, onde ensinou durante 26 anos, mas contra alguns aspetos hoje característicos do ensino superior em geral. Este último tema levar-me-ia

²⁶ Maria de Fátima Bonifácio, «Historiografia do Estado Novo», in *Dicionário de História de Portugal (Suplemento)*, orgs. António Barreto e Maria Filomena Mónica. Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. VIII, 187-198.

Maria de Fátima Bonifácio

muito longe, mas não posso deixar de destacar a lucidez e a justeza de alguns dos reparos feitos pela autora, neste texto e noutras ocasiões, acerca das universidades e das condições de investigação e de reconhecimento das humanidades. Que «admirável universidade» (o título encerrava uma ironia) era denunciada por Fátima Bonifácio? Aquela onde os *curricula* dos docentes sacrificam a qualidade à quantidade, e a autoria à diluição exagerada em redes e em internacionalizações que mais servem, muitas vezes, a reputação do que o conhecimento; ou aquela onde a urgência de financiamentos ou a falta deles obriga a pensar o saber e a ciência a partir de uma lógica utilitarista e imediatista, como se cada curso fosse um centro de emprego dependente do mercado. Revelando uma intenção pedagógica e não demolidora – mesmo que o registo seja politicamente incorreto – Fátima Bonifácio deixou neste ensaio dois alertas que não é de todo inútil escutar. Um lembra que, sem menosprezo para outras vias de fazer currículo, «a forma natural do produto do historiador é o livro, longamente investigado e laboriosamente escrito», porque «até hoje nenhum grande historiador se consagrou como tal a produzir artigos ou a fazer conferências». ²⁷ O outro alerta é mais geral, dir-se-ia até civilizacional, e lembra que as humanidades não são, nem têm de ser, «úteis», porque a sua indispensabilidade advém apenas do facto de poderem «tornar uma sociedade menos ignorante». ²⁸

4

Feita a recensão da homenageada, e estabelecida a sua justa reputação como uma das universitárias que mais ajudaram a fazer compreender a história do século XIX em Portugal, e que muito contribuiu também para o debate teórico-metodológico no interior da historiografia nacional, as minhas últimas linhas são de recordação e de homenagem pessoal.

Fui seu aluno na Universidade Nova de Lisboa duas vezes – em 1990-1991, na disciplina de Licenciatura de *História Económica e Social (Época Moderna)*, e em 1992-1993, no seminário de *História Institucional e Política*, na secção do Século XIX do Mestrado em História Contemporânea. Tinha um estilo que lhe dava fama entre os alunos: era muito séria e exigente; e ensinava com método, narrando factos e explicando interpretações e hipóteses, tudo servido de um discurso rigoroso, mas muitas vezes pontuado de bom humor. Foi depois orientadora da minha dissertação de mestrado e da minha tese de doutoramento, ambas no âmbito do es-

²⁷ Bonifácio, «Admirável universidade nova», 18.

²⁸ Bonifácio, «Admirável universidade nova», 18.

História e Historiadores no ICS

tudo do século XIX – e continuou a lê-lo, no fundo, até hoje, lendo e comentando alguns textos meus. Conheço, portanto, a Prof.^a Maria de Fátima Bonifácio há 25 anos. Durante o meu último ano de licenciatura, lá de Oxford onde estava de sabática, enviou-me sugestões de leituras e de estudo e um ou dois livros sobre história contemporânea. Quando cimentei o meu gosto e a minha curiosidade sobre o oitocentismo, sugeriu-me ler o *Portugal Contemporâneo* de J. P. Oliveira Martins e as *Memórias* do marquês de Fronteira e Alorna, que declarou serem indispensáveis para se ter uma visão sobre os acontecimentos, os intervenientes, o ambiente e a linguagem do vintismo ao final do romantismo. A partir da altura em que começou a orientar-me oficialmente, em 1994-1995, só tenho de reconhecer e de agradecer o muito que me deu, de liberdade e de incentivo científicos, de estímulo intelectual, de acompanhamento diligente, de sugestões várias sobre o que ler ou como resolver uma dúvida, de rigor exemplar e de amizade pessoal. Da sua casa saía sempre, e saio, com pistas para melhorar ideias e textos.

Somos, não só mas também, o que os bons mestres nos influenciam a ser. No fundo, posso hoje, em suma, afirmar exatamente o mesmo que Fátima Bonifácio escreveu há mais de vinte anos num seu livro, referindo-se a um historiador que admirava: «o melhor benefício que recolhi do seu convívio foi sem dúvida uma vacina contra as tentações do academismo e uma radical aversão pela autocomplacência».²⁹ Umberto Eco escreveu um dia que não se deve agradecer ao orientador ou ao mentor universitário. Este texto é uma desobediência a esse dito, justificada pela dívida intelectual e pessoal que tenho (todos temos) em relação à homenageada.

²⁹ Maria de Fátima Bonifácio, *História da Guerra Civil da Patuleia (1846-47)*. Lisboa, Estampa, 1993, 10.

Augusto Santos Silva

Capítulo 8

História e sociologia, em Maria de Lourdes Lima dos Santos

Quero, em primeiro lugar, contextualizar a minha abordagem da obra e da prática profissional de Maria de Lourdes Lima dos Santos. Devo-lhe pessoalmente muito. Não sou caso singular: verdadeiramente, todos quantos se foram dedicando à sociologia da cultura em Portugal, desde os anos 1970, estão na mesma condição. Mas eu talvez deva uma coisa mais, e distintiva. É que, tendo orientado o meu próprio percurso académico da história para a sociologia, foi-me extraordinariamente útil aperceber-me de que era não só possível como bem produtiva a imbricação da história e da sociologia no campo da cultura. E isso, aprendi-o, entre outros livros, no de Maria de Lourdes Lima dos Santos, *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos* (Santos 1988).

Ela nunca abandonaria esta lógica de vaivém entre os diferentes períodos históricos que marcam, entre nós, o percurso para a modernidade, desde os fins do século XVIII até ao presente. Prova-o o seu livro de 2014, *Ensaios sobre Três Casos. Ostracismo, Mudança, Paixão* (Santos 2014), que explora processos sociais a partir dos pontos de vista e relatos de protagonistas que olham para a dialética entre reprodução e mudança, situando-se em lugares sociais precisos (como William Beckford e o marquês de Fronteira), ou a partir da recriação literária da interação socialmente modulada (caso da relação entre Carlos da Maia e Maria Eduarda, em *Os Maias* de Eça de Queirós).

Devo ainda à Maria de Lourdes uma lição fundamental de teoria e método, qual seja encarar a sociologia da cultura de uma forma nem dicotómica nem esquemática. Em particular, os três artigos que publicou entre 1988 e 1994 – «Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular e a cultura de massas)»; «Reprodutibilidade/raridade: o jogo dos contrários na produção cultural»; e «Deambulações pelos novos mundos da arte e da cultura», todos reunidos em *Sociologia da Cultura: Perfil de uma Carreira* (Santos 2012: 47-77, 86-114) – contribuí-

História e Historiadores no ICS

ram decisivamente, juntamente com os de outros e, em especial, do meu outro mestre nestes domínios, José Madureira Pinto, para o entendimento tão aberto e plástico quanto possível da sociologia da cultura que tentei, do meu lado, cultivar.

A consideração desta ligação, ao mesmo tempo de muita amizade pessoal, estreita cumplicidade académica e uma grande dívida intelectual, ajudará a compreender melhor o presente texto. Ele não pretende, contudo, ficar-se pelo testemunho, mas sim analisar brevemente os contributos substantivos de Maria de Lourdes Lima dos Santos para as ciências sociais. Fá-lo-ei em dois planos: no que toca à prática da sociologia da cultura e no que toca ao relacionamento entre sociologia e história.

Quanto ao primeiro, o papel de Maria de Lourdes é nada menos do que fundacional. Em Portugal, é ela que inaugurou o ensino autónomo da sociologia da cultura, como disciplina de graduação (criada em 1983, no ISCTE) e como área disciplinar de pós-graduação (no mestrado em Sociologia da Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, também criado no ISCTE, na década de 1990). A própria explica bem as condições e os efeitos do processo de instauração do ensino desta especialidade sociológica, na revisitação das «fases de uma carreira» que incluiu no seu livro de 2012 (Santos 2012: 19-43), e para aí remeto os leitores de agora.

Maria de Lourdes Lima dos Santos é fundadora, em Portugal, conjuntamente com José Madureira Pinto, José Machado Pais e António Firmino da Costa, da investigação teórica e empírica em sociologia da cultura. Como escreve (Santos 2012: 23), reportando-se a esses anos iniciais da década de 1980: «julgo que [...] a minha luta nos terrenos da sociologia da cultura se pode sintetizar remetendo para três vectores de combate: (1) contra a utilização de paradigmas dualistas/contrapontistas, redutores e, portanto, sem capacidade heurística (exemplo: cultura cultivada *versus* cultura de massas); (2) contra compartimentações disciplinares rígidas, obstáculo para estudos articulados sobre os dois planos da cultura já assinalados (exemplo: separação entre sociologias da cultura, da vida quotidiana e da comunicação); (3) contra a sacralização da arte e do artista (exemplo: a arte como domínio não susceptível de análise sociológica)».

Assim definida, como «combate» contra reducionismos e contraposições simplistas, a abordagem defendida por Maria de Lourdes Lima dos Santos convergiu com a de outros autores e, todos em conjunto, marcaram a orientação e o trabalho de uma nova geração de sociólogos, em instituições como o ISCTE-IUL e o CIES, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, a Faculdade de Economia de Coimbra e o

Maria de Lourdes Lima dos Santos

CES, as Faculdades de Letras e de Economia da Universidade do Porto e o seu Instituto de Sociologia, a Universidade do Minho e a de Aveiro – e não tenho a preocupação de ser exaustivo.

Mas, evidentemente, a demarcação crítica é apenas o primeiro passo da elaboração teórica. A Maria de Lourdes não se ficou pela denúncia e pela desmontagem dos pressupostos que ou recusavam a legitimidade da análise sociológica dos factos artísticos, ou queriam submetê-la a referências doutrinárias esquemáticas, ou a faziam divergir das restantes disciplinas. Procedeu também à maneira do construtor, nos três planos complementares em que a construção teórica faz sentido, em ciência: na problematização geral; no afinamento dos conceitos e teorias de médio alcance; e na aplicação e teste de modelos de análise e explicação em estudos empíricos. Em cinco áreas dentro da sociologia da cultura vejo os seus contributos principais.

A primeira é a *elaboração conceptual*, quer em torno das categorias básicas de organização do olhar sociológico sobre a cultura (como «cultura cultivada» e «cultura popular», ou «artes» e «indústria cultural»), quer em busca de operadores adequados para perceber e entender as estruturas histórico-sociais que situam a condição, a atividade e as criações dos artistas (como os conceitos de «campo» e de «mundo da arte»). A segunda área é a investigação empírica, quer de natureza histórica, quer de natureza sociológica, sobre o *estatuto e o papel de intelectuais e artistas* – que vem desde a sua tese de doutoramento, já citada (Santos 1988), e dos trabalhos que a ela conduziram. A terceira é o estudo dos *públicos da cultura*, em que mais uma vez foi pioneira em Portugal. A questão, aqui, é não apenas identificar e caracterizar as práticas culturais (de consumo e de participação) das populações e dos seus diferentes grupos. É também compreender, face a instituições ou processos culturais específicos, como essas práticas e a sua inter-relação com as ofertas artísticas desenham públicos, e como podem ser esses públicos assinalados e potenciados (ver, por exemplo, Santos 2001 e 2002). A quarta área tem sido a indagação sistemática, com os instrumentos da sociologia mas com abertura a outros olhares científico-sociais, sobre a *dialética entre a cultura e a economia*. Aliás, o colóquio que coordenou para Lisboa 94, Capital Europeia da Cultura, sobre justamente as relações entre cultura e economia, marcou uma nova etapa naquela indagação (Santos 1995).

Finalmente, a quinta área em que julgo aperceber o valor acrescentado por Maria de Lourdes Lima dos Santos à sociologia da cultura diz respeito ao estudo e avaliação das *políticas públicas*. Ela foi, com José Madureira Pinto e, uma geração abaixo, João Teixeira Lopes, uma das principais

História e Historiadores no ICS

impulsionadoras desse novo espaço de investigação e, também, de participação académica em prol da democratização cultural (ver, sobretudo, Pinto 1994). Mas, aqui, é preciso combinar o plano teórico e o plano institucional, visto que foi Maria de Lourdes Lima dos Santos que, em 1996 e a convite do ministro Manuel Maria Carrilho, presidiu à criação do Observatório das Atividades Culturais. O Observatório, reunindo o Instituto de Ciências Sociais, o Instituto Nacional de Estatística e o Ministério da Cultura, pretendeu ser uma instância tecnicamente apetrechada e autónoma de estudo e avaliação de políticas. E foi-o efetivamente, primeiro durante os 11 anos em que a Maria de Lourdes lhe presidiu, e depois nos mandatos dos seus sucessores, José Machado Pais e José Luís Garcia. A ele se devem relatórios sobre as políticas culturais em Portugal, estudos específicos sobre várias medidas de política (como o mecenato ou o preço fixo do livro), inquéritos de grande fôlego sobre os museus (e desde logo o primeiro, que levou à constituição da Rede Portuguesa de Museus), monografias de instituições ou eventos e, mais recentemente, estudos realizados para autarquias locais (ver a síntese de Santos 2012, 32-43). Ao mesmo tempo, foi o laboratório em que se formou uma nova geração de sociólogos.

Daqui decorre que o labor da Maria de Lourdes não foi apenas intelectual. Ela esteve na primeira linha quer da constituição plena, como disciplina científica, da sociologia da cultura, quer da formação e inserção profissional de investigadores nela. Autores que são hoje referências neste campo, em Portugal, como Idalina Conde, João Teixeira Lopes, Alexandre Melo, José Soares Neves, Rui Telmo Gomes, Teresa Martinho, Pedro Costa, Vera Borges (e estarei certamente a esquecer-me de outros), foram diretos beneficiários do seu entusiasmo, dedicação e magistério.

Mas já escrevi que iria valorizar o contributo de Maria de Lourdes Lima dos Santos ainda noutra plano; e quero cumprir. Esse é o plano do relacionamento entre história e sociologia.

Por vicissitudes próprias da evolução das ciências sociais em Portugal, o grupo de sociólogos que se foram aproximando da história, no Instituto de Ciências Sociais, poucos pontos de contacto foi mantendo com o grupo de economistas e historiadores que, sob a liderança de Vitorino Magalhães Godinho, na Universidade Nova de Lisboa e na Associação Portuguesa de História Económica e Social, se foram aproximando da sociologia. O facto de Godinho preferir, entre os sociólogos franceses, Georges Gurvitch, ao passo que era Pierre Bourdieu quem pontificava entre os sociólogos do Instituto, não deverá ter influído pouco nesse singular afastamento. Contudo, como Rui Santos (2005) e eu próprio (Silva

Maria de Lourdes Lima dos Santos

2013) procurámos mostrar, a lição de Magalhães Godinho é absolutamente central para quem quiser explorar as vantagens recíprocas do diálogo entre sociologia e história.

O que pretendo sugerir, com este excuro, é que, através de um itinerário intelectual que é seu, Maria de Lourdes Lima dos Santos explorou também essa maneira sociológica de fazer história e aproveitou o enriquecimento que a perspetiva histórica traz à investigação sociológica.

Para ser mais preciso, direi que em cinco planos vislumbro, na obra académica da Maria de Lourdes, aquelas vantagens recíprocas.

A primeira é a consideração da *espessura* histórica da sociedade que o sociólogo considera – e o leva a situar e compreender no tempo os fenómenos que o seu ofício individualiza. A segunda é a valorização de uma problematização teórica *situada*, isto é, aquilo que no historiador leva a suspeitar dos modelos demasiado formais e das leis demasiado gerais, porque a sua arte indaga da variedade dos processos e da singularidade de cada processo; e essa arte pode ajudar, e muito, os seus colegas sociólogos. A terceira área é a atenção aos *processos*, mais do que à estrutura definida apenas sincronicamente, ou seja, o que permite superar algumas das limitações do estruturalismo sem com isso deitar fora os seus avanços. A quarta, a insistência na *contextualização*, que é, verdadeiramente, o dispositivo analítico que nos permite articular sujeito e estrutura, caso e padrão, escapando aos riscos simétricos do atomismo e do objetivismo. E a quinta área é a preocupação, tão típica de historiadora mas tão presente na obra da socióloga Maria de Lourdes Lima dos Santos, com a *análise crítica das fontes*, quer dizer, com a dilucidação dos pontos de vista e dos pontos de interesse a partir de que os atores, indivíduos, coletivos ou instituições, «fabricam» os testemunhos e os documentos com base nos quais, enquanto cientistas, procuramos entendê-los e ao que fizeram.

É impraticável, no pouquíssimo tempo que as funções que correntemente exerço me deixam para os prazeres do companheirismo intelectual e do labor académico, demonstrar pormenorizadamente a presença de contributos em todas estas áreas, na obra de Maria de Lourdes Lima dos Santos. Mas há uma maneira simples de resolver a dificuldade. Em 2012, no já referido livro *Sociologia da Cultura: Perfil de uma Carreira*, a autora organizou por temas e sucessão cronológica uma coletânea de artigos e comunicações (Santos 2012, 45-443). Pois bem: convido os leitores do presente texto a ler essas 400 páginas de boa sociologia. Não só beneficiarão da leitura, como facilmente me darão razão.

História e Historiadores no ICS

Referências bibliográficas

- Pinto, José Madureira. 1994. «Uma reflexão sobre políticas culturais». In AAVV, *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento local*, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia: 767-792.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos. 1988. *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa: Presença.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos, coord. 1995. *Cultura & Economia*, Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos, coord. 2001. *Públicos do Teatro de São João*, Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos, coord. 2002. *Públicos do Porto 2001*, Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos. 2012. *Sociologia da Cultura: Perfil de uma Carreira*, Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos. 2014. *Ensaaios sobre Três Casos. Ostracismo, Mudança, Paixão*, Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- Santos, Rui. 2005. «With a mind to science: theoretical underpinnings of Vitorino Magalhães Godinho's historical work», *Review Fernand Braudel Center*, XXVIII (4): 339-350.
- Silva, Augusto Santos. 2013. «Processos no tempo: uma reflexão sobre o valor que a história acrescenta à sociologia, a partir do magistério de Vitorino Magalhães Godinho», *Forum Sociológico*, 23 (II série): 107-116.

Paulo Silveira e Sousa

Capítulo 9

Maria Filomena Mónica: singularidade, ousadia e liberdade

Não é fácil escrever sobre uma pessoa que tem opiniões polémicas sobre o mundo que a rodeia. Para mais alguém que as expressa de uma forma muito pessoal e ousada. Maria Filomena Mónica é, há décadas, além de historiadora e socióloga, uma intelectual pública com presença regular na imprensa e nas televisões. Das colaborações para as páginas do *Independente* e da revista *K*, passou para uma coluna no jornal *Público* e, mais recentemente, para o *Expresso*, tendo ainda escrito no semanário *O Jornal*, na revista *Máxima* e na revista de livros do *Diário de Notícias*. Em simultâneo, foi sendo presença assídua nas televisões quer em entrevistas, quer em documentários e programas de comentário político e de actualidade. Parte das crónicas e reportagens que escreveu foram sendo publicadas em volumes autónomos. Estes foram acompanhados por outros livros, onde a assuntos de carácter geral acrescenta a procura de uma voz singular e as suas experiências e conflitos com o mundo contemporâneo e a sua origem de classe, abordando temas como a Europa, a relação com Portugal, ou o sistema de ensino. Este esforço e esta presença constantes no espaço público amplificaram o seu auditório. Por vezes provocaram irritação, mas não deixaram ninguém indiferente. Nestas aparições, o discurso de Maria Filomena Mónica é marcado pela sua condição e experiência de mulher (embora não comungue necessariamente de muitas leituras e discursos feministas), por um elitismo intelectual declarado e por um gosto pela provocação, por questionar de forma assertiva as narrativas estabelecidas na direita salazarista e nas várias esquerdas e extremas-esquerdas, bem como os discursos e as poses característicos da sua origem lisboeta e burguesa. Contudo, este texto não irá incidir sobre a intelectual pública Maria Filomena Mónica, nem sobre o grupo heterogéneo de intelectuais, académicos e historiadores com carreira no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e que cobre diferentes gerações e origens políticas, com percursos muito variá-

História e Historiadores no ICS

veis, muitos deles iniciados na tradição republicana e socialista da oposição não-comunista ao Estado Novo, nos vários e sucessivos maoísmos e marxismos-leninismos, na esquerda radical ligada ao MES, ou em grupos trotskistas.¹ Este texto irá, apenas, fazer uma leitura pessoal sobre o percurso historiográfico e académico de Maria Filomena Mónica, deixando de lado esta sua longa, constante e, por vezes, provocatória intervenção no espaço público, que tomou fôlego no final da década de 1980.

Depois desta primeira ressalva, o autor do texto tem de fazer outras duas. Em primeiro lugar sou amigo de Maria Filomena Mónica e colaborámos em vários projectos.² Em segundo nem sempre concordámos. O que nunca foi um problema, pelo contrário foi sempre motivo de boa disposição e amplas gargalhadas de parte a parte. Maria Filomena Mónica talvez possa parecer desconcertante numa primeira impressão superficial, mas nela rapidamente se reconhecem as tais características de singularidade, ousadia e defesa da liberdade e do confronto de ideias. A sua amena excentricidade é prova do individualismo que preza, mas também do sentido de humor e de um certo inconformismo em relação aos comportamentos mais sisudos, autoritários e tartufos que abundam nos vários segmentos da academia.

Quando a Isabel Corrêa da Silva e o Nuno Gonçalo Monteiro me convidaram para fazer uma leitura da obra historiográfica de Maria Filomena Mónica, a minha primeira reacção foi recusar. Sendo eu um *freelancer* e um precário, o meu tempo é escasso e serve para ganhar dinheiro para pagar contas. A segunda perplexidade foi: porquê eu? Alguém de uma outra geração, sem poder, sem um lugar na academia, ou noutro lado, e que um dia se maçarará a concluir a dissertação de doutoramento, permanecendo numa espécie de limbo entre bolsas ocasionais, projectos,

¹ Este grupo heterogéneo de intelectuais é tanto mais interessante quanto parte dele se converteu nos novos «intelectuais orgânicos» do centro político do regime democrático, sobretudo a partir da década de 1980, da criação do Clube da Esquerda Liberal (Outubro de 1984) e da candidatura de Mário Soares à Presidência da República (1985), datas que coincidem também com o esvaziamento dos marxismos radicais e da extrema-esquerda não ligada ao PCP. Esta conversão em «intelectuais orgânicos», para retomar a velha expressão gramsciana, hoje de uso corrente, passou também pela ocupação de lugares de destaque na imprensa, e mais tarde nas televisões, e pela consolidação das carreiras académicas, mercados hoje menos acessíveis e também bastante menos bem pagos.

² Maria Filomena Mónica e Paulo Silveira e Sousa, *The Dabneys: A Bostonian Family in the Azores 1806-1871. An Anthology Based on the Annals of the Dabney Family in the Azores Compiled by Roxana Lewis Dabney*. New Bedford, Whaling Museum/FLAD, 2013; Maria Filomena Mónica, dir., *Os Dabney: Uma Família Americana nos Açores 1806-1871 (antologia)*, (organização, selecção e notas de Paulo Silveira e Sousa. Lisboa, Tinta da China, 2009.

Maria Filomena Mónica

investigação, calotes de amigos e «trabalhos alimentares»? Por fim, também não via claramente uma ponta por onde começar. O percurso de Maria Filomena Mónica é bastante variado e vai dos estudos sobre a Escola Pública e o operariado a biografias de escritores como Eça de Queirós, de políticos, como Fontes Pereira de Melo, ou de *gentlemen farmers* açorianos, como José do Canto. Falar do seu lugar e do seu legado implicaria fugir daquilo a que Antero de Quental chamou a «escola do elogio mútuo», expressão com que crismou os poetas oficiais do romantismo que gravitavam em torno de António Feliciano de Castilho. A referência à polémica do «Bom Senso e do Bom Gosto», ou «Questão Coimbrã» (1865), marca não só um acontecimento importante no século preferido da autora, mas serve novamente de mote à singularidade, ousadia e liberdade que Maria Filomena Mónica cultivou, e cultiva, nos seus livros e na sua intervenção pública e que antes dela Antero e os outros membros da Geração de 70 tinham alçado num meio intelectual conservador, de modo a criar polémica e a delimitar, por oposição, um espaço próprio. Embora a autora prefira o carácter sardónico de Eça de Queirós à introspecção filosofante de Antero de Quental, é verdade que teve, tal como eles, um percurso original, não se tendo especializado num só filão, construindo antes um caminho de progressiva aproximação ao singular, ao individual e ao literário, à medida que crescia a sua visibilidade pública. Tinha de certo modo encontrado o tom a usar. Ia tentar escrever de forma livre sobre uma pessoa livre. Não é preciso concordar para ser justo, nem é preciso apoucar ou depreciar para ser independente. Escrever sobre outra pessoa, mesmo uma amiga, não é, portanto, um exercício de hagiografia, nem um exercício de maledicência, mais ou menos dissimulada, para marcar uma preponderância.

A partir destas reflexões tentei arrumar o percurso da autora e percebi cinco linhas persistentes: a discussão em torno das hipóteses de mobilidade social, o interesse pelo liberalismo oitocentista, a importância dos indivíduos e dos seus percursos na História, a História das elites e, finalmente, o papel influente, mas impreciso e pícaro, dos escritores e dos intelectuais, esses «profissionais da manipulação dos bens simbólicos», na expressão que Christophe Charle cunhou a partir de Pierre Bourdieu, com os quais Maria Filomena Mónica e outros intelectuais liberais (e também conservadores) mantêm uma relação ambivalente, entre a pertença, algum escárnio e a auto-exclusão.³ A partir destas cinco linhas ana-

³ Christophe Charle, *Les intellectuels en Europe au XIX^e siècle. Essai d'histoire comparée*. Paris, Seuil, 1996, 16.

História e Historiadores no ICS

lisarei, por ordem cronológica, a produção académica de Maria Filomena Mónica, os seus legados e a sua singularidade. Deter-me-ei especialmente nas obras que considero mais marcantes e mais características do seu percurso, fazendo breve referências às críticas de que foram alvo.

Maria Filomena de Carvalho Godinho Mónica nasceu em Lisboa em 1943. Desde 1978 publicou mais de 35 livros, entre monografias, antologias de textos e fontes, colectâneas de artigos académicos e de artigos de imprensa, coordenou o *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910* (2004-2006) e a actualização do *Dicionário de História de Portugal* (1994-1998, com António Barreto). No seu currículo, os artigos em revistas académicas ascendem a 25. Como era comum na época, a maior parte foi publicada em revistas portuguesas e na própria revista do ICS, a *Análise Social*. Este labor foi feito a sós, ou em pequenas equipas. O seu trajecto é, por isso, marcado por uma ideia de individualismo, de marca autoral e de desconfiança por grandes quadros quantitativos e grandes racionalizações e teorias (que, como muitos intelectuais liberais, a autora considera estarem com frequência no caminho da tirania e do jargão), manifestando-se ainda adepta de uma espécie de empirismo prático, que os seus críticos consideram ser um apelo ao senso comum, ao psicologismo e ao impressionismo.

O percurso de Maria Filomena Mónica começa em 1969, ano em que concluiu a licenciatura em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nas suas palavras «uma Faculdade dominada pela ideologia salazarista». Em 1971 iniciou o seu doutoramento em Sociologia na Universidade de Oxford, sob a orientação de A. H. Halsey (1923-2014), um sociólogo britânico, da área da educação, com fortes ligações ao Partido Trabalhista. Oxford e a sociedade inglesa iriam moldar a sua visão do mundo, da universidade e de Portugal. Em 1974 foi ainda docente no ISCTE, acompanhando Adérito Sedas Nunes. A experiência no ensino superior no pós-revolução não correu bem e em 1975 regressa a Oxford. Em 1978 defendeu o doutoramento, intitulado *Popular Education in Salazar's Regime 1926-1939*, que seria publicado pelo então Gabinete de Investigações Sociais (GIS) no mesmo ano. Em 1977 passara a fazer parte desta última instituição, com a qual já colaborava desde 1972 e que irá ser transformada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em 1982.⁴

⁴ João de Pina Cabral e Maria de Lourdes Lima dos Santos, coords., *Do Gabinete de Investigações Sociais ao Instituto de Ciências Sociais*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1988, 21 e 41-42.

Maria Filomena Mónica

Logo após o seu regresso a Lisboa inicia a sua investigação na área dos estudos operários. Segundo a própria, «tinha uma interrogação na cabeça: o que teria ficado no espírito dos miúdos que haviam sido sujeitos à dieta ideológica do Estado Novo? Que teriam absorvido dos valores – Deus, Pátria e Família – que o regime pretendia inculcar? E nos meios com uma cultura própria, como os operários, como se olhara a escola? Foi a partir destas perguntas que decidi estudar a classe operária. Havia ainda outra razão de peso: a Revolução supostamente feita em nome do proletariado».⁵ No âmbito dessa linha, sensivelmente entre 1978 e 1986, Maria Filomena Mónica produziu monografias sobre alguns sectores do operariado (chapeleiros e vidreiros) e publicou quatro livros e antologias, alguns em parceria, três artigos na *Análise Social* (um deles com Luís Salgado de Matos) e colectâneas de fontes. Um destes livros, *Retrato da Lisboa Popular* (1982), em parceria com António Barreto, fez um uso relativamente precursor da fotografia e da imagem como documento e como objecto estético, uma fórmula que a autora repetirá em *A Queda da Monarquia. Portugal na Viragem do Século* (1987). Este uso da imagem também se enquadrava numa estratégia de divulgação e de maior proximidade com os públicos não-académicos e manteve-se em muitos dos seus livros, onde são frequentes os cadernos de fotografias e imagens e o cuidado na sua selecção. Em simultâneo, juntamente com Fátima Patriarca, criou, em 1979, no ICS, o então denominado Arquivo Histórico das Classes Trabalhadoras, mais tarde transformado em Arquivo de História Social do ICS. As duas investigadoras participaram ainda no conselho de redacção do *Boletim de Estudos Operários* (1982-1986) e organizaram o Seminário sobre o Movimento Operário em Portugal (Maio de 1981), que daria também origem a uma exposição na Biblioteca Nacional em torno do espólio de Pinto Quartín (1887-1970).

Apesar do esforço realizado pela autora e por uma geração mais vasta de investigadores do ICS e de outras universidades, penso que ainda hoje são necessários mais estudos de conjunto sobre a vida proletária em Portugal e sobre as práticas sociais e culturais que esta enquadrava, sobre o longo processo de passagem dos campos para as cidades, as fábricas e os serviços indiferenciados, sobre o crescimento urbano e suburbano, sobre a realidade socialmente heterogénea que os conservadores designavam (e ainda designam) como «a rua», sobre as «massas» e as suas formas de mobilização, nem sempre enquadradas por instituições, associações, sin-

⁵ Luísa Schmidt, «Entrevista a Maria Filomena Mónica por Luísa Schmidt», *Análise Social*, 200, 2011: 559.

História e Historiadores no ICS

dicatos e partidos. Esta foi talvez a linha de investigação que Maria Filomena Mónica interrompeu e à qual só muito lateralmente regressou nas décadas seguintes.

A partir de 1986 começava uma nova área de interesses, estudando então o patronato, as elites e algumas indústrias, como os tabacos. Em 1990 seria publicado *Os Grandes Patrões da Indústria Portuguesa* (que condensa um ensaio introdutório e 16 entrevistas) e, em 1992, *O Tabaco e o Poder: 100 Anos da Companhia dos Tabacos de Portugal (Cotapo)*, acompanhando um movimento de crescente interesse pela História empresarial. A partir de 1993, Maria Filomena Mónica, fruto da sua colaboração na imprensa, iniciou também a edição em livro das suas crónicas e reportagens (por exemplo, *Visitas ao Poder*, Quetzal, 1993). Na segunda metade da década de 1990 dedica-se à História política, à biografia histórica, e aprofunda o seu interesse sobre História das elites que já vinha desde 1991, da preparação do I Colóquio de História Social das Elites (Lisboa, Abril de 1991, organizado por um grupo de historiadores do ICS, entre os quais Nuno Gonçalo Monteiro e Fátima Bonifácio).

Entre Outubro de 1995 e 2004 dirigiu os três volumes do *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, coordenando uma vasta equipa de investigadores e colaboradores, onde há a destacar o laborioso trabalho e o cuidado de revisão dos textos realizado pelo nosso amigo, infelizmente falecido, Fernando Moreira. O trabalho de levantamento dos debates e de distribuição, elaboração e recolha das cerca de 2600 biografias de pares e deputados foi enorme e feito num período muito curto. O *Dicionário Biográfico Parlamentar* é hoje um instrumento muito útil, mesmo indispensável. Contudo, infelizmente, não houve o mesmo avanço no tratamento prosopográfico dos parlamentares, nem este tipo de bases de dados esteve previsto no caderno de encargos da Assembleia da República. Aqui, Maria Filomena Mónica acompanhou o progressivo afastamento que boa parte da área da História política manifestou em relação aos grandes quadros quantitativos e ao uso das ferramentas informáticas. Estas, no ICS e na área da História, encontraram apenas um acolhimento entusiasta junto de António Manuel Hespanha e da sua equipa de jovens «modernistas». Em paralelo a autora foi procurando publicar correspondência, polémicas e textos esquecidos ou inéditos de que o primeiro exemplo foi *A Europa e Nós: Uma Polémica de 1853. Alexandre Herculano contra A. P. Lopes de Mendonça* (1996). Este interesse sobre o século XIX vinha de trás, pelo menos desde o colóquio pioneiro Portugal no Século XIX (1979), de que foi uma das organizadoras, juntamente com Maria de Lourdes Lima dos Santos, e prolongar-se-á noutras obras como a *Correspondência Entre D. Pedro V e Seu Tio, o Príncipe Alberto*

Maria Filomena Mónica

(2000), na qual aproveitará material já antes trabalhado por Ruben Andre- sen Leitão.⁶

Se o *Dicionário Biográfico Parlamentar* revela a persistência e a capacidade de coordenação, o seu livro sobre *Fontes Pereira de Melo* (1999) anuncia a adesão plena à biografia e a um determinado modelo de História política, acompanhando outros historiadores com iguais afinidades, como Maria de Fátima Bonifácio.⁷ A obra teve quatro edições até 2009 e nela a autora procurou provar que Fontes tinha sido menosprezado pelos seus contemporâneos e por boa parte da historiografia posterior e que a sua obra não se resumira às políticas de fomento e aos caminhos-de-ferro. Segundo Maria Filomena Mónica, Fontes Pereira de Melo fora, igualmente, um político hábil e um dos obreiros dos anos de relativo consenso e prosperidade da chamada Regeneração. Tentava assim recuperar o homem e as suas acções e ultrapassar a imagem caricatural que dele construíram os intelectuais seus contemporâneos, como Oliveira Martins, que o acusou de não ter uma ideia própria e de estar sempre prenhe de um prosaísmo verboso. Em 2005, a autora regressa a este período do século XIX com a biografia de D. Pedro V, um rei culto e pessimista, que desconfiava dos homens e dos políticos, acreditando, contudo, em formas prudentes de reformismo e nos chamados «melhoramentos materiais», uma obra que, até 2014, somou seis edições e reimpressões.

O seu interesse pela biografia, pelos perfis psicológicos e pelos actores e enredos políticos consolidou-se numa forma de abordagem também distinta, muito influenciada, tal como os trabalhos de Maria de Fátima Bonifácio, de Rui Ramos e de José Miguel Sardica, pelos textos de Gertrud Himmelfarb que defende que a História deve ser apenas a «narrativa de acontecimentos políticos segundo estão registados nos documentos». A reivindicação do primado do político, da importância do acontecimento e da narrativa coloca-se contra relativismos vários, contra as interpretações de pendor mais sociológico e antropológico e contra o uso sistemático de grandes quadros quantitativos, estabelecendo a História narrativa como a forma natural e enraizada no tempo de praticar a dis-

⁶ Em 2004 fará nova incursão nas cartas e papéis pessoais das elites com a edição de *Isabel, Condessa de Rio Maior: Correspondência para os Seus Filhos, 1852-1865*, para a qual fez a organização, um estudo biográfico e as respectivas notas.

⁷ Mais tarde publicará a colectânea de artigos académicos e de imprensa intitulada *Vidas. Biografias, Perfis e Encontros* (2010), na qual, de forma consciente, procura misturar a produção académica e a produção jornalística de modo a «demolir heróis, esquadriñar as suas vidas, desvendar os seus sentimentos», procurando assim dar uma maior visibilidade ao género biográfico no espaço editorial nacional.

História e Historiadores no ICS

ciplina. Esta predilecção foi também muito marcada pela obra do historiador e polemista britânico A. J. P. Taylor, uma das grandes referências intelectuais e estilísticas da geração que agrega Vasco Pulido Valente, Maria Filomena Mónica e Maria de Fátima Bonifácio, dando mote ao tom assertivo, polémico, argumentativo e intencionalmente divergente de muitos dos textos deste grupo de historiadores. Desde meados da década de 1990 que este modelo de História se consolidou junto daqueles que destacam os acontecimentos, os enredos políticos, o papel dos indivíduos, o carácter e mesmo o papel dos homens e das mulheres excepcionais, tendo tido igualmente uma crescente expressão no mercado editorial. Contudo, o campo historiográfico manteve a sua pluralidade. Outros historiadores continuaram mais interessados no estudo de grupos sociais, de práticas e de condições materiais, assistindo-se também, mais recentemente, a uma crescente atenção sobre aquilo que no mundo anglo-saxónico se denomina *Big Data*. Infelizmente, a repercussão e o debate em torno das teorias pós-coloniais e dos estudos de género têm sido escassos entre a historiografia portuguesa, áreas que a autora encara com grande desconfiança.

O percurso de progressiva aproximação ao singular e ao literário de Maria Filomena Mónica estava, contudo, a ser também acompanhado, desde 1997, por uma tentativa de releitura da vida e obra de Eça de Queirós, cuja biografia viria a publicar, com grande sucesso editorial, em 2000 (até 2009 foram lançadas cinco edições, a última delas revista e aumentada). Em 2007 fará outra incursão junto do mundo dos escritores e da literatura com a publicação de *Cesário Verde: Um Génio Ignorado*, embora este livro não tenha tido idêntico êxito junto dos leitores. Tal como a biografia de Eça de Queirós a obra não agradará aos académicos da área da crítica e dos estudos literários, que continuaram a encarar Maria Filomena Mónica como uma intrusa não suficientemente erudita, inovadora e dotada dos mesmo códigos de leitura e interpretação, não sendo por isso apta para se aproximar do clube restrito dos cultores da exegese queirosiana. Eça de Queirós e a Geração de 70 permanecerão entre as grandes referências da autora e o século XIX uma das suas épocas de eleição, um tempo onde o folhetim, a crónica e mesmo o panfleto assumiam uma enorme importância nos meios intelectuais, quer como fonte de rendimento, quer como mecanismo de consagração e de visibilidade. Sendo ela própria aficionada pelo género, tentará dar um novo fôlego aos textos jornalísticos e às crónicas de Eça editando, em 2003, *Eça de Queirós, Jornalista*, antologia para a qual elaborou a introdução, pesquisa e selecção de textos e que ambicionava aproximar o escritor e a sua obra dos leitores

Maria Filomena Mónica

comuns, recuperando e dando uma nova roupagem a textos esquecidos pela voragem editorial. Em 2004 fará a reedição do texto original de *As Farpas* de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, publicadas com um estudo introdutório e notas, tabela onomástica e glossário da responsabilidade de Maria José Marinho, tendo alcançado quatro edições até 2013. O seu afecto, e também fascínio, pela imprensa e pelo jornalismo fizeram com que alertasse, inúmeras vezes, para o mau estado de conservação das colecções de periódicos das grandes bibliotecas portuguesas e para a necessidade de proceder a acções específicas destinadas à sua preservação. As suas continuadas advertências, nunca seguidas pelos seus colegas historiadores ou por associações desta área do conhecimento, não tiveram, infelizmente, grande eco. Nem levantaram um debate em torno da urgência e dos meios a usar para recuperar, preservar e divulgar esta parte fundamental da nossa memória colectiva e da nossa História do espaço público e da sociedade civil. Na verdade, a cada dia que passa, ela desaparece entre o silêncio e a gestão corrente de recursos sempre mais minúsculos ainda concedidos a bibliotecas e arquivos.

As críticas que sofreu por parte de inúmeros especialistas queirosianos nunca demoveram Maria Filomena Mónica a avançar nesta área, tentando na sua abordagem uma fusão entre a leitura de sentimentos, a História e a análise da narrativa literária. Responderia aos críticos responsabilizando-os por terem colocado Eça de Queirós numa redoma inacessível ao público e por terem erigido em torno da interpretação da sua obra uma muralha desnecessária de jargão académico. Estes, sem nunca o dizerem claramente, acharam-na uma divulgadora, desrespeitadora de regras e de precedências, alegações que nunca incomodaram Maria Filomena Mónica. O diferendo não seria resolvido, apesar dos vários artigos críticos, por exemplo, nas páginas do *Jornal de Letras*, saídos logo em 2001.

A autora assumiu-se, desde cedo, como liberal e individualista e reivindicou para o seu trabalho uma clara marca autoral. O investimento inteligente na imagem pessoal e na visibilidade, a vocação e a crença numa voz própria marcaram também a sua participação no espaço público e em sucessivas «guerras culturais», para tomar de empréstimo a velha expressão de origem bismarquiiana. No entanto, nunca deixou de colaborar com outras pessoas. Coordenou, como já referi, obras como o *Dicionário Biográfico Parlamentar* (2004-2006), na qual interveio uma equipa de mais de 60 historiadores de várias idades e proveniências académicas e dirigiu e trabalhou com outros investigadores na elaboração de antologias, na publicação de colectâneas ou na reedição de textos, como sucedeu com Maria José Marinho na reedição do texto original de

História e Historiadores no ICS

As Farpas de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, em 2004, ou com o autor destas linhas na edição de parcelas do vasto espólio da família Dabney, em 2008-2009 e 2012-2013. E como é trabalhar com Maria Filomena Mónica, perguntaram alguns? É muito fácil e simples. A autora sabe bem o que quer, procede por simplificação, persegue poucas linhas argumentativas de cada vez e quase sempre tem já uma estrutura do discurso relativamente montada. O resto é discussão e organização cuidadosa do trabalho, sobrando ainda tempo para conversar e rir de quase tudo.

Apesar das suas queixas em relação à burocracia e à sua alegada falta de jeito para lidar com assuntos administrativos e com o pequeno poder, foi membro do Senado da Universidade de Lisboa, na década de 1980, membro eleito do Conselho Científico do ICS e presidente do Conselho Directivo do mesmo instituto (1990-1992), logo após a partida do fundador Adérito Sedas Nunes, falecido em 1991, e que havia dirigido primeiro o GIS (1962-1982) e depois o ICS desde a sua criação (1982-1990).

Maria Filomena Mónica descreve-se sempre como uma «estrangeirada», imbuída pelo espírito pragmático, individualista e moderadamente reformista da academia britânica. Este olhar exterior em relação ao país e à sociedade, bem como as críticas ao provincianismo nacional, marcarão aliás parte da sua geração e parte dos seus colegas do ICS, seja pela experiência do exílio, seja pelo facto de terem feito o ciclo final dos seus estudos fora do país, seja ainda por questões de delimitação do campo intelectual nacional e das lutas entre protagonistas, instituições e redes pela hegemonia e pela preponderância dos discursos. Esta relação complexa com Portugal e os Portugueses, que muitos vêem como sobranceira, tem sido uma das críticas mais constantes feitas a Maria Filomena Mónica. Infelizmente, os epítetos de provincianos e as acusações de provincianismo são devolvidas entre os dois lados em confronto como se se tratasse de um jogo de espelhos constante, onde as imagens nem sempre são nítidas e reais. A edição da primeira parte da sua autobiografia, intitulada *Bilhete de Identidade* (2005), veio desencadear novamente a polémica e alguma irritação. O texto foi também alvo de algum escândalo, só compreensível junto de pessoas que acham que o amor, o sexo e o casamento são coisas simples, organizadas dentro dos códigos de instituições como a Igreja Católica, o Estado e a Família, seguindo tradições machistas e patriarcais que negam a possibilidade de desejo e de liberdade. As descrições de Maria Filomena Mónica, sinceras e desarmantes na óptica de alguém mais jovem e de outra geração, foram lidas por estas mentes castradoras, e castradas, quase como ofensivas ou como uma aproximação inconveniente e quase libertina. O diácono Remédios, per-

Maria Filomena Mónica

sonagem já antiga de Herman José, anda mesmo por aí e não apenas nas reuniões do *Comunhão e Libertação*.

Maria Filomena Mónica não é, contudo, uma sentimental. Talvez por isso algumas apreciações que faz às gerações mais jovens pequenas, a meu ver, por severidade e algum desconhecimento, sobretudo quando vindas de uma geração que conseguiu situações de privilégio, liberdade e segurança irrepetíveis no mercado de trabalho e no mercado académico. Entre os mais jovens há quem a critique por defender uma academia fechada e elitista, trabalhando depois, sobretudo, para o grande público e para os jornais. Contudo, para a autora o trabalho só pode ser feito em liberdade. Os académicos têm de ter independência para serem ousados e não devem escrever apenas para eles próprios. A academia deve ser um espaço circunscrito, mas a sua produção deve prolongar-se para fora das universidades e dos centros de investigação. Estas alegações são virtuosas, mas esquecem uma nova realidade que ultrapassa a massificação dos diplomas e que é moldada por um paradigma instalado que insiste em formas de produtividade académica de contornos tayloristas, na bibliometria, na necessidade de fazer escolhas entre assuntos com mais ou menos mercado e visibilidade, na pressão em escrever textos mais curtos, em reciclar trabalho, em disseminá-lo em várias plataformas e em publicar em revistas internacionais, normalmente em língua inglesa, com circuitos de selecção demorados e sistemas de avaliação por pares.

Maria Filomena Mónica afirmou várias vezes não ter feito para orientar alunos e investigadores juniores. Neste caso, temos mais uma das nossas discordâncias joviais. A única dissertação de mestrado que orientou no ICS é um excelente trabalho, ainda para mais numa área que não corresponde às suas principais linhas de interesse.⁸ A tolerância, a liberdade, a ousadia e a singularidade são características que compõem os bons professores e os bons orientadores. Mas se deixou poucos alunos, se nunca quis discípulos ou formar uma escola, o facto é que o sistema de ensino e os debates em torno da Escola Pública permaneceram no centro da sua intervenção intelectual, tendo dado origem a pelo menos seis livros (entre monografias, antologias e recolhas), que provocaram polémica e opiniões desencontradas, os últimos dos quais publicados em 2014.⁹

⁸ Vanda Gotjão, *Mulheres em Tempos Sombrios: Oposição Feminina ao Estado Novo*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

⁹ *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar 1926-1939* (1978), *As Escolas e as Classes Sociais (antologia)* (1981), *Os Filhos de Rousseau. Ensaios sobre os Exames* (1997), *Vale a Pena Mandar os Filhos à Escola?* (2008), *A Sala de Aula* (2014) e *Diários de uma Sala de Aula*, org. (2014).

História e Historiadores no ICS

Para o final deixo aquele que considero o trabalho mais exemplificativo, e mais bem conseguido, do citado percurso de progressiva aproximação ao singular, ao individual e ao literário que penso que caracteriza a obra de Maria Filomena Mónica. Os projectos têm muitas vezes uma gestação lenta. Em 1988 a autora cruzou-se pela primeira vez com a figura invulgar do *gentleman farmer* açoriano José do Canto (1820-1898), alguém que fora simultaneamente um erudito e um coleccionador de obras raras, um amante da agricultura, da botânica e um construtor de jardins, um participante empenhado no fomento material da sua ilha, um «vitoriano» e um moderno, um fidalgo empenhado nos negócios, e alguém que ancorado na periferia manteve um percurso de vida cosmopolita, aberto à inovação e ao mundo. Ao longo da década de 1990 Maria Filomena Mónica aprofundou este interesse, tendo já no início da década de 2000 feito a leitura e a transcrição de parte da vasta correspondência que alicerça a obra, vindo o livro *Os Cantos. A Tragédia de uma Família Açoriana* a ser publicado em 2010. Fidalgo e bem-nascido, alguém que raramente esquecia o seu lugar de classe, José do Canto viveu em Paris, viajou, ajudou a construir o porto de Ponta Delgada, planeou palácios, plantou jardins, florestou encostas, multiplicou a sua fortuna e a da sua mulher a quem construiu um enorme mausoléu neogótico nas margens da lagoa das Furnas. Foi também um estóico que se sentia bem em «ler um bom livro e podar umas árvores ou semear umas couves», mantendo-se moderadamente céptico, tanto marcado pela recuperação romântica das velhas virtudes romanas, como por uma instrospecção e uma *sagesse* quase montaignianas. O percurso deste homem singular e patricio, e da sua família, permitiu a Maria Filomena Mónica escrever as mais de 400 páginas de uma obra coral, onde manifesta grande cuidado com o enredo e a narrativa, e onde recupera, através de uma personagem, várias gerações, vozes, espaços geográficos, traçando um interessante retrato da sociedade e dos sentimentos não só de José do Canto, mas do seu tempo e daqueles que o rodeavam. Nela utilizou um vasto conjunto de fontes, abrangendo documentos pessoais, correspondência, diários, papéis familiares, textos históricos e imprensa. Este espécie de saga, em registo quase polifónico, construída em torno da improbabilidade da felicidade e de um pessimismo ontológico que marca Maria Filomena Mónica, retrata os projectos e as intenções, bem como os sucessivos insucessos, desilusões e sentimentos de um homem singular, exigente e obsessivo, abrangendo a sua participação na política e nos negócios, mas também a sua vida familiar, o seu casamento, o amor que sempre manifestou pela mulher e os planos e expectativas que tentou, sem êxito, estabelecer para os seus

Maria Filomena Mónica

filhos. Penso que um livro com estas características, que procura trabalhar um denso enredo para-literário, é o corolário natural do percurso da autora.¹⁰

A marca que Maria Filomena Mónica deixa na produção académica é, portanto, esta persistência num regresso ao singular, à liberdade criativa, ao literário e à comunicação com públicos mais vastos. Ao fim de décadas de depuração e decantação, a busca de uma linguagem mais acessível e de formas menos codificadas de narrativa histórica associa-se ainda à exploração do papel dos indivíduos na História, bem exposto na sua produção de biografias ou no trabalho com espólios epistolares e outros documentos pessoais. Talvez por isso *Os Cantos. A Tragédia de uma Família Açoriana* (2010) seja, para mim, a obra que melhor condensa esta tentativa de síntese entre a História, o indivíduo, os constrangimentos sociais e o imponderável peso das estruturas sociais, das famílias, da educação, dos costumes e mesmo da psicologia pessoal. É a minha obra favorita e a mais arriscada. E suspeito que, neste caso, Maria Filomena Mónica concorda comigo.

¹⁰ Como a editora não procedeu ao depósito legal desta obra (e das suas prováveis reedições) não pude verificar qual o seu impacto junto dos leitores. Infelizmente, o incumprimento desta obrigação legal é relativamente comum quer entre editoras, quer entre instituições públicas. A Biblioteca Nacional de Portugal, por seu lado, alega não ter meios e deparar-se com uma legislação desactualizada.



Cristina Nogueira da Silva

Capítulo 10

Valentim Alexandre. À procura das *Origens do Colonialismo Português Moderno*

A obra sobre a qual vou escrever foi e continua a ser absolutamente marcante para a história da historiografia sobre o império português nos séculos XIX e XX. A análise que vou fazer desta obra é naturalmente selectiva, não dá conta de tudo o que um leitor pode aprender com ela. Desde logo porque me vou basear, fundamentalmente, na leitura de apenas quatro dos muitos textos que o seu autor escreveu. Foram eles os dois livros que ele próprio considera serem centrais, a sua tese de doutoramento, sobre o império luso-brasileiro (*Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*), e um outro, sobre o império africano, publicado na mais recente *História da Expansão Portuguesa*.¹ A estes juntei um livro no qual recolhi alguns elementos autobiográficos² e um outro, mais antigo, mas que o público em geral considera matricial, *Origens do Colonialismo Português Moderno*.³

Para além destes trabalhos, Valentim Alexandre publicou seis livros (entre os quais um valioso roteiro anotado de um conjunto amplo de debates parlamentares sobre a «questão colonial» no século XIX),⁴ além de cerca de 50 outros textos, sob a forma de capítulos de livros, artigos

¹ Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto, Afrontamento, 1993; Valentim Alexandre, «Ruptura e Estruturação de um Novo Império» e «Configurações Políticas», in *História da Expansão Portuguesa*, eds. F. Bethencourt e K. Chaudhuri. Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, 10-211.

² António Barreto, Ana Benavente, Eurico Figueiredo, José Medeiros Ferreira, Valentim Alexandre, *Pátria Utópica. O Grupo de Genebra Revisitado*. Lisboa, Editorial Bizâncio, 2011.

³ Valentim Alexandre, *Origens do Colonialismo Português Moderno*. Lisboa, Sá da Costa, 1979.

⁴ Valentim Alexandre, *A Questão Colonial no Parlamento – Vol. I, 1821-1910*. Lisboa, Assembleia da República e Publicações Dom Quixote, 2008, que inclui um CD-Rom contendo a selecção de debates.

História e Historiadores no ICS

em revistas, textos em actas de colóquio, entradas em dicionários e resenhas. Alguns destes textos também serão aqui referidos.⁵

A minha exposição vai organizar-se em quatro partes fundamentais. Numa primeira, muito breve, farei algumas referências de natureza biográfica, por serem importantes para se compreender a relação da obra com circunstâncias da vida do seu autor. A seguir, procurarei desvendar alguns sentidos dessa obra e visitar os seus temas mais importantes. Numa terceira parte tentarei reconstituir os pressupostos teóricos e metodológicos que se assumem ou estão presentes nos vários textos e também alguma coisa sobre o modo como neles se escreve a história do império português. No fim, porque o objecto do texto é o trabalho de um historiador que continua a investigar e a publicar, farei algumas considerações, também breves, sobre as investigações que desenvolve actualmente.

À procura das *Origens do Colonialismo Português Moderno*

A obra de Valentim Alexandre está ligada a um momento marcante da vida do seu autor, o da sua participação na «fase final do *derradeiro* império colonial português».⁶ Essa participação concretizou-se num acontecimento que não era provável, pois na altura em que foi mobilizado para o então Ultramar português (mais concretamente, para a Guiné), em 1970, nenhum «especialista em Direito» o tinha sido, como ele próprio sublinhou.⁷ Alexandre já tinha terminado uma licenciatura em Direito, na Universidade de Coimbra (1967), com a média final de curso, nada comum, de 18 valores. Em circunstâncias normais teria iniciado aí a sua carreira académica em Direito. Acontece que aquelas não eram, pelo menos se se olhar para elas a partir da actual normalidade democrática, as circunstâncias da época, pois vivia-se em Portugal sob o «céu de chumbo» de uma ditadura que insistia em manter um império colonial em tempos de descolonização. Por este e por outros motivos, desde o início dos anos 60 que Valentim Alexandre participava na luta estudantil contra o regime de Salazar. Tinha aderido, em 1962, altura em que frequentava o 3.º ano da Faculdade de Direito de Lisboa, a uma

⁵ Identificação feita com base nas publicações referidas em <http://www.ics.ul.pt/instituto/?ln=p&pid=67&mm=5&ctmid=2&mnid=1&doc=31809901190&sec=5> (10 de Maio de 2016).

⁶ Alexandre, *Os Sentidos do Império...*, 15.

⁷ Alexandre, *Pátria Utópica...*, 111.

Valentim Alexandre

greve de fome motivada pela proibição do Dia do Estudante e pela repressão a ela associada, o que lhe valeu a expulsão da Universidade por três anos e a conseqüente transferência para a Universidade de Coimbra. Sentiu este «regresso à província» (pois nascera em Viseu) como «um exílio»,⁸ mas prolongou ali o seu passado de militância no Partido Comunista e de luta anticolonialista. Assim, foi sem ilusões que, finalizado o curso, aceitou o convite para ingressar na Faculdade como assistente, o que seria o primeiro passo daquela carreira. Sabia «[...] que a informação da PIDE seria um obstáculo insuperável, como de facto veio a verificar-se»⁹. Mas não podia imaginar que viria a ser mobilizado para uma guerra colonial cuja legitimidade havia muito contestava e contra a qual já distribuía muitos panfletos. Ele próprio testemunhou o seu particular distanciamento relativamente à dimensão nacionalista e imperialista do Estado Novo:

O anticolonialismo tinha em mim raízes já longínquas: nunca fui tocado pela retórica do nacionalismo imperial, tão difundido nas elites portuguesas – talvez porque, no meu espírito, ele se identificava com a ideologia do Estado Novo, o que por si mesmo o desqualificava!¹⁰

Foi neste contexto que Valentim Alexandre iniciou a procura de uma explicação racional para o que considerava ser um elemento de irracionalidade quase colectiva, a relutância do Estado e de boa parte das elites políticas do país em enfrentar a descolonização, prolongando, com isso, uma guerra na qual ele sentiu que se encontrava «no lado errado» («[...] no lado daqueles que em Portugal sempre considerara como opressores, e com quem agora me via obrigado a conviver»)¹¹. Uma guerra que tinha condicionado o seu destino individual e o da sua geração. Foi essa inquietação, unida a uma convicção antiga sobre as potencialidades explicativas da História, que o conduziu à história do colonialismo português. Esta seria um dos projectos da sua vida, pois a sua investigação mais recente estava já no ADN dos primeiros textos que escreveu sobre aquele tema.

O sentimento de que a investigação em áreas não-jurídicas era uma *direcção possível* da sua vida também era antigo, como a certa altura pude saber. Além de que, no seu percurso escolar, já tinha tido pelo menos

⁸ Alexandre, *Pátria Utópica...*, 98.

⁹ Alexandre, *Pátria Utópica...*, 107.

¹⁰ Alexandre, *Pátria Utópica...*, 101.

¹¹ Alexandre, *Pátria Utópica...*, 115.

História e Historiadores no ICS

um bom encontro com a História. Esse encontro ocorreu quando, no 6.º ano, se deixou fascinar pela leitura da *Histoire de la Civilisation en France*, de François Guizot, embora «[...] não ao ponto de mudar da alínea e), que conduziria ao curso de Direito, para a de História (pela simples razão de recusar inteiramente a ideia de vir a ser professor do ensino secundário)».¹² Outras circunstâncias ditaram essa mudança de rumo.

O primeiro passo da carreira de investigação de Valentim Alexandre foi dado quando, depois de, como desde sempre planeava, desertar da guerra (onde acabou por ficar durante cerca de um ano, após uma primeira tentativa de deserção, ainda antes de partir para a Guiné), e já no exílio, apresentou, nos inícios dos anos 70, ao Institut Universitaire de Hautes Études Internationales de Genebra, um projecto para pesquisar o império português do último quartel do século XIX, com o qual pretendia doutorar-se.¹³

Regressado a Portugal, onde acabaria por ingressar como assistente no ISCTE (1975-1990), percebeu, pela investigação que fez nos arquivos, que era preciso recuar no tempo, se queria encontrar respostas consistentes para o problema que pretendia resolver. Esse recuo cronológico conduziu-o até ao projecto africano da primeira metade do século XIX. Pois, diz-nos ainda na Introdução a *Os Sentidos do Império*, ao contrário do que até aí se pensava, o «surto colonizador português de finais do século XIX» era «[...] o coroar de um esforço para manter e reforçar a soberania de Portugal nos territórios africanos, levado a cabo nas décadas anteriores, face a inúmeras resistências e dificuldades».¹⁴ Valentim Alexandre não quis analisar a parte final de um processo cuja primeira parte desconhecia e era então desconhecida, em boa medida, por motivos ideológicos, que dificultavam quer a investigação da história do Império nesse período, quer a sua interpretação historiográfica.

Desta opção resultou a publicação de *Origens do Colonialismo Português Moderno*, um livro que mudou a visão que até então se tinha sobre o império português do século XIX. Este trabalho matricial surgiu numa altura em que a historiografia portuguesa, fortemente penalizada pelo regime de Salazar, estava a consolidar-se, mas em que os reflexos desse processo eram ainda pouco visíveis. Essa fragilidade manifestava-se sobretudo no respeitante aos estudos sobre o Império, como Valentim Alexandre pôde demonstrar estatisticamente quando, nos finais dos

¹² Alexandre, *Pátria Utópica...*, 90.

¹³ Alexandre, *Pátria Utópica...*, 111-112.

¹⁴ Alexandre, *Os Sentidos do Império...*, 16.

Valentim Alexandre

anos 90 elaborou, para a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, um *Perfil da Investigação Científica em Portugal* na área da História, a partir de informação que remontava ao início dos anos 70, na altura facultada pelo então Observatório das Ciências e das Tecnologias.¹⁵ Neste contexto, aquele primeiro livro teve uma influência decisiva na geração de historiadores que se estava então a formar e nas que se seguiram. Não somente pelos conhecimentos novos sobre um período pouco conhecido, mas também porque Alexandre identificou ali, de modo sistemático, os mitos («[...] modo de apreender a realidade no seu todo, de a pensar e de a sentir, integrando factores económicos e não económicos e, em qualquer deles, tanto os aspectos racionais como os irracionais»)¹⁶ que até então tinham contaminado a historiografia do Império. Foi em diálogo com estes mitos, desconstruindo-os e reconstruindo os contextos em que eles emergiram e reemergiram, mostrando o que se ocultava por detrás do que narravam, que compôs a sua história do «colonialismo português moderno».

Os mitos do colonialismo português

O papel pioneiro de Portugal na abolição da escravidão – pretensão ao serviço da imagem de um colonialismo português «sem mácula» – foi um dos mitos que Valentim Alexandre investigou. Neste, como em outros objectos, a tarefa de desconstrução foi acompanhada pela produção de conhecimentos novos, pois o tema da escravidão e do tráfico de escravos teve uma centralidade absoluta no conjunto das suas publicações. Além de ser um tema sempre presente nos seus textos sobre o império português no século XIX, foi também o tema específico da sua tese complementar ao doutoramento, que defendeu na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 1988 [*Portugal e a Abolição do Tráfico de Escravos (1822-1851)*]. Foi ainda um tema de vários artigos seus publicados nas revistas *Análise Social* e *Penélope*, destacando-se entre estes os que foram escritos na polémica que manteve com o historiador João Pedro Marques, acerca da natureza do

¹⁵ Valentim Alexandre, *Perfil da Investigação Científica em Portugal – História*. Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999, 7-26.

¹⁶ Valentim Alexandre, «A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)», *Penélope*, 15, 1995: 40.

História e Historiadores no ICS

abolicionismo português e da sua articulação com o projecto colonial no século XIX.¹⁷

Além de propor uma datação errada ou equivocada, o mito do pioneirismo português omitia a natureza lenta, muito lenta, da abolição efectiva do tráfico e da escravatura, bem como as resistências com que se confrontaram os que quiseram concretizá-las, para mais facilmente «modernizar» o colonialismo em África. Por esse motivo, todos estes aspectos foram objecto privilegiado de estudo em *Origens do Colonialismo Português Moderno* e, depois, com bastante mais profundidade, nos capítulos que redigiu na *História da Expansão Portuguesa*, organizada por Francisco Bethencourt e K. Chaudhuri.¹⁸

A espoliação de um «grande império africano» na época da partilha e da política externa a ela associada nos finais do século XIX foi outro mito sobre o qual Valentim Alexandre reflectiu. O conhecido «mapa cor-de-rosa», diz-nos a esse propósito, não passava de uma representação retórica à qual não correspondia uma realidade territorial extensa ou contínua. Esse território do império português existia, mas na imaginação ou na argumentação estratégica da política externa portuguesa, pois, no século XIX, o domínio colonial directo em África exercia-se apenas em «alguns pontos costeiros».¹⁹ Partindo desta constatação, Alexandre explicou que, ao contrário do que se afirmou, no momento e posteriormente, os territórios que couberam a Portugal na sequência do *Ultimato* incluíam não somente espaços ainda não ocupados pelos portugueses, como até espaços que não tinham sido reivindicados. Aquele mapa, o imaginário que lhe esteve associado, explicou ainda Valentim Alexandre, obscureceu durante muito tempo um facto central, hoje bem conhecido, *o da formação do moderno império colonial português apenas na viragem para o século XX.*

Um outro mito, que Alexandre articulou com o anterior, foi o da «vocaçào imperial dos portugueses», bem como, associado a este, o da relação especial dos portugueses com os povos nativos dos territórios ultramarinos. Na *História da Expansão Portuguesa*, como também em artigos publicados em várias revistas científicas, identificou com detalhe o con-

¹⁷ João Pedro Marques, «Uma revisão crítica das teorias sobre a abolição do tráfico de escravos português», *Penélope*, 14, 1994; Valentim Alexandre, «Projecto colonial e abolicionismo», *Penélope*, 14, 1994; Valentim Alexandre, «'Crimes and misunderstandings'. Réplica a João Pedro Marques (debate sobre o abolicionismo)», *Penélope*, 15, 1995; João Pedro Marques, «Avaliar as provas. Resposta a Valentim Alexandre (debate sobre o abolicionismo)», *Penélope*, 15, 1995.

¹⁸ Alexandre, «Ruptura e Estruturação...».

¹⁹ Alexandre, *Origens do Colonialismo...*, 27.

Valentim Alexandre

texto (de nacionalismo radicalmente imperial, de emergência do «populismo imperial») em que estes dois últimos mitos se formaram e consolidaram. Contou também a sua história, relacionando-os: as ideias do «carácter sagrado dos territórios coloniais», da «vocação colonial do povo português» e de um «grande território espoliado» (sobretudo pela Grã-Bretanha) estiveram na origem do que designou como um sentimento de vitimização colectiva que, por sua vez, se articulou com aquela outra ideia, que viria a ganhar nova vida alguns anos mais tarde, da relação especial com o «indígena», «o nosso melhor aliado em África». ²⁰ Esta última percepção, que foi posteriormente enfraquecida pela intensificação crescente de noções racistas nos finais do século – noções cuja expressão mais acabada Valentim Alexandre analisou na obra de Oliveira Martins –, ressurgiu depois em vários contextos e sofreu diversas metamorfoses, tendo adquirido, já na fase final do Império, a sua versão lusotropicalista. Este foi um percurso que Valentim Alexandre reconstituiu em vários dos seus textos ²¹ e que foi depois desenvolvido, sob sua orientação, pelo trabalho de mestrado da historiadora Cláudia Castelo.

Todos estes mitos conviveram com um último, também persistente e articulado com os anteriores: o da ausência de rupturas na história do colonialismo português. Tratava-se, na retórica do *Estado Novo*, de um colonialismo conduzido, desde o seu início, na longínqua época dos descobrimentos, por uma «vocação imperial», a-histórica, dos portugueses. Logo em *Origens do Colonialismo Português Moderno* Alexandre explicou como, ao dissolver «[...] a especificidade do colonialismo português moderno numa continuidade multissecular», esta forma de contar a História e a respectiva ideologia omitiam «tudo o que respeita à génese da expansão colonial portuguesa em África no século XIX: as condições históricas concretas em que teve lugar, as motivações (económicas, políticas e ideológicas) a que correspondeu, os sectores sociais nela interessada». ²²

O que Alexandre se propôs fazer foi, precisamente, reconstituir as circunstâncias e as motivações que tinham sido ocultadas pela ideologia e

²⁰ Valentim Alexandre, «Configurações políticas...», in *História da Expansão...*, eds. F. Bethencourt e K. Chaudhuri, 126.

²¹ Valentim Alexandre, «O Império e a ideia de raça (séculos XIX e XX)», in *Novos Racismos – Perspectivas Comparativas*, ed. Jorge Vala. Oeiras, Celta Editora, 1999, 133-144; Valentim Alexandre, «Questão nacional e questão colonial em Oliveira Martins», *Análise Social*, XXXI (135), 1996, 183-201, sobretudo pp. 200-201; Valentim Alexandre, «A África no imaginário político português (séculos XIX e XX)», *Penélope*, 15, 1995, 39-52.

²² Alexandre, *Origens do Colonialismo...*, 10.

História e Historiadores no ICS

pelos seus mitos. Por isso, *é a esse trabalho que vou dedicar os próximos parágrafos*. Mas antes não deixarei de recordar que estes mitos, ainda que uns mais do que outros, continuam a actuar na memória colectiva, assim como nos textos de autores que publicam sobre os temas que lhes estão associados. No momento em que constatou este fenómeno, Alexandre identificou as suas causas, e destacou, entre as elas, a dificuldade com que os académicos se confrontam quando se trata de divulgar as aquisições da pesquisa científica junto do grande público, e nomeadamente quando estão em causa temas como o colonialismo, a escravatura ou o trabalho forçado imposto às populações nativas.²³ A produção historiográfica permaneceu e permanece muito circunscrita à academia, o que diminui o papel da História enquanto «forma de intervenção pública», inquietação que Alexandre manifestou em relação à sua própria obra.²⁴ Voltou a manifestar a mesma inquietação quando analisou, nos anos 90, o modelo de avaliação da investigação nas áreas da História e das Ciências Sociais. Nessa altura afirmou, a este propósito, que a aplicação à produção historiográfica de parâmetros de avaliação científica que valorizam principalmente a (necessária, como sublinhou) internacionalização e a publicação em revistas de referência especializadas e pouco acessíveis ao público em geral tinham subjacente um esquecimento: o de «[...] que a historiografia, para além da sua função científica de produção de conhecimentos, desempenha uma outra – a de contribuir para a formação da memória colectiva, a vários níveis (local, regional, nacional ou internacional) [...]».²⁵

Quando analisou os previsíveis efeitos perversos de uma avaliação da investigação em História orientada pelos parâmetros das «ciências duras» Valentim Alexandre propôs alternativas, que se mantêm em aberto na discussão pública. Por esse motivo, o *Perfil da Investigação Científica em Portugal* que redigiu nessa altura mantém-se actual. Há sinais, embora insuficientes, de um novo esforço para fazer chegar a investigação ao grande público, mas seria sem dúvida interessante pensar esta dimensão das funções da História nas discussões em curso sobre a avaliação da produção científica.

²³ Alexandre, «Traumas do Império. História, memória e identidade nacional», *Cadernos de Estudos Africanos*, 9-10, 2006, 41, onde manifesta o seu cepticismo relativamente ao desempenho, pelos historiadores, da função de «médicos da memória» na psicanálise colectiva.

²⁴ Alexandre, *Pátria Utópica...*, 290-291.

²⁵ Alexandre, *Perfil da Investigação...*, 20.

Valentim Alexandre

O projecto imperial oitocentista e suas (múltiplas) razões

Foi então à génese da expansão colonial portuguesa em África no século XIX, às suas condições históricas concretas, às suas motivações, tudo no plural, que Valentim Alexandre dedicou o seu primeiro livro e, alguns anos mais tarde, uma boa parte dos capítulos da *História da Expansão Portuguesa*, capítulos onde avançou muito em aspectos como o detalhe e a profundidade da análise, a afinação das diversas cronologias, a identificação dos protagonistas (Sá da Bandeira, Luciano Cordeiro, Andrade Corvo, Armindo Monteiro, entre muitos outros) e, finalmente, no tempo: ali estão os resultados de uma investigação que se estendeu cronologicamente até 1930.

Para prosseguir este objectivo, Alexandre descreveu e analisou o que considerou ser um projecto político cujas existências e condicionantes tinham sido deixados na sombra não somente pela ideologia mas também pelas obras científicas sobre a história colonial portuguesa do século XIX então disponíveis, das quais também se demarcou logo no início do seu percurso. Como então explicou, ao «insistirem no carácter anacrónico, pré-capitalista, da formação social portuguesa oitocentista»²⁶ como variável para explicar a ausência de um projecto colonial autónomo, aquelas obras – referia-se a às teses do «imperialismo não económico» desenvolvida por autores portugueses e estrangeiros que se tinham inspirado em Perry Anderson (*Le Portugal et la fin de L'ultra-colonialisme*, 1963) e em R. J. Hammond (*Portugal and Africa, 1815-1910*)²⁷ – coincidiam, nos seus equívocos e naquilo que omitiam, com a ideia oficial da «decadência» do Império até aos anos 70.²⁸ Foi também para demonstrar as insuficiências científicas daquela tese e explicar o que considerava que nela não era explicado que Valentim Alexandre se dedicou à análise detalhada da natureza e dos vários momentos daquele projecto. Demonstrou, para cada um dos espaços ultramarinos, a extrema vulnerabilidade da presença dos portugueses nas colónias africanas após a desagregação do Império luso-brasileiro. Identificou, em todas as suas vertentes, o «primeiro projecto

²⁶ Alexandre, *Origens do Colonialismo...*, 12.

²⁷ Alexandre, *Origens do Colonialismo...*, 12-21.

²⁸ O efeito de ocultação destas teses foi praticamente equiparado ao mesmo efeito produzido pela mitologia imperial em Valentim Alexandre, «Le colonialisme portugais – Réalité et mythe», in António Barreto, Carlos Almeida, José Medeiros Ferreira e Valentim Alexandre, *Suisse-Portugal, de l'Europe à l'Afrique*. Genebra, Éditions Cetim, 1973, 7-27.

História e Historiadores no ICS

de colonização coerente», surgido nos anos 30 com Sá da Bandeira.²⁹ Explicou o insucesso inicial desse projecto, relacionando-o com a fragilidade do capitalismo português mas, sobretudo, com a acção das resistências locais, que elencou com detalhe, e às quais conferiu um enorme potencial explicativo, como se sublinhará mais à frente. Valorizou também o momento de consolidação desse projecto, nos anos 50, quando o encerramento do principal mercado de mão-de-obra escrava, o Brasil, após a abolição do seu tráfico por lei brasileira de 4 de Setembro de 1850 e sua efectiva aplicação, o propiciou. Nesse momento, diz-nos, «parecia realizarem-se finalmente as condições da política colonial esboçada por Sá da Bandeira nos anos trinta: além do fim do tráfico para o Brasil, assiste-se ao aumento da produção e do comércio lícito e ao desenvolvimento dos laços com a metrópole». ³⁰ Foi portanto um momento crucial, o início do que veio a ser uma transição muito lenta, até aos anos 80, já anunciada em *Origens do Colonialismo Português Moderno*:

Longe de uma transformação global da economia angolana, a transição dos anos cinquenta-sessenta manifesta-se no aparecimento de novas tendências, concretizadas em formas de organização da actividade económica que coexistem com as anteriores. O tráfico sofre uma alteração qualitativa e cede gradualmente lugar à troca de mercadorias como actividade dominante, havendo no entanto «um longo período em que o tráfico negreiro e comércio legítimo coexistem»; «[...]mantém-se a importância do comércio longínquo para o interior da África, e o velho problema do seu desvio parcial para a zona do Congo. Apenas se criam focos, zonas limitadas, com uma dinâmica diferente: alguns pontos a litoral no Sul de Benguela, com o algodão; o Cazengo e S. Tomé [...], com o café; e a zona do Cuanza, onde, por iniciativa ainda de capitalistas de Luanda, se dá começo a uma navegação regular [...] e se faz um comércio relativamente importante de oleaginosas, centrado no Dondo.»³¹

A mesma conjuntura foi também analisada, com profusão de acontecimentos e de personagens, nas páginas da *História da Expansão Portuguesa* dedicadas a Angola e a todos os outros territórios. Nessas páginas Valentim Alexandre aprofundou alguns aspectos já trabalhados em textos anteriores e acrescentou muitos elementos novos, tais como o reapareci-

²⁹ Alexandre, *Origens do Colonialismo...*, 46.

³⁰ Alexandre, *Origens do Colonialismo...*, 49.

³¹ Alexandre, *Origens do Colonialismo...*, 54. A seguir acentua as diferenças entre Angola e Moçambique.

Valentim Alexandre

mento do Conselho Ultramarino nos anos 50, o interesse de Sá da Bandeira não somente em acabar com a escravatura nas colónias africanas como também em promover a colonização branca, a centralidade da Sociedade de Geografia, a partir de 1875, e suas iniciativas; como também as ideologias em confronto (nacionais, raciais) e os projectos contraditórios que estiveram no terreno, a transição da escravatura para o trabalho forçado, e, sobretudo, os processos que ocorreram em espaços diversos (o europeu, o africano, o asiático...) e o modo como esses espaços se articularam ou desarticularam. Ou, dizendo de outro modo, as suas conexões. Esta atenção aos diversos «palcos» (palavra usada por Alexandre) em que a história acontece e às suas articulações é, importa salientar, uma preocupação que voltaremos a encontrar em outras obras, nomeadamente em *Os Sentidos do Império*. Também aí o leitor é conduzido através dos diversos «palcos» onde as decisões foram tomadas, «palcos» que se vão sucedendo, como cenas de um filme em que se filma, ao mesmo tempo, mas em lugares diferentes: Lisboa, Rio de Janeiro, Londres, Madrid, Paris, Viena, Sampetersburgo. «Palcos» diferentes mas que se articulam, resultando desse funcionamento articulado um desfecho entre vários possíveis, como se verá mais à frente.³²

Além da geografia, também a cronologia foi, nos capítulos redigidos para a *História da Expansão Portuguesa*, muito mais trabalhada do que anteriormente, distinguindo-se conjunturas como as que separaram os avanços dos anos 50 de um certo retrocesso, nos anos 60 e os posteriores avanços, a partir da década de 70. Além disso, como já se referiu, Valentim Alexandre estendeu ali a investigação até ao *Estado Novo*, propondo-nos uma periodização que é auto-explicativa: «a lenta erosão do Antigo Regime (1851-1890)». «O ponto de viragem, as campanhas de ocupação (1890-1930)». Foi no interior desta duração que mostrou como, apesar de frágeis, os avanços verificados a partir da década de 50 explicam «o que *a posteriori* para uma historiografia de tipo teleológico pode parecer óbvio: que Portugal não tenha desaparecido da cena colonial na altura da partilha de África, nas últimas décadas do século, e tenha mesmo consolidado posições».³³

O «surto colonizador» de finais do século XIX não foi, como propunha a narrativa oficial, o resultado do «acordar» da «vocaçãõ colonial do povo

³² Embora *Os Sentidos do Império* sejam apenas parte de um projecto maior, Alexandre pretendeu traçar ali a «perspectiva global» de uma «unidade bem delimitada, com princípio, meio e fim», o processo de desagregação do Império luso-brasileiro. Alexandre, *Os Sentidos do Império...*, 18.

³³ Alexandre, *Origens do Colonialismo...*, 59.

História e Historiadores no ICS

português», estimulada pelos acontecimentos em torno da partilha de África. Pelo contrário, foi da articulação entre o económico, o político e o ideológico (que ganha força com o episódio do *Ultimato*, o qual cristaliza o nacionalismo imperial que se vinha desenvolvendo desde os anos 70, no contexto da «época da partilha» de África), que nasceram «[...] as condições para o esforço de ocupação militar e administrativa que caracterizará o período seguinte: as campanhas de África, as guerras contra os povos africanos [...] até aos anos '20, levando assim à formação de um novo, mas efêmero, Império colonial português».³⁴

O peso das resistências nas «periferias do Império»

Como já referi antes, um dos objectivos que nortearam a investigação inicial de Valentim Alexandre foi a rejeição das teses de Perry Anderson, R. J. Hammond, e dos autores que nelas se inspiraram.³⁵ A classificação do imperialismo português de Oitocentos como um «imperialismo de prestígio», sem base mercantil, industrial ou financeira, encerrava uma tese que colidia com o quadro reconstituído por Valentim Alexandre. Ao demonstrar que tinha havido, desde cedo, no século XIX, um projecto político e interesses económicos a ele associados, Alexandre invalidou quase todos os argumentos que sustentavam aquela tese e pôs de lado a hipótese de que a lentidão da «modernização do Império» pudesse ser explicada, em primeiro lugar, pela fragilidade do capitalismo português. Era errado, como ele reconheceu, sobrevalorizar o peso das relações coloniais na economia portuguesa. Mas era igualmente errado, como acrescentou, deduzir a ausência de projeto da insuficiência dos seus resultados. Era, portanto, necessário encontrar outra(s) explicação(ões) para aqueles fenómenos. Alexandre fê-lo alterando o lugar das variáveis explicativas. Deslocando-as da metrópole para os territórios africanos.

A necessidade de fazer uma história do colonialismo português *que integrasse também a perspectiva africana, levando em conta as iniciativas e resistências da sociedade colonizada e «a dinâmica interna própria da África negra»*, nomeadamente no que diz respeito à sua *agency* no tráfico negreiro – um tráfico baseado em redes de comércio que já existiam e que a procura

³⁴ Alexandre, *Origens do Colonialismo...*, p. 67, sublinhados nossos.

³⁵ Ver também, além das páginas já citadas de *Origens...*, Alexandre, «Projecto colonial e abolicionismo»..., 121, em parágrafos onde volta a salientar esta sua posição na contra-argumentação em resposta às críticas metodológicas que lhe foram feitas por de João Pedro Marques.

Valentim Alexandre

européia intensificou e alterou –, bem como as respostas que suscitou na «sociedade colonizadora», foi uma outra marca que Alexandre imprimiu à historiografia sobre o império português.³⁶ Uma vez mais, essa marca esteve presente desde o início, no livro *Origens do Colonialismo Português Moderno*. Já nessa altura a deslocação do olhar permitiu-lhe afirmar que o factor explicativo essencial (para a lentidão do processo de transição para um regime de comércio lícito, para a modernização do Império) estava, como em outras zonas de África, «[...] na resistência das estruturas cimentadas durante o regime que tinha por base a exploração de mão-de-obra escrava», e não na (efectiva) debilidade do capitalismo português: «[...] o principal obstáculo à exploração económica de África para Portugal e para qualquer das outras potências coloniais, sem excluir a Grã-Bretanha, estava na solidez das estruturas preexistentes, na vitalidade do tráfico de escravos, no poder dos negreiros – que resistiam à penetração externa, numa primeira fase opondo-se à transição para o comércio lícito, e num segundo momento procurando controlar essa transição a seu favor; e face às dificuldades, a burguesia mercantil portuguesa mais solidamente implantada – como a do Porto – manteve-se ligada aos mercados tradicionais, evitando a aventura africana [...]».³⁷

A importância concedida às «realidades vividas nas próprias colónias, que por larga parte escapavam às determinações da metrópole» reapareceu na *História da Expansão Portuguesa*. Depois de descrever a situação (social, económica, do ponto de vista da configuração dos poderes) na Angola do século XIX, as suas palavras são conclusivas, não somente no respeitante ao peso explicativo das resistências locais como a um outro elemento já aqui assinalado, o da fragilidade da presença portuguesa e a conseqüente incapacidade para combater aquelas resistências: «[...] neste contexto, o governo de Lisboa via-se obrigado a confiar nas estruturas de poder já existentes nas colónias, herdadas do Antigo Regime, – ou seja, dos tempos do sistema luso-brasileiro. Correspondiam essas estruturas a uma forma fluida de exercício da soberania, com cariz e peso diversos, consoante as zonas do território angolano», que a seguir descreve. No fim, conclui de forma esclarecedora:

Historicamente, estas estruturas estavam ligadas ao tráfico de escravos, de que viviam em grande parte. Era essa a sua função, no termo do Império luso-brasileiro, que dava a Angola o papel de fornecedor de mão-de-obra da colónia americana. Desfeito o Império – mas mantidas por largos anos as

³⁶ Alexandre, *Origens...*, 21-22.

³⁷ Alexandre, *Origens...*, 68.

História e Historiadores no ICS

relações da possessão angolana com o novo continente – não surpreende que resistissem à mudança, sobretudo no campo do escravismo e do trabalho forçado. Daí a impotência do poder central, que via frequentemente contra si voltados os instrumentos de acção de que julgava dispor em Angola. Por isso mesmo, dos projectos congeminados em Lisboa, só deixaram marcas os que não feriam os interesses locais [...].³⁸

As resistências locais à abolição do tráfico conjugaram-se, assim, com a fragilidade do império português, «um império perto da desagregação total, composto por partes desconexas entre si, com escassas ligações à metrópole, a qual, face à resistência dos poderes locais, nelas não exerce mais do que uma soberania meramente nominal».³⁹

É importante sublinhar a afirmação aqui explicitada, inédita, ou pelo menos rara, na historiografia portuguesa da época, de que o que se passava no império era determinado não somente pelo que se passava na metrópole (pela existência ou não de projectos, capitais, vontade de investir, etc.), mas também, e até sobretudo, pelos contextos locais. Ao chamar a atenção para esta ordem de factores, Alexandre aproximou a historiografia portuguesa de perspectivas que são hoje património metodológico de qualquer estudo sobre os impérios não orientado por visões eurocêntricas. Nestes estudos é consensual a ideia de que os impérios não foram sobretudo modelados pela vontade do «colonizador» ou pelas características das nações que colonizaram, assim como a de que tão-pouco os «colonizados» e as respectivas sociedades foram sujeitos passivos das acções desses impérios. Do mesmo modo, ao valorizar o papel desempenhado por grupos e sociedades locais, Alexandre aproximou-se, mesmo que de forma não-intencional, da perspectiva crítica do pós-colonialismo em relação à história clássica dos impérios.⁴⁰ A forte vertente de desconstrução das memórias do Império português, também logo no seu primeiro livro e em inúmeros outros escritos,⁴¹ foi outro

³⁸ Alexandre, «Configurações Políticas»..., 161. Neste mesmo texto traçou um quadro em tudo semelhante para Moçambique.

³⁹ Alexandre, «Crimes and misunderstandings'»..., 162-164. Esta resistência, bem como a incapacidade de a combater, mantiveram-se até ao fim da escravidão, em 1875, sendo que as mesmas determinantes ideológicas, sociológicas e económicas continuaram a actuar na transição para o trabalho forçado, como mostra com detalhe no vol. IV da *História da Expansão Portuguesa*.

⁴⁰ Valentim Alexandre, «A História e os estudos pós-coloniais», in *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*, eds. Manuel Villaverde, Karin Wall, Sofia Aboim e Filipe Carreira da Silva. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008, 693-707.

⁴¹ Alexandre, «Le colonialisme portugais...», 7-27; Valentim Alexandre, «A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)», *Penélope*, 15, 1995, 39-52, onde identifica

Valentim Alexandre

ponto de contacto entre ao trabalho de Valentim Alexandre e as propostas do pós-colonialismo, no qual a sua obra de modo nenhum se pode inscrever. Ainda assim, isso talvez explique a atitude de abertura metodológica com que, num artigo onde discutiu o tema do pós-colonialismo, nomeadamente na história do Império português, e depois de se posicionar no debate que opôs o campo da historiografia aos estudos pós-coloniais, tenha optado por se afastar do «caminho mais fácil – o de negar qualquer pertinência às teorizações pós-colonialistas, no seu todo[...]»:

Uma vez rebatido, nas formulações pós-modernas, o que há de claramente inaceitável, não custa reconhecer que o pós-colonialismo abriu novas perspectivas, fazendo evoluir uma historiografia imperial estagnada e desacreditada.⁴²

Acrescentou ainda que «é na «desconstrução» desta narrativa identitária que os estudos pós-coloniais podem ter um papel de relevo, pelas novas perspectivas que muitas vezes abrem e pelos novos temas que trazem à pesquisa».⁴³

Heranças históricas: o Império luso-brasileiro e a sua desagregação

O peso determinante das estruturas de poder já existentes nas colónias, herdadas dos tempos do sistema luso-brasileiro, na forma como se processaram as primeiras tentativas de substituir o «velho Brasil» por «novas Áfricas»⁴⁴ – peso de que se deu conta no decurso da «investigação concreta» –, acabou por determinar um novo recuo no tempo relativamente ao projecto de investigação inicial. Era preciso, diz-nos Valentim Alexandre, «avaliar o peso histórico da herança deixada pelo império luso-brasileiro e sua desagregação»⁴⁵ para compreender o que se passou depois.

mitos oitocentistas (como o «mito do Eldorado» e mito da «herança sagrada») e noventaenistas (como o lusotropicalismo), cujas função e metamorfoses nos discursos coloniais analisa; e Valentim Alexandre, «Traumas do Império. História, memória e identidade nacional», *Cadernos de Estudos Africanos*, 9-10, 2005-2006, 29-52.

⁴² Alexandre, «A História e os estudos pós-coloniais...», 702-3.

⁴³ Alexandre, «A História e os estudos pós-coloniais...», 705.

⁴⁴ Valentim Alexandre, *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Afrontamento, 2000, onde publica textos de grande interesse sobre estes temas mas também sobre as relações com o Brasil após a independência.

⁴⁵ Alexandre, *Os Sentidos do Império...*, 17.

História e Historiadores no ICS

Desta nova fase da sua investigação resultou a redacção do livro *Os Sentidos do Império*, um livro que reconstituiu historicamente, em várias dimensões, o momento da desagregação do Império luso-brasileiro. Esse momento passou a ser identificado como um começo, como o «momento genético do terceiro Império colonial português, centrado em África».⁴⁶ Para trás ficavam outros impérios, uma «sucessão de impérios»,⁴⁷ afirmação com a qual Alexandre rejeitou novamente a ideia de ter havido um só colonialismo português, exprimindo uma mesma «vocaçãõ imperial da nação» e uma mesma plasticidade na relação com outros povos, como contavam as mitologias criadas desde finais do século XIX.

Além das muitas questões (de história económica e financeira, diplomática, política, ideológica) que investigou nesta nova fase, de forma muito analítica e apoiada num conjunto amplo e muitíssimo variado de fontes primárias (balanças do comércio externo português, imprensa, legislação, relatórios, correspondência oficial e privada...), o livro que dela resultou, *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, encerra uma tese geral, que se pode subdividir em várias partes. A primeira delas é a de que neste momento primeiro a questão colonial se articulou (e passou a estar para sempre articulada) com o tema da identidade nacional. Depois, a de que o problema do Império, articulado com a questão nacional, foi central na explicação da revolução de 1820 e no seu desfecho. Finalmente, a de que este momento (a desagregação do Império, a revolução vintista) teve repercussões imensas no processo de formação de Portugal como nação, podendo ter mesmo sido um dos seus momentos também primeiros. Compreende-se, por isso, o grande impacto que este livro teve também junto da comunidade de historiadores brasileiros.

O Estado luso-brasileiro setecentista era, nas palavras de Valentim Alexandre, um Estado imperial. A centralidade nele ocupada por Portugal não era imposta pela «prevalência de valores nacionais»,⁴⁸ mas sim o «resultado de uma opção reversível», como comprovam os vários planos de transferência da Corte para Brasil.⁴⁹ Portugal era então «uma das partes» de uma Monarquia bastante mais extensa.

A situação mudou quando esta visão imperial entrou em colisão com interesses especificamente portugueses, situação cujo início Valentim Alexandre situou em 1803, com um ponto de viragem em 1807-1808 (ida

⁴⁶ Alexandre, *Os Sentidos do Império...*, 17.

⁴⁷ Alexandre, *Os Sentidos do Império...*, 17.

⁴⁸ Alexandre, *Os Sentidos do Império...*, 810.

⁴⁹ Alexandre, *Os Sentidos do Império...*, 810.

Valentim Alexandre

da Corte para o Brasil) e, sobretudo, a conversão do Brasil em Reino, em 1815. Tal mudança manifestou-se de forma particularmente viva quando, em 1814-1815, a resistência do conde da Barca e do governo do Rio de Janeiro às exigências inglesas relativamente à abolição do tráfico de escravos passaram a ter uma repercussão negativa directa na posição da metrópole face às negociações que decorriam no Congresso de Viena.⁵⁰ Esta contradição concretizou-se na atitude do duque de Palmela, que, enquanto plenipotenciário naquele Congresso, desenvolveu uma política de sentido contrário à do governo do Rio de Janeiro, numa tentativa de fazer prevalecer os «interesses da metrópole», mesmo que com sacrifício dos «interesses brasileiros».

Foi este o contexto da revolução de 1820, dele resultando a estreita relação daquele movimento com o problema do Império e da questão nacional com este articulada. A tese central de Valentim Alexandre é então a de que os revolucionários vintistas tentaram definir um regime das relações a estabelecer com o Brasil (tema central dos debates constituintes de 1820-1822) no qual a hegemonia da antiga metrópole no Império fosse restabelecida:

Esta forte componente nacionalista do liberalismo português, com raízes no período 1808-1810, dificultava a aceitação ou sequer a percepção do Brasil como entidade autónoma, distinta da antiga metrópole.⁵¹

A perspectiva maioritária nas primeiras Cortes constituintes foi a de que Portugal e Brasil faziam parte do mesmo todo indivisível, da mesma nação espalhada pelo mundo, constituída por uma comunidade de sangue, a dos portugueses, dotados do mesmo espírito e do mesmo carácter nacionais, da mesma linguagem, costumes e religião.⁵² Foi esta perspectiva, que Alexandre passou a designar como *integracionista*, que sinalizou a «passagem de uma concepção imperial para uma concepção nacionalista do sistema luso-brasileiro», pois «enquanto o Império é por natureza plural, implicando um certo grau de diversidade e de autonomia das par-

⁵⁰ In Valentim Alexandre, «O nacionalismo vintista e a questão brasileira: esboço de análise política», in *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*, eds. Miriam Halpern Pereira et al. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982. Valentim Alexandre sublinhou esta divergência em relação às imposições britânicas, pouco conhecida pela historiografia portuguesa, na qual era consensual a ideia de uma posição submissa do governo português aos interesses ingleses.

⁵¹ Alexandre, *Os Sentidos do Império...*, 802.

⁵² Alexandre, *Os Sentidos do Império...*, 813-814.

História e Historiadores no ICS

tes em relação ao centro, a nação é integradora, correspondendo à formação de espaços homogêneos» [...].⁵³ Por sua vez, esta visão, que alguns congressistas tentaram impor, era incompatível com as perspectivas «brasileiras», também detalhadamente descritas no livro. E, finalmente, esta incompatibilidade acabou por determinar a ruptura, a desagregação do sistema e, com ela, o fracasso da primeira experiência liberal portuguesa. Com a independência do Brasil a revolução perdeu a sua base de apoio, a burguesia comercial e industrial, o «patriotismo mercantil» a quem interessava a visão *integracionista*, mas não ao ponto de, em nome dela, aceitar a hipótese da secessão brasileira.

Há, nesta última conclusão, uma ideia, que Valentim Alexandre já tinha avançado anteriormente, num artigo publicado na obra conjunta organizada por Miriam Halpern Pereira sobre o liberalismo português da primeira metade do século XIX, e que exprime uma das suas posições metodológicas, à qual voltarei. Essa ideia consiste em olhar a sério para a ideologia e para a política na explicação do processo revolucionário vintista, contrariando interpretações que davam «[...] à determinação económica imediata um papel quase exclusivo», ao fazer dos «interesses económicos imediatos da burguesia portuguesa» a causa primeira e única daquele processo, ou, ainda, ao classificar o nacionalismo vintista como a «expressão, ao nível político, [...] dos sentimentos e pressões de uma burguesia em busca de mercados e de fontes de acumulação de capital». A ideia de Valentim Alexandre relativamente a esta questão altera a ordem dos factores, porque o que ela afirma é que, se havia um espaço de convergência entre o «patriotismo mercantil» e o «nacionalismo regenerador» – que, como várias vezes salientou, se acordaram em torno da ideia de integração nacional em relação ao Brasil –, havia também «[...] um espaço de diferenciação – e de tensão –, *provocada quer pela própria lógica da evolução interna da ideologia, em resposta à crise nacional, quer pela especificidade do nível político, como campo onde se dirimem relações de poder.* Esse espaço é deste modo visível na elaboração pela ideologia nacionalista de temas (como a da união à Espanha) que não têm correspondência directa nos interesses da burguesia portuguesa – temas que não são puramente especulativos, já que chegam a ganhar a actualidade em 1820 e, em menor grau, em 1823; e evidencia-se de novo na linha dos «regeneradores», a partir de Março de 1822, quando admitem o risco da perda do Brasil, em nome de interesses políticos imperiosos.⁵⁴

⁵³ Alexandre, *Os Sentidos do Império...*, 813-814.

⁵⁴ Alexandre, «O nacionalismo vintista...», 302, itálicos meus.

Valentim Alexandre

O peso desta ideologia nacionalista na evolução dos acontecimentos foi, portanto, determinante e complexo, quer no momento da revolução, quer posteriormente, bem como ao longo de todo o século XIX (ainda que Valentim Alexandre admita que ela tenha sido apenas partilhada pelas novas elites políticas e por parte da população urbana, «[...]sendo mais complexa a análise da sua expansão no conjunto da sociedade portuguesa, e em particular nas massas camponesas [...]»). Por sua vez, a desagregação do Império centrada no Brasil, em boa parte determinada por aquela ideologia, marcou fortemente toda a evolução (económica, política, ideológica) posterior: a do Império e a da metrópole.⁵⁵ A importância económica desse Império tinha sido imensa, nos finais do século XVIII, e, como tal, foi também imenso o impacto da sua desagregação. A análise que Alexandre fez, logo os primeiros capítulos, das balanças do comércio externo portuguesas de 1796 a 1831 – dando conta precisamente do alcance das relações mercantis fundadas no Império nos finais de Setecentos e do seu colapso no primeiro quartel do século seguinte – é absolutamente crucial, não somente para compreender todo o processo que depois descreve como também as repercussões do seu desfecho, que sugere nos últimos parágrafos da conclusão do livro.⁵⁶ Uma dessas repercussões foi, como já se recordou, o fracasso na primeira experiência liberal portuguesa, um impacto localizado no tempo curto. Mas o impacto económico da «perda do único mercado externo para a indústria metropolitana e sobretudo do colapso do comércio dos produtos coloniais e, de uma forma mais geral, da função de entreposto desempenhada sobretudo pelo porto de Lisboa» foi brutal e duradouro.⁵⁷ O parágrafo com que Valentim Alexandre encerrou o livro é elucidativo quanto à natureza profunda e estrutural desse impacto:

Esta quebra profunda e persistente do comércio externo português, provocada essencialmente pelo desaparecimento quase total dos tráficos coloniais, corresponde à perda de uma das principais fontes de acumulação de capital da burguesia portuguesa, como já referimos nas conclusões da sexta parte. Não será ilegítimo estabelecer uma relação de causa e efeito entre essa contracção – e a conseqüente necessidade de abrir novos campos para a aplicação de capitais – e a agudização dos conflitos em torno da questão da pro-

⁵⁵ Alexandre, *Os Sentidos do Império...*, 17.

⁵⁶ É interessante, a este propósito, visitar a polémica em que Valentim Alexandre se envolveu com o historiador Pedro Lains, na revista *Penélope*, 3 e 5, em torno da interpretação destes dados e dos momentos cruciais da ruptura económica.

⁵⁷ Alexandre, *Os Sentidos do Império...*, 814.

História e Historiadores no ICS

priedade fundiária, verificada em Portugal nas décadas de trinta e quarenta do século XIX. Também não nos parece possível compreender a instabilidade social e as posições políticas da população rural do norte de Portugal, nomeadamente do Minho, na primeira metade de Oitocentos, sem ter em conta que entram em colapso, nessa zona, vários focos de proto-industrialização, de que o têxtil do linho era uma das bases principais.

Afectadas são também, e muito gravemente, as finanças estatais, cuja primeira fonte de receitas estava na tributação que incidia no comércio marítimo. Deste facto derivam efeitos políticos importantes: sabe-se como, ao longo da primeira metade do século XIX, o agravamento dos problemas financeiros veio condicionar a capacidade do Estado para promover alterações de fundo na sociedade portuguesa, na medida em que impunha ou propiciava soluções de emergência que as vinham bloquear (lembramos o que se passou com a legislação de Mouzinho, nos anos trinta).⁵⁸

São todos estes factores, e a sua inter-relação, que permitem compreender melhor questões centrais que tinham sido desvendadas em *Origens do Colonialismo Português Moderno*. Permitem compreender, desde logo, que a substituição do Império luso-brasileiro por um Império africano tenha sido precocemente pensada e projectada. Permitem também compreender, além disso, a estreita ligação que a partir daí se estabeleceu entre identidade nacional e Império, até à descolonização.

Como se escreve a história? Visões retrospectivas e causalidade(s) históricas

A escrita de Valentim Alexandre incorporou pressupostos metodológicas que vão sendo explicitados, no interior dos textos historiográficos, nos textos em que polemiza com outros historiadores e, por vezes, nos textos de natureza biográfica. Entre estes pressupostos conta-se a sua posição crítica em relação a visões retrospectivas ou teleológicas, posição que se concretizou numa insistência singular em descrever, por vezes detidamente, os cenários históricos alternativos, que podiam ter conduzido a outros desfechos. Creio que aí reside o sentido do título de uma das suas obras mais importantes, aqui analisada: os (vários) sentidos (possíveis) do Império. As múltiplas vias que podiam ter sido trilhadas. Essa descrição permitiu-lhe desmontar a ideia de que alguns desfechos –

⁵⁸ Alexandre, *Os Sentidos do Império...*, 814-815.

Valentim Alexandre

como, em 1821, a aceitação do regime constitucional pelo rei, ou, nos finais do século XIX, a entrada de Portugal na «corrida» a África – fossem naturais, e não o resultado de circunstâncias históricas concretas, ditadas por uma constelação complexa de factores mais circunstanciais ou mais estruturais. Assim, por exemplo, a propósito da vinda de D. João VI do Brasil para Portugal, depois da revolução vintista, Alexandre sublinha que essa vinda não era nem natural nem necessária, como uma leitura nacionalista da História poderia pretender. Pelo contrário, diz-nos, para o rei e para os estadistas que o aconselhavam teria sido tão plausível regressar a Portugal como romper com as Cortes e deixar Portugal «entregue a si próprio», se tivermos em conta a sua visão imperial da situação. Facto de que os liberais vintistas que discutiam no Parlamento tinham consciência e que temiam. Teria sido natural que D. João VI tivesse vindo, afirma ainda, se a nação fosse ela própria um dado natural, ideia com a qual não se identifica, como seria expectável e como se percebe lendo os parágrafos que dedicou à literatura sobre a criação das nações e do Estado-Nação na conclusão do livro.⁵⁹

Do mesmo modo, o surto colonial português do século XIX, em vez do desaparecimento colonial de Portugal, não era evidente, ou natural. Como mostrou com a sua investigação, tinha sido precedido de um investimento colonial anterior que o explicava e que carecia de ser explicado. Não era o resultado de uma «vocação colonial» que o tornava como que necessário, ou da existência prévia de um império territorialmente imenso, como sugeria o mapa cor-de-rosa de finais de Oitocentos.

A posição contrária a uma abordagem retrospectiva dos processos históricos concretiza, como os dois exemplos anteriores mostram, a defesa da escrita da História como forma de desvendar nexos causais que o senso comum ou as mistificações políticas omitem e, por essa via, como forma de intervenção pública.

Outro evidente ponto de partida metodológico de Valentim Alexandre é a rejeição da explicação marxista da História e do correlativo primado da dimensão económica na explicação dos processos históricos.

Quando iniciou a leccionação da cadeira de História contemporânea, no ISCTE, Valentim Alexandre era, como ele próprio afirmou, marxista, embora numa versão gramsciana.⁶⁰ Foi esta a matriz ideológica do seu primeiro livro, no qual a instância económica foi assumida como sendo

⁵⁹ Alexandre, *Os Sentidos do Império...*, 808 e segs.

⁶⁰ Alexandre, *Pátria Utópica...*, 287.

História e Historiadores no ICS

«determinante em última instância». ⁶¹ Nessa altura já se tinha aproximado das gerações marxistas que reconheciam a autonomia das instâncias políticas e ideológicas na criação de sentidos, tendo sido esse o argumento com que mais tarde comprovou que este seu primeiro livro não configurava uma abordagem economicista da História. ⁶² Os parágrafos conclusivos do livro confirmam esse posicionamento, pois o que neles se sublinha é que o Império português foi «o reflexo dessa relação entre o económico e o político, geralmente mediatizado pela ideologia». ⁶³ Do mesmo modo, viu-se como a explicação da conjuntura vintista assentou, em *Os Sentidos do Império*, na possibilidade do primado da política e da ideologia face aos interesses económicos e na valorização – que estará presente em todos os textos futuros – das diversas dimensões da vida das sociedades (económica, política, ideológica, diplomática, social) e da sua conjugação na explicação dos desfechos históricos.

Importa sublinhar, para terminar, que este caminho foi percorrido de forma reflectida. Nos parágrafos que lhe dedica em *Pátria Utópica*, ⁶⁴ Valentim Alexandre explicou as circunstâncias que o levaram a afastar-se dos modelos de construção do comunismo e respectivas teorias da História. Esclareceu também que essas circunstâncias não determinaram um abandono absoluto da teoria marxista. Pelo contrário, continua a considerá-la interessante como perspectiva de análise de vários fenómenos, tais como a «mercantilização das relações sociais induzida pelo capitalismo». ⁶⁵ Uma vez mais, foi a experiência concreta de investigação que o levou a concluir que a «complexidade da evolução real dos povos» não era compatível com a explicação marxista da História, ⁶⁶ do mesmo modo que lhe fez compreender os limites do «[...] conceito de classe como se se tratasse de uma agente social, dotado de consciência e de vontade própria. Existem, de facto, classes, como quadros em que a acção social se inscreve; mas quem age e pensa são as pessoas concretas, únicos sujeitos da História [...]». ⁶⁷

Esta última perspectiva é particularmente evidente nos seus textos, e em particular em *Os Sentidos do Império*, revelando-se num esforço constante de interpretação das intenções presentes em cada momento, em

⁶¹ Alexandre, «Crimes and misunderstandings...», 168. Nessa mesma página afirma que a perspectiva marxista já não é (era) a sua.

⁶² Alexandre, «Crimes and misunderstandings'...», 167-68.

⁶³ Alexandre, *Origens...*, 70.

⁶⁴ Alexandre, *Pátria Utópica...*, 287-290.

⁶⁵ Alexandre, *Pátria Utópica...*, 289.

⁶⁶ Alexandre, *Pátria Utópica...*, 289.

⁶⁷ Alexandre, *Pátria Utópica...*, 290.

Valentim Alexandre

cada atitude, em cada decisão política. A escrita detém-se, constantemente, para interpretar a acção que descreve, a pequena acção, como se toda ela fosse intencional/racional, mesmo quando a avaliação errada das circunstâncias explica os «resultados não previstos» da História, assim como os previstos mas não realizados.⁶⁸ O facto, porém, é que a sua narrativa está repleta de situações em que os sujeitos da História parecem não ter sido «pessoas concretas» mas antes mitologias, representações, equilíbrios de força que condicionaram os desfechos. Basta pensar, por exemplo, no que aconteceu com a política externa portuguesa em *Os Sentidos do Império*, de cuja leitura se retém que muito do que se decidiu foi mais determinado pelo equilíbrio de forças internacional, no qual Portugal ocupava um lugar vulnerável, do que pela vontade dos agentes. Ou na força da ideia de Nação e no papel determinante que desempenhou no processo de desagregação do Império luso-brasileiro. Ou, ainda, nas narrativas mitológicas que ajudam muito a explicar os «elementos de irracionalidade» que condicionaram o modo como terminou o império português em África.

Importa salientar, finalmente, que o contacto de Valentim Alexandre com as várias teorias da História terminou numa atitude de distanciamento crítico, que assumiu de forma plena e que transparece na sua forma de escrever a História: «Habituei-me assim, no meu trabalho de investigador, a proceder com inteira liberdade, não obedecendo a ideias feitas ou a preconceitos de escola.»⁶⁹

Considerações finais

Quando iniciou a investigação que veio a dar origem ao livro *Os Sentidos do Império*, a intenção de Valentim Alexandre era estudar o período que vai até aos anos 50 do século XIX, ponto de viragem em África, com a extinção do tráfico para o Brasil, e, em Portugal, com a Regeneração. Assim teria concretizado uma fase do seu projeto global, o de estudar a questão nacional e a questão colonial nos séculos XIX e XX.⁷⁰ Preferiu, no entanto, avançar lentamente, não sacrificar a profundidade da análise a

⁶⁸ Ver reflexões interessantes sobre estes aspectos dos percursos da História em Albert O. Hirschman, *The Passions and the Interests. Political Arguments for Capitalism before its Triumph*, Princeton e New Jersey, Princeton University Press, 1997 (1.ª ed. 1977), XVII (introdução de Amartya Sen) e 105.

⁶⁹ Alexandre, *Pátria Utópica...*, 290.

⁷⁰ Alexandre, *Os Sentidos do Império...*, 18.

História e Historiadores no ICS

uma «síntese apressada».⁷¹ Desta forma, o projecto, já esboçado em *Origens do Colonialismo Português Moderno*, acabou por realizar-se na *História da Expansão Portuguesa* onde, com referi, aprofundou muito do que já tinha iniciado e avançou até 1930.

Falta ainda, para finalizar o projecto mais vasto, estudar o colonialismo no *Estado Novo*, acerca do qual Valentim Alexandre já publicou vários artigos e entradas de dicionário.⁷² É esse, como já referi, o objecto da sua investigação actual, que começou a preparar estudando o regime, a sua ideologia e o seu posicionamento face à política internacional nos anos da Guerra Civil de Espanha. Esse esforço de compreensão do *Estado Novo* deu também origem a um livro, com notáveis capítulos sobre a ideologia do regime nos anos 30, intitulado *O Roubo das Almas – Salazar, a Igreja e os Totalitarismos (1930-1939)*.⁷³ Escreveu-o «[...] porque, antes de começar o trabalho sobre o colonialismo no período do Estado Novo, senti a necessidade de ter as ideias claras sobre a natureza deste último, como regime». E chegou a ter em mente a publicação de um outro livro, continuando este, sobre a década de 1940, cujas ideias essenciais acabou por sintetizar no artigo que publicou em homenagem a um outro historiador do mesmo período, Manuel de Lucena.⁷⁴

No momento em que termino este texto estará próxima a publicação de um volume, sobre o colonialismo durante o Estado Novo, que irá até 1960. Mas o projecto continuará por mais anos, até que um outro volume nos conduza a 1968, período para o qual Valentim Alexandre já concluiu a investigação no Arquivo Salazar. Depois, ainda haverá um outro volume, para o período de 1968 a 1974, um ano antes da revolução que permitiu a Valentim Alexandre regressar e procurar nos arquivos portugueses os sentidos do(s) Império(s).

⁷¹ Alexandre, *Os Sentidos do Império...*, 18.

⁷² <http://www.ics.ul.pt/instituto/?ln=p&pid=67&mm=5&ctmid=2&mnid=1&doc=31809901190&sec=5> (10 de Maio de 2016).

⁷³ *O Roubo das Almas – Salazar, a Igreja e os Totalitarismos (1930-1939)*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2006.

⁷⁴ Valentim Alexandre, «A evolução ideológica de Salazar: Do primado do espiritual ao primado do político. Salazar, o catolicismo integrista e o primado do espiritual», in Carlos Gaspar, Fátima Patriarca e Luís Salgado de Matos, *Estado, Regimes e Revoluções: Estudos em Homenagem a Manuel de Lucena*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

Paulo Jorge Fernandes

Capítulo 11

Vasco Pulido Valente – o «filho» dilecto de Oliveira Martins

Começo por confessar que a solicitação para fazer esta apresentação me causou alguma estranheza inicial. Desconfiança porque não percebi imediatamente qual o alcance da iniciativa nem qual o tom a colocar na abordagem da matéria para a qual fui convocado. Por um lado não me imaginei a produzir um exercício de uma qualquer espécie de ego-História institucional. Por outro, praticamente todos os nomes elencados para serem alvo desta reflexão crítica passaram por outras instituições enquanto professores e investigadores ao longo dos seus percursos académicos. Reduzi-los ou rotulá-los simplesmente como «historiadores do ICS» poderia ser demasiado redundante e abrir uma polémica desnecessária, situação que a organização deste encontro resolveu de forma feliz ao denominar as mesmas como «História e Historiadores no ICS». E sublinho o «... no ICS».

O desconforto preambular referido atrás prendeu-se, sobretudo, com o nome que me foi proposto para proceder à análise da importância da sua obra historiográfica. Olhando para a lista completa de autores sobre os quais se falou ao longo do evento posso dizer que conheço pessoalmente todos eles e que com todos eles, de uma forma mais abreviada ou mais desenvolvida, troquei impressões sobre matérias várias, ainda que de circunstância, em momentos diferentes ao longo da minha actividade enquanto estudante e depois investigador e docente. Alguns foram, inclusivamente, meus professores ao longo da minha formação enquanto aluno de mestrado. Outros marcaram presença no meu júri de doutoramento. Com outros, ainda, colaborei em projectos de investigação de natureza diversa no e fora do ICS.

A grande excepção a este quadro genérico introdutório é mesmo a figura de Vasco Pulido Valente. Gostaria de deixar um testemunho, o de que, ao contrário dos outros convidados para virem fazer os seus comentários a estas jornadas, nunca troquei a mais breve palavra com Vasco Pu-

História e Historiadores no ICS

lido Valente, que imagino não me deva conhecer de lado nenhum, nem que alguma vez tenha passado os olhos por algum texto da minha autoria. Se, porventura, algum dia leu uma linha do que eu escrevi, tenho a certeza de que, como um dia escreveu Maria de Fátima Bonifácio,¹ não fui seguramente merecedor de qualquer tipo de concordância da sua parte, fosse qual fosse o tema por mim abordado.

Vi-o apenas duas vezes ao longo dos anos. A primeira no lançamento do livro *O Crepúsculo dos Grandes*,² de Nuno Gonçalo Monteiro, numa livraria da Imprensa Nacional ali para os lados de São Sebastião, para os que se lembram. A outra ocasião foi num colóquio organizado no Palácio Fronteira (algures em 1999 ou 2000), também em Lisboa, sobre o tema genérico «Para que serve a História?» ou algo de semelhante dentro do registo utilizado por Marc Bloch na Introdução do seu livro *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, onde também marcaram presença, ao que me recorde, a Maria de Fátima Bonifácio e o António Manuel Hespanha. Obviamente, Vasco Pulido Valente, ao fim de 10 segundos da sua intervenção naquela ocasião, destruiu qualquer esperança da minha parte em o ouvir pronunciar o mais leve comentário optimista acerca de um eventual carácter utilitário da disciplina, o que para um ainda relativamente jovem e pouco experiente entusiasta da causa não constituiu grande momento de exaltação.

Como se depreende do que fica dito, nunca privei com ele nem nunca me apercebi da sua passagem pelas instalações do ICS, ainda na compactada versão do 1.º andar do antigo edifício do ISCTE, quando me iniciei na tarefa de secretariar a revista *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, então dirigida pelo já citado Nuno Gonçalo Monteiro. O mesmo aconteceu nos quase seis anos que passei já nas novas instalações do ICS enquanto bolseiro de pós-doutoramento. Da mesma forma nunca notei a sua presença na Biblioteca Nacional de Portugal. Sempre me interroguei de onde viria o enorme manancial de referências bibliográficas utilizadas nos artigos e nos livros que foi publicando ao longo dos anos. Como seria possível alguém citar daquela forma erudita e sempre prontamente actualizada sem colocar os pés na Biblioteca Nacional? A título de exemplo e para ilustrar o que acabo de referir convoco os interessados a passar os olhos pelas referências bibliográficas citadas na sua obra

¹ Maria de Fátima Bonifácio, *História da Guerra Civil da Patuleia, 1846-1847*. Lisboa, Editorial Estampa, 1993, 10.

² Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes – A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1850)*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1998.

Vasco Pulido Valente

Os Militares e a Política,³ livro que mereceu cinco edições. Apurei depois que não se tratava de nenhum enigma. Vasco Pulido Valente foi sempre um ávido consumidor de livros e a sua biblioteca pessoal foi sendo alimentada ao longo dos anos atingindo uma dimensão muito considerável. Seja como for, ouvia as suas intervenções na rádio e lia-o nos jornais quase todas as semanas, mas nunca o via pelos locais que eu imaginava fossem os da sua frequência.

Percebi também mais tarde que não seria bem assim e que os melhores historiadores não precisavam de socializar na Biblioteca Nacional. Talvez fosse essa mesma a razão da sua superioridade. Isto para dizer que sempre encarei a figura de Vasco Pulido Valente como a de um sábio à moda antiga. Enigmático, fugidio, distante, irascível até, dificilmente acessível aos estranhos ao seu círculo de amigos ou de gente próxima. Via-o como uma espécie *cowboy* solitário da banda desenhada ou um herói romântico fora de tempo, mais dado a angústias e a ansiedades do que a emoções, como o próprio confessou em entrevista. O tom pessimista, que o próprio nunca reconheceu, e não raramente apocalíptico das suas intervenções no espaço público aproximou-o, no meu imaginário, da figura de Oliveira Martins. Não tanto pelos timbres da sua personalidade, mas mais pela abordagem proposta pelos seus trabalhos, Vasco Pulido Valente seria o Oliveira Martins do meu tempo. Ambos cultivavam o gosto pela História apresentada de forma narrativa, valorizando sempre os aspectos literários da disciplina, para além da ênfase colocada na dimensão política.

O Tempo e o Modo

O seu papel para a renovação da historiografia portuguesa é enorme e, independentemente do que possamos achar da evolução do seu posicionamento político, indiscutível. Começou pela abordagem da transição da Monarquia para República («As duas tácticas da monarquia, 1908-1910»),⁴ ainda na versão de *O Tempo e o Modo* (entre 1967 e 1969), publicação que já merecia ser estudada como uma verdadeira escola das Letras em Portugal numa altura em que ainda não se adivinhava o final do regime autoritário. Aqui Vasco Pulido Valente prefaciava já aquilo que seria

³ Vasco Pulido Valente, *Os Militares e a Política*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1997.

⁴ Vasco Pulido Valente, «As duas tácticas da monarquia (1908-1910)», *O Tempo e o Modo*, IV (4), 54-55, 1967: 748-773.

História e Historiadores no ICS

a sua primeira obra maior,⁵ onde se aproximou da visão de uma *history from below* cultivada, entre outros, por Richard Cobb, um dos nomes grandes da historiografia de Oxford. Afirmou-se imediatamente como um historiador da política, ainda que tenha ensaiado precocemente, com sucesso, refira-se, uma abordagem à História da Educação,⁶ aproximação que ainda hoje, em certos aspectos, não foi revista ou melhorada.

O povo nas Invasões Francesas

Não podendo comentar toda a produção bibliográfica de Vasco Pulido Valente, item por item, optei pela menção àquelas que considero as obras que foram balizando a evolução da sua carreira. Começo pela sua leitura estimulante do período fundador da modernidade em Portugal no artigo intitulado «O povo em armas: a revolta nacional de 1808-1809» e depois continuado e aprofundado em um dos seus últimos livros.⁷ Este ensaio escrito em 1973-1974 sobre a revolta popular contra os franceses revelou de forma evidente as suas preocupações com a relação entre a acção popular e a organização política. Aí desenvolveu a tese da resistência popular à ocupação estrangeira (1808-1809), mostrando como os franceses também foram expulsos do reino devido à iniciativa do «povo» (pescadores, assalariados rurais, camponeses, artesãos, comerciantes pobres, empregados públicos), fruto das circunstâncias provocadas pela penúria económica sentida naquele tempo. Nesse momento Vasco Pulido Valente mostrou como os levantamentos contra o domínio gaulês no Norte do país, aparecendo o Minho como centro por excelência do delírio popular, resultaram de guerrilhas restauracionistas, que se estenderam depois até ao Algarve. Tratou-se à época da sua publicação da tradução e importação para o contexto português da perspectiva de que as ditas «Invasões Francesas» serviram para o lançamento de um movimento «nacionalista» ibérico, abordagem não particularmente original num enfoque comparado, pois visivelmente tributária da historiografia sobre a Espanha da época ou não tivesse sido o orientador da sua tese de doutoramento em Oxford – apresentada em 1974 – um dos maiores hispanistas do século XX, o recentemente falecido Raymond Carr.

⁵ Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1976.

⁶ Vasco Pulido Valente, *Uma Educação Burguesa (Notas para a Ideologia do Ensino no Século XIX)*. Lisboa, Livros Horizonte, 1974.

⁷ Vasco Pulido Valente, «O povo em armas, a revolta nacional de 1808-1809», *Análise Social*, XV (57), 1979: 7-48; Vasco Pulido Valente, *Ir prò Maneta*. Lisboa, Alêtheia Editores, 2007.

Vasco Pulido Valente

A biografia

Vasco Pulido Valente foi também um dos precursores do «abençoado retorno», expressão que tomo de empréstimo à sua colega Maria de Fátima Bonifácio, da biografia enquanto género historiográfico emancipado através das suas abordagens à vida de um personagem menor como Vieira de Castro e de personalidades mais relevantes como as de Paiva Couceiro e Marcello Caetano, sendo este último texto publicado numa primeira versão pela revista *K*.⁸

A insistência dada à biografia, de maneira mais sistemática desde o início da década de 1990, aparece como consequência directa da alteração dos paradigmas historiográficos influenciados pelo debate ideológico subsequente à queda do Muro de Berlim e ao desmoronamento da União Soviética (1989-1991). Com efeito, o reforço do género ficou antes de mais a dever-se ao ocaso do marxismo, enquanto filosofia de interpretação dos fenómenos históricos, e ao reconhecimento das insuficiências e limitações das análises de tipo estrutural dele derivadas, bem ao gosto da «Escola dos Annales» e dos seus seguidores, que, chamando a atenção para o colectivo e para a acção das grandes massas, deixavam um reduzido espaço de manobra para a afirmação do indivíduo enquanto verdadeiro motor da História.

O regresso à biografia resulta, pois, do efeito combinado de várias insatisfações agora mais evidentes na comunidade historiográfica. De um lado a insatisfação por uma espécie de «anti-humanismo» que fez os seus dias durante as décadas de 1960 e 1970, que anulou os homens e as mulheres enquanto entidades históricas reconhecíveis. Segundo José Mattoso, o tipo de abordagem proposta pelo marxismo, pelo estruturalismo e pelos *Annales*, condenava as excepções, o acontecimento vulgar e todo o voluntarismo dos heróis, «[...] porque se ocupavam fundamentalmente das recorrências».⁹ Vasco Pulido Valente tratou de reconhecer as insuficiências e as limitações das análises de tipo macro, ou estruturais do ponto de vista económico, social e político, quando usadas de forma exclusiva. Aquelas privilegiam o colectivo, as massas anónimas, os fenómenos das repetições, reservando um espaço demasiado reduzido, por

⁸ Vasco Pulido Valente, *Glória, Biografia de J. C. Vieira de Castro*. Lisboa, Gótica, 2001; Vasco Pulido Valente, *Marcello Caetano – As Desventuras da Razão*. Lisboa, Gótica, 2002; Vasco Pulido Valente, *Um Herói Português: Henrique Paiva Couceiro*. Lisboa, Aletheia, 2006.

⁹ José Mattoso, *A Escrita da História, Teoria e Métodos*. Lisboa, Editorial Estampa, 1988, 62.

História e Historiadores no ICS

vezes nulo, para o indivíduo, para o homem enquanto ser dotado de uma vontade, e não apenas como membro de um grupo.

Em consequência deste renascimento da valorização do papel da pessoa, enquanto sujeito principal da História, e como reacção contra a história serial, assistiu-se, também, em Portugal «ao regresso do acontecimento» e à reabilitação da política pelos estudiosos do tempo contemporâneo, campo onde Vasco Pulido Valente abriu caminho. Este foi, afinal, numa transcrição para o panorama nacional, mais um episódio do clássico conflito historiográfico entre a prevalência do grupo e a afirmação do individual, ou, por outras palavras, entre o primado da estrutura e a supremacia da acção.

A Monarquia Constitucional

Vasco Pulido Valente foi também um autor fundamental na renovação dos estudos sobre a Monarquia Constitucional,¹⁰ para além dos artigos que nos deixou na *Análise Social*. Destaca-se neste caso o papel fundamental dos militares enquanto principal personagem colectivo da História de Portugal entre 1820 e 1851, onde todas as movimentações políticas ou golpes de Estado contaram com a presença da tropa (a favor ou contra). Por outro lado, no primeiro exemplo, apresenta-se a História da construção do Estado liberal, da Revolução e do «liberalismo» não como uma ruptura, mas como um prolongamento. Uma continuidade que fez aumentar a centralização e a omnipresença do Estado na sociedade portuguesa, resultando no «enfraquecimento» de instituições que no final do Antigo Regime ainda apresentavam alguma independência em relação ao Estado como a Igreja e a Universidade. Esta visão «tocquevilliana» veio de alguma forma ser discutida pelo acentuar da ideia de ruptura, aplicada ao mesmo período histórico pela História de Portugal coordenada por Rui Ramos, num texto do próprio.¹¹

A Primeira República

Como já deixei escrito em outro texto, «se existe um olhar relativamente concordante entre os investigadores em relação à importância do

¹⁰ Vasco Pulido Valente, *Os Devoristas: A Revolução Liberal (1834-1836)*, Lisboa, Quetzal, 1993.

¹¹ Rui Ramos, «A Revolução Liberal (1834-1851)». In *História de Portugal*, coord. Rui Ramos. Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, 491-519.

Vasco Pulido Valente

Ultimato como factor de aceleração da crise da Monarquia, o mesmo já não parece acontecer no que diz respeito às leituras historiográficas sobre a Primeira República»,¹² o grande amor historiográfico de Vasco Pulido Valente. Como foi referido, «o período histórico compreendido entre 1910 e 1926 é ainda hoje marcado pela reacção às controvérsias vividas na época. Apesar de ter resultado numa experiência efémera e de ter fracassado no seu propósito mais amplo de democratizar e modernizar o país por contraponto com a suposta herança monárquica, o regime inaugurado em 5 de Outubro de 1910 deixou um legado polémico na memória colectiva, tanto enaltecido como censurado, consoante o posicionamento ideológico das várias correntes interpretativas existentes, muitas vezes antagónicas e puramente reactivas entre si».¹³

Apesar da variedade de tipos de análise, é possível identificar de forma genérica três grandes laboratórios que procuram desvendar o sentido histórico da primeira experiência republicana. Sem estabelecer qualquer ordem de grandeza ou importância hierárquica entre eles podemos começar por considerar a visão que olha para a República como o auge do liberalismo oitocentista prolongando-o num ciclo político que se estenderia até 1926. Nesta aproximação, cujo papel fundador se ficou a dever a autores como Oliveira Marques, a República é apresentada como um salto qualitativo em relação ao regime liberal monárquico. O tipo de governo estabelecido depois de 1910 não seria radicalmente novo, ressaltando antes como a continuação melhorada do anterior.¹⁴

Um segundo campo de análise observa a República enquanto manifestação do falhanço do sistema liberal. Os argumentos em defesa desta perspectiva baseiam-se na ideia de que a crise provocada pelo esgotamento das instituições liberais radicou nas transformações operadas nas estruturas sociais e económicas do país na segunda metade do século XIX. O republicanismo é aqui apontado na obras de historiadores como Manuel Villaverde Cabral, António José Telo, Fernanda Rollo ou Fernando Rosas, como a tentativa democratizante (e fracassada) para ultrapassar a desadequação do sistema político perante realidades económicas e sociais novas, que se começam a formular desde meados de Oitocentos. O colapso da Monarquia Constitucional, a chegada da República e o seu desfecho ditatorial são explicados em função do conflito de interesses entre

¹² Paulo Jorge Fernandes, «A vida política». In *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*, vol. 3, *A Crise do Liberalismo, 1890-1930*, coord. Nuno Severiano Teixeira. Madrid e Lisboa, Fundación Mapfre e Penguin Random House, 2014, 59.

¹³ Fernandes, «A vida política...».

¹⁴ Fernandes, «A vida política...», 60.

História e Historiadores no ICS

os vários grupos sociais a que o Estado liberal não foi capaz de oferecer uma resposta adequada.

O terceiro laboratório, porventura o mais polémico e onde Vasco Pulido Valente veio a inscrever os seus principais trabalhos, é o que entende a República como uma revolução permanente e um inventário de malfeitorias do Partido Democrático e dos seus sectários, à cabeça dos quais se encontrava o inevitável Afonso Costa.¹⁵ Esta abordagem centra a sua análise nos aspectos políticos e institucionais acentuando o carácter revolucionário do regime de 1910-1926,¹⁶ perspectiva que foi acentuada posteriormente por autores como Rui Ramos. Neste laboratório, o republicanismo aparece como um fenómeno de débil penetração nacional, sobretudo no universo rural, pobre e maioritariamente analfabeto, onde se continuou a venerar as velhas hierarquias sociais. O regime iria caracterizar-se pela permanência do terror e pela supressão de facto (não de direito) das liberdades de expressão e de associação, circunstâncias reveladoras da sua ilegalidade. A «rua» controlada pelo poder e seus actores emergiu como ferramenta do terror republicano, considerado a força matriz definidora do sistema político. A atestar este cenário apresentam-se as constantes investidas contra jornais e centros monárquicos e católicos. Nesta perspectiva os chefes radicais emergem como os legítimos e únicos intérpretes da justiça e da legitimidade republicana. Uma figura como Sebastião de Magalhães Lima, um republicano histórico e grão-mestre da Maçonaria, afirmaria sem dificuldade que «um Governo saído duma revolução pertence aos revolucionários e não aos ministros... Convencime de que há uma grande diferença entre as ideias que pregamos na oposição e a realidade ministerial». Rui Ramos, no seu texto mais apelativo do ponto de vista argumentativo, vai mais longe chegando a refutar a própria natureza liberal do regime.¹⁷

¹⁵ Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1976.

¹⁶ Vasco Pulido Valente, «Revoluções: a República Velha: ensaio de interpretação política», *Análise Social*, XXVII (115), 1992, 7-63; Vasco Pulido Valente, *A «República Velha»: 1910-1917*, Lisboa, Aletheia, 2010.

¹⁷ Rui Ramos, «Foi a Primeira República Portuguesa um regime liberal? Para uma caracterização política do regime republicano português entre 1910 e 1926», in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha, 1918-1931*, ed. Manuel Baiôa. Lisboa, Colibri, 2004, 187-248.

Vasco Pulido Valente

Conclusão

Pelos motivos atrás explicados, o desafio de alinhar uma reflexão crítica sobre a obra de Vasco Pulido Valente não se me afigurou como uma empreitada fácil. O seu papel, após o doutoramento realizado em Oxford, na renovação dos estudos sobre os séculos XIX e XX em Portugal foi inquestionável. Em jeito de provocação poderemos afirmar que a sua metodologia, os temas inovadores que então se propôs abordar, a tónica colocada na História Política e o culto da narrativa criaram uma verdadeira Escola historiográfica em Portugal, o que não deixa de constituir um paradoxo uma vez que sempre recusou herdeiros. Vasco Pulido Valente foi assim uma espécie de pai fundador de uma certa maneira de olhar e de escrever a História do Portugal Contemporâneo, como Oliveira Martins o teria sido nos finais do século XIX. E tal como em Oliveira Martins, a linhagem fundada por Vasco Pulido Valente encontraria os seus seguidores em autores como Maria de Fátima Bonifácio, Maria Filomena Mónica, Rui Ramos ou José Miguel Sardica, entre outros.

Simultaneamente, a sua obra deixa-nos um certo travo amargo. Deixou-nos, até ver, cerca de 20 artigos e 10 livros, 7 dos quais publicados depois da data do seu último artigo publicado na *Análise Social*, o extenso «Revoluções: A República Velha: ensaio de interpretação política»,¹⁸ e que depois servirá de base à publicação do livro *A República Velha, 1910-1917*.¹⁹ de acordo com a informação (não actualizada) disponibilizada pelo ICS.²⁰

Esta produção, apesar de toda ela ser altamente estimulante, sabe-nos a pouco. O seu último livro já tem 6 anos e a última vez que publicou na *Análise Social* foi em 1992. Na altura Vasco Pulido Valente tinha 51 anos. Não entendam estas palavras como uma crítica acintosa ou uma insinuação declarada de preguiça. Vasco Pulido Valente é um historiador de outros tempos. O próprio já o reconheceu. Vem de uma época em que as pessoas liam os livros certos na altura certa das suas vidas. Do tempo em que as pessoas tinham disponibilidade para ler e pensar antes de escrever e publicar o que quer que fosse. Do tempo em que a universidade ainda não se tinha transformado numa máquina burocrática, onde

¹⁸ Vasco Pulido Valente, «Revoluções: A República Velha: ensaio de interpretação política», *Análise Social*, XXVII (115), 1992, 7-63.

¹⁹ Valente, *A «República Velha»...*

²⁰ <http://www.ics.ul.pt/instituto/?ln=p&pid=121&mm=5&ctmid=6&mnid=1&doc=31809901190&sec=5> [consultado em 15 de Abril de 2016].

História e Historiadores no ICS

os professores e os investigadores pouco mais são do que proletários do «ensino» (e eu escrevi ensino entre «»).

Podemos tentar, pois, fazer o exercício contrafactual de imaginar um Vasco Pulido Valente a ser confrontado com a «audit culture» dominante nos nossos dias. Não ia correr bem. Uma coisa é a avaliação de desempenho. Outra a produção em série, a que hoje todos estamos mais ou menos obrigados. É pior quando ambos estão interligados. E se Vasco Pulido Valente não teria problemas no primeiro nível, dificilmente conseguiria apresentar uma produção académica suficientemente tolerada pelo segundo. O seu gráfico da evolução da produção científica aqui no ICS dificilmente seria melhor do que sofrível. Felizmente, Vasco Pulido Valente saiu a tempo de este «paradigma» se instalar e que procura colocar as Ciências Sociais e as Humanidades no mesmo patamar das «Ciências Duras». Podemos imaginar como lidaria mal com os conceitos de «impact factor» e da tirânica bibliometria.

Vasco Pulido Valente foi entre nós um dos precursores da História narrativa, da História mais como disciplina literária do que como Ciência Social. A sua passagem por Oxford e o contacto com a abordagem anglo-saxónica do ofício de historiador marcou a sua formação numa altura em que a disciplina se encontrava sob o fogo cruzado do marxismo, dos «Annales», do estruturalismo e da «New Economic History», Vasco Pulido Valente enfileirou por uma outra corrente. Mais psicológica e mais propensa a ignorar os condicionamentos sociais, centrava-se sobre o tempo curto, não valorizando tanto a média e a longa duração, era qualitativa e desconsiderava o quantitativo, era descritiva e narrativa e ignorava a análise e a explicação, era ideológica e não científica.

Foi um dos arautos em Portugal de uma Nova História Política surgida na década de 1970 por razões históricas, teóricas e historiográficas. A nível histórico, com a entrada na era do «pós-industrial», que veio colocar a questão do retorno ao acontecimento. A lógica da acumulação – conceito económico – dominante nas sociedades em industrialização daria lugar às sociedades pós-industriais, onde o controlo, a informática e as políticas especializadas em todos os sectores de actividade resultam numa metamorfose da política. A nível teórico é ultrapassada a dicotomia entre uma ideologia tecnocrática para a qual a política é uma ilusão (visão que subalterniza a política) e um formalismo jurídico para o qual tudo é política (visão que, centrando o primado absoluto da política, a atrofia); a nível historiográfico assiste-se à construção de um novo paradigma que vem favorecer a emergência de novos domínios. Passa-se da História Total à fragmentação do campo historiográfico.

Vasco Pulido Valente

Em Portugal, com Vasco Pulido Valente, a História Política abandonou o campo do «porquê» e aproximou-se do «como». Transformou-se numa «ciência» dos efeitos e não das causas. A História Política alargou o seu campo de análise do estudo institucional do Estado ao estudo social do Poder, do estudo do facto político ao estudo dos sistemas políticos, das estruturas institucionais, do funcionamento dos regimes, dos agentes políticos, da acção das elites e da participação das massas, das reformas e das revoluções. Registou-se uma aproximação à Ciência Política.

As grandes linhas de investigação passaram para o estudo da História da sociologia eleitoral, dos partidos políticos e das famílias de partidos, à análise das relações entre o Político e o Social (sindicatos, empresários, militares e elites políticas), à análise da relação entre o Político e os fenómenos de psicologia colectiva e de mentalidades (sociabilidades políticas, simbologia e opinião pública). Para grande pena minha e da comunidade historiográfica em geral, nunca tivemos acesso ao *paper* apresentado em tempos sobre o Partido Regenerador, num dos famosos *workshops* onde os investigadores do ICS apresentavam os seus *works in progress*.

Termino com um voto. Que o seu estilo maldisposto e ontologicamente pessimista sobre Portugal, sobre o mundo, sobre a vida em geral (ao jeito de Oliveira Martins também), hoje semanalmente cultivado nas páginas da imprensa, regresse rapidamente à academia. Dele próprio disse numa entrevista, que não se considera um grande historiador nem fez uma grande carreira de historiador em Portugal simplesmente porque tal não é possível, simplesmente porque «a história portuguesa é uma história paroquial». De forma acertada referiu que «os grandes acontecimentos que mudaram o mundo não aconteceram em Portugal». Tal até pode ser verdade, mas também continuamos a necessitar da presença dos que mais sabem. Vasco Pulido Valente, mesmo não se considerando um grande historiador, faz-nos falta. Um dia, quando lhe perguntaram qual a obra que mais gostou de escrever, respondeu «três: *O Poder o Povo, A República Velha e Glória*. Continuamos à espera da biografia de Eça.



Índice antroponímico

A

Aboim, Sofia, 39, 43.
 Acena, Pablo Martin, 60.
 Alexandre, Valentim, 15, 18, 44, 63,
 129-152.
 Allen, Robert, 61.
 Almeida, Carlos, 137.
 Amaral, Luciano, 9, 58.
 Anderson, Perry, 137, 140.
 Antunes, Miguel Lobo, 68.
 Antunes, padre Manuel, 41.
 Araújo, António, 9, 35, 40, 44.
 Aron, Raymond, 42.

B

Baiôa, Manuel, 160.
 Bandeira, visconde de Sá da, 137-139.
 Barca, conde da, 145.
 Barreto, António, 19, 39, 65, 76, 78,
 106, 118-119, 129, 137.
 Barreto, José, 15, 19, 44.
 Beckford, William, 109.
 Beleza, Maria Teresa, 23.
 Benavente, Ana, 129.
 Bengtsson, Tommy, 61.
 Berlin, Isaiah, 71, 99.
 Bethencourt, Francisco, 129, 134-135.
 Bloch, Marc, 37, 154.
 Bonifácio, Maria de Fátima, 15, 18,
 35, 99-108, 120-122, 154, 157, 161.
 Borges, Vera, 112.

Bourdieu, Pierre, 27, 42, 112, 117.
 Breitenfeld, Max, 41.
 Brito, Carlos Aboim de, 95.
 Brito, José Maria Brandão de, 65.
 Briton, Maurice, 38.
 Burke, Peter, 37.

C

Cabral, António Bernardo da Costa,
 92.
 Cabral, Clara, 22.
 Cabral, Manuel Villaverde, 15, 17-18,
 39, 43-44, 47, 65, 91-97, 142, 159.
 Cacciari, Massimo, 95.
 Caetano, Marcello, 42, 79, 85, 89, 157.
 Campinos, Jorge, 64.
 Campos, Ezequiel de, 92.
 Canto, José do, 117, 126.
 Cardim, Pedro, 9, 19.
 Cardoso, José Luís, 22.
 Carr, Raymond, 156.
 Carrilho, Manuel Maria, 112.
 Castells, Manuel, 14.
 Castelo, Cláudia, 135.
 Castilho, António Feliciano de, 117.
 Castro, Armando de, 94
 Castro, major Sousa e, 71.
 Castro, Paula de, 10.
 Castro, Vieira de, 157.
 Chandler Jr., Alfred D., 46.
 Charle, Christophe, 117.

História e Historiadores no ICS

- Chaudhuri, Kirti N., 129, 134-135.
 Cintra, Luís Filipe Lindley, 41.
 Clavero, Bartolomé, 24-27, 33.
 Coelho, Jacinto do Prado, 41.
 Conde, Idalina, 112.
 Cordeiro, Luciano, 137.
 Corvo, João de Andrade, 137
 Costa, Afonso, 160.
 Costa, António Firmino da, 110.
 Costa, Fernando dos Santos, 67.
 Costa, Leonor Freire, 9.
 Costa, Paula, 22.
 Costa, Pedro, 112.
 Costa, Pietro, 24.
 Couceiro, Paiva, 157.
 Cruz, Guilherme Braga da, 70.
 Cruz, José Maria Braga da, 69.
 Cruz, Manuel Braga da, 15, 17-19, 63-73, 85.
 Cruzeiro, Maria Eduarda, 15.
 Cunha, Mafalda Soares da, 19, 23.
 Cunhal, Álvaro, 92.
- D**
 Dabney, família, 124.
 Dahl, Robert, 72.
 Dribe, Martin, 61.
 Duby, George, 57.
 Durand, Claude, 43.
 Duverger, Maurice, 72.
- E**
 Eichengreen, Berry, 60.
- F**
 Febvre, Lucien, 74, 102.
 Feinstein, Charles, 60.
 Felice, Renzo de, 37, 72.
 Fernandes, Jorge Almeida, 35, 42.
 Fernandes, Paulo Jorge, 11, 159.
 Ferreira, Fátima Sá e Melo, 10.
 Ferreira, José Medeiros, 129, 137.
 Ferreira, N. Estêvão, 38, 44.
- Ferreira, V. Matias, 53.
 Figueiredo, Eurico, 129.
 Fonseca, Carlos da, 95.
 Forsyth, Douglas, 60.
 Foucault, Michel, 25.
 Freire, João, 35, 44, 47, 49.
 Friedenson, Patrick, 43.
 Fronteira, 7.º marquês de, 108, 109.
- G**
 Gago, J. Mariano, 38, 53.
 Garcia, José Luís, 112.
 Garnel, Rita, 23.
 Garrido, Álvaro, 9, 40.
 Gaspar, Carlos, 40, 87, 152.
 Ginzburg, Carlo, 37, 51.
 Godinho, Vitorino Magalhães, 94, 112.
 Gomes, Francisco José de Sousa, 69.
 Gomes, Rui Telmo, 112.
 Gorz, André, 46.
 Grossi, Paolo, 24.
 Guizot, François, 132.
- H**
 Halsey, A. H., 118.
 Hammond, R. J., 137, 140.
 Herculano, Alexandre, 91, 92.
 Hespanha, António Manuel, 15, 18, 23-34, 120, 154.
 Himmelfarb, Gertrud, 121.
 Hirschman, Albert O., 151.
- J**
 José, Herman, 125.
- L**
 Lacerda, Silvestre, 35, 44.
 Lains, Pedro, 15, 19, 22, 38, 44.
 Lima, Marinús Pires de, 43, 53.
 Lima, Sebastião de Magalhães, 160.
 Linz, Juan, 72.
 Lopes, João Teixeira, 111, 112.

Índice antroponímico

- Loureiro, José Jorge, 105.
 Lucena, Manuel de, 15, 18, 22, 35, 40, 44, 47, 49, 53, 63, 68, 70-71, 73, 75-89, 152.
 Luhmann, Niklas, 27.
- M**
 Macedo, Jorge Borges de, 94.
 Macedo, Jorge Braga de, 60.
 Magalhães, Rodrigo da Fonseca, 106.
 Manuel, Passos (Manuel da Silva Passos), 92.
 Maria II, D. (rainha de Portugal), 106.
 Marinho, Maria José, 123.
 Marques, João Pedro, 133-134, 140.
 Martinho, António, 22.
 Martinho, Teresa, 112.
 Martins, Conceição Andrade, 15.
 Martins, Hermínio, 64.
 Martins, J. P. Oliveira, 108, 121, 135, 153, 155, 161, 163.
 Martins, Pina, 41.
 Marx, Karl, 49, 75.
 Matias, Maria Goretti, 22.
 Matos, Luís Salgado de, 15, 40, 44, 119, 152, 163.
 Matos, Sérgio Campos, 96.
 Mattoso, José, 17-18, 31, 157.
 Medeiros, Fernando, 93, 96.
 Medina, João, 64-65.
 Melo, Alexandre, 112.
 Melo, Fontes Pereira de, 92, 117, 121.
 Miranda, José David, 43-44, 53.
 Mónica, Maria Filomena, 15, 17-19, 38-39, 44-45, 47, 65, 73, 76, 78, 96, 106, 115-127, 161.
 Monteiro, Armindo, 76, 78-79, 137.
 Monteiro, Nuno Gonçalo, 19, 23, 116, 120, 154, 158, 163.
 Montesquieu, barão de, 13.
 Moreira, Adriano, 76, 78-79.
 Moreira, Fernando, 120.
 Mosca, Gaetano, 65.
- Moura, Francisco Pereira de, 47.
 Mourão-Ferreira, David, 41.
 Mussolini, Benito, 70, 80, 88.
- N**
 Naville, Pierre, 46.
 Negri, Tony, 95.
 Neves, José Acúrsio das, 92.
 Neves, José, 96.
 Neves, José Soares, 112.
 Nogueira, Alberto Franco, 76, 78-79.
 Nolte, Ernst, 72.
 Nunes, Adérito Sedas, 1316, 21, 42, 47, 67, 101, 118, 124.
- O**
 Oliveira, César, 15, 95-96.
 Oliveira, José Gonçalo Correia de, 76-79.
 Oliveira, Pedro Aires de, 39.
 Ortigão, Ramalho, 123-124.
- P**
 Pais, José Machado, 17, 19, 22, 110, 112.
 Palmela, 1.º duque de, 145.
 Pamuk, Svekjet, 60.
 Pareto, Vilfredo, 65.
 Patriarca, Fátima, 15, 18, 22, 35-53, 63, 71, 85, 96, 119, 124, 152.
 Patriarca, Joaquim Craveiro, 40.
 Payne, Stanley, 72.
 Pedreira, Jorge, 22.
 Pereira, José Pacheco, 65, 96.
 Pereira, Miriam Halpern, 92, 94, 145-146.
 Pereira, Pedro Teotónio, 76, 78-79.
 Perrot, Michelle, 43, 49.
 Péry, Gerardo, 92.
 Pimenta, Alfredo, 66.
 Pinochet, Augusto, 88.
 Pinto, António Costa, 19, 22, 64, 67, 85.

História e Historiadores no ICS

Pinto, José Madureira, 110-111, 114,
Poulantzas, Nicos, 95.
Proença, José João Gonçalves de, 41.

Q

Quartim, A. Pinto, 17.
Queirós, Eça de, 109, 117, 122-124.
Quental, Antero de, 117.

R

Ramos, Rui, 15, 18, 22, 66, 121, 158,
160-161.
Reis, Jaime, 15, 17-18, 55-62.
Reynaud, Jean-Daniel, 43, 49.
Ribeiro, Orlando, 94.
Ribeiro Telles, família, 37, 40.
Rollo, Fernanda, 159.
Rosas, Fernando, 35, 39-40, 47, 49, 64-
65, 85, 159.

S

Sá, Vitor de, 94.
Salazar, António Oliveira, 51, 66, 70,
73-74, 76-80, 86, 92, 130, 132.
Santos, Fernando Piteira, 65.
Santos, Maria de Lourdes Lima dos,
14-15, 18, 109-114, 1118, 120.
Santos, Rui, 112.
Sardica, José Miguel, 10, 121, 161.
Sartori, Giovanni, 72.
Schiera, Pierangelo, 24.
Schmitter, Philippe, 73, 86, 88.
Scholz, Johannes Michael, 27-28.
Sérgio, António, 102.
Serra, João, 15.
Serrão, Joel, 100.
Sideri, Sandro, 94.
Silbert, Albert, 94, 101

Silva, Ana Cristina Nogueira da, 11,
23.

Silva, Ana Cruz, 40.
Silva, Augusto Santos, 10, 114.
Silva, F. Carreira da, 39, 43, 142.
Silva, Isabel Corrêa da, 116.
Silva, João, 22.
Silveira, Mouzinho da, 148.
Skocpol, Theda, 102.
Sobral, José, 10, 15.
Sousa, Paulo Silveira e, 10, 116.

T

Taylor, A. J. P., 122.
Teixeira, Manuel, 38.
Teixeira, Nuno Severiano, 159.
Telo, António José, 159.
Tengarrinha, José Manuel, 96.
Thompson, E. P., 37, 44, 95.
Tocqueville, Alexis de, 76, 86.
Touraine, Alain, 42-43, 46, 49.
Tronti, Mario, 95.

V

Vala, Jorge, 153.
Valente, Vasco Pulido, 14-15, 18, 122,
153-163.
Valiente, Francisco Tomás y, 24.
Verdier, Daniel, 60.
Vilar, Pierre, 94.

W

Wall, Karin, 39, 43, 142.
Woolf, Stuart, 72.

X

Xavier, Ângela Barreto, 23.



